

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 26, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Arraias, aprovado pela Resolução Consepe nº 05/2007.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Arraias, aprovado pela Resolução Consepe nº 05/2007, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, CÂMPUS DE ARRAIAS (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 26/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

ARRAIAS/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 26/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA, CÂMPUS DE ARRAIAS (ATUALIZAÇÃO 2018).**

ARRAIAS/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO
CÂMPUS DE ARRAIAS “PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR” (PPC)**

Anexo único da Resolução nº 26/2018 - CONSEPE
Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO
CÂMPUS DE ARRAIAS “PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR” (PPC)**

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice-Reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Jaasiel Lima

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-Reitoria de Graduação

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Diretor do Câmpus de Arraias “Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor”

Antonivaldo de Jesus

Coordenador Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFT/Arraias

Mauricio Reis Sousa do Nascimento

Comissão de Elaboração do PPC

Profa. Dra. Sonia Maria de Sousa Fabricio Neiva - Presidente

Prof. Dra. Magda Suely Pereira Costa

Prof. Me. Mauricio Reis Sousa do Nascimento

Prof. Me. Rozilane Soares do Nascimento Queiroz

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Pedagogia

ndepedarraias@uft.edu.br

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	7
2	CONTEXTO INSTITUCIONAL	9
2.1	Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	9
3	A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	11
4	MISSÃO INSTITUCIONAL	13
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT	14
6	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	16
6.1	Dados do Curso	16
6.2	Direção do Câmpus	17
6.3	Coordenação do Curso de Pedagogia	17
6.4	Relação nominal dos membros do Colegiado	17
7	HISTÓRICO DO CURSO, SUA CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA	19
7.1	Histórico e concepção do Curso de Pedagogia	19
7.2	O Câmpus de Arraias e o Curso de Pedagogia	22
8	BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	25
9	FUNDAMENTOS NORTEADORES: ÉTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	26
10	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	28
10.1	Administração Acadêmica	28
10.2	Coordenação Acadêmica	29
10.3	Colegiado	30
10.4	Secretaria Acadêmica	30
11	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	31
11.1	Características gerais do Curso	31
11.2	Justificativa	31
11.3	Objetivo do Curso	34
11.4	Objetivos específicos do Curso	34
11.5	Perfil profissional do egresso	35
11.6	Competências, atitudes e habilidades	35
11.7	METODOLOGIA E PRÁTICA PROFISSIONAL	39
12	CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	40
13	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	42
13.1	Conteúdos curriculares	42
13.2	Núcleo I - Núcleo de Estudos Básicos	42
13.3	Núcleo II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	44
13.4	Componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos:	44
13.5	Componentes curriculares de dimensão pedagógica - Núcleo I	45
13.6	Componentes curriculares de dimensão pedagógica- Núcleo II	45
13.7	Núcleo III - Estudos Integradores	45
13.8	Prática como componente curricular	50
14	PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE ALUNOS	52
15	DETALHAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	52
16	MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM	53

	PEDAGOGIA	
16.1	Tabela de Equivalência	58
16.2	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	59
17	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO	60
18	INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	95
18.1	Política de Ensino	95
19	INTERFACES COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO	97
19.1	Monitoria	97
19.2	Programa de Monitoria Permanência – PMP	97
19.3	Programa de Educação Tutorial – PET	98
19.4	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	98
20	INTERFACE COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: INTERFACE COM ATIVIDADES CIENTÍFICO-ACADÊMICAS E CULTURAIS	98
21	PRÁTICA E ESTÁGIO CURRICULAR	99
21.1	Estágio I: Docência e gestão de processos educacionais	100
21.2	Estágio II: Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	101
21.3	Estágio III: Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	101
22	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	102
23	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DO PROCESSO E APRENDIZAGEM	103
23.1	Das avaliações e dos critérios de aprovação	104
24	ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	105
25	AVALIAÇÃO DO PPC COMO INTEGRANTE DA AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO	105
26	AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENADE E OUTROS)	107
27	CORPO DOCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA	108
27.1	Formação acadêmica e profissional do corpo docente e regime de trabalho	108
28	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	109
29	FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE DO CÂMPUS	109
30	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO CÂMPUS	112
31	INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS EXISTENTES NO CÂMPUS DE ARRAIAS	115
31.1	Unidade do Centro	115
31.2	Unidade Buritizinho	116
32	ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	118
33	OBRAS EM ANDAMENTO	119
34	INSTALAÇÕES E ACERVO DA BIBLIOTECA DO CÂMPUS	119
34.1	Biblioteca	119
34.2	Periódico Eletrônico	121
35	NÚCLEO DE APOIO SOCIOPEDAGÓGICO – NASP	121
36	LABORATÓRIOS	121
36.1	Laboratório de Informática – LABIN	121

36.2	Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação – LIMITIC	122
36.3	Laboratório de Eventos e Cerimonial	122
36.4	Centro de Idiomas	122
36.5	Brinquedoteca	123
36.6	Centro de Documentação e Memória de Arraias (CDMA)	123
36.7	Laboratório de Alfabetização, Letramento e Numeramento - CALENU	124
36.8	Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPE	124
36.9	Laboratório de Tecnologias Assistidas - LATECAS	125
37	ÁREAS DE LAZER E CIRCULAÇÃO	125
38	RECURSOS AUDIOVISUAIS	125
39	SALA DA DIREÇÃO DE CÂMPUS	126
40	SALA DA COORDENAÇÃO DO CURSO	126
41	INFRAESTRUTURAS DE SERVIÇOS	126
42	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	126
43	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
	ANEXO A - REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE PEDAGOGIA	129
	ANEXO B - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO PEDAGOGIA	138
	ANEXO C - REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	141
	ANEXO D - REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	148
	ANEXO E - REGIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	165
	ANEXO F- REGIMENTO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES	169
	ANEXO G - REGIMENTO DA BRINQUEDOTECA	176
	ANEXO H - REGIMENTO DO CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTOS E NUMERAMENTO - CALENU	181
	ANEXO I - REGIMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MEMÓRIA DE ARRAIAS - CDMA	186
	ANEXO J - REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - LAPPE	190
	ANEXO K - REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS ASSISTIDAS- LATECAS	197

1 APRESENTAÇÃO

A presente proposta é resultado das reflexões e discussões efetivadas nos encontros e debates promovidos pelos vários segmentos da Universidade com a intenção de se pensar, com clareza, sobre as novas demandas para o Curso de Pedagogia, em atendimento às novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia Resolução CNE/CP nº 01 de 2006, e, conforme a Resolução CNE/CP nº 02/2015 para as demais licenciaturas, incluindo a Pedagogia. Tal reorganização curricular, indica um passo importante para os Cursos de Pedagogia da UFT. Assim, a elaboração do Projeto Pedagógico se constitui de forma a conceder a visão das ações a serem empreendidas na formação do profissional pedagogo a partir dos pressupostos legais que ora norteiam o Curso de Pedagogia no âmbito da Educação brasileira.

Nenhuma instituição consegue orientar suas ações com qualidade, se não tiver um projeto que possibilite a todos os seus componentes, coletivamente, guiar-se em busca das metas a serem atingidas. Nesse sentido, o currículo necessita ser projetado. Na área educacional, este instrumento orientador de ações curriculares, é denominado de Projeto Político Pedagógico. Trata-se de um instrumento que tem como propósito a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização, das formas de implementação e de avaliação institucional de maneira orgânica, consciente, refletida e coletiva.

Nele estão presentes duas dimensões identificadas por André (2001) e Veiga (2001): a política e a pedagógica. Ele “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (ANDRÉ, p. 189) e é “pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo”. Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas de uma instituição de ensino, visando à efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2001, p. 12). Assim sendo, a dimensão política se cumpre na medida em que se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.

A elaboração de uma nova proposta para o curso de Pedagogia (ou reestruturação) representa importante passo. Constitui-se numa tarefa fundamental, fruto de reflexões e interlocuções relevantes acerca do conjunto das ações que vimos realizando ou que pretendemos realizar para formar profissionais da educação. A elaboração do Projeto Político Pedagógico de Curso (PPC) permite a reflexão sobre o sentido do trabalho que estamos realizando, sobre os fins e os meios de nossas ações, que reverberam nos espaços escolares e não escolares, bem como outros contextos.

Percebe-se através da leitura e releitura desses cenários, que a Universidade Federal do Tocantins, precisa propiciar aos alunos o conhecimento das diversas formas de territorialidade, no estado: afrodescendentes, indígenas, quilombolas, entre outros grupos que contribuem com seus saberes, sua história e sua cultura. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local e regional.

Desse modo, o PPC do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus¹ de Arraias “Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor”, propõe compreender os anseios políticos, pedagógicos e culturais da comunidade na qual está inserida. Este é o reflexo das marcas dos sujeitos envolvidos na sua construção e nas circunstâncias em que foi produzido. A proposta em epígrafe assume a docência no sentido amplo, incorporando todo o fazer pedagógico: ensino, gestão, extensão e pesquisa. Tendo como eixo articulador o trabalho docente, que “caracteriza-se como processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos que se desenvolvem em espaços educativos escolares e não-escolares, sob determinadas condições históricas” (ENCOP, 2006, p. 02)

Nesta perspectiva, compreendemos que o professor é um profissional da Educação que assume o diálogo como essência do processo educativo e por meio das práticas pedagógicas que necessariamente agregam o cultural, o social, articula as práticas pedagógicas ao contexto social e as questões contemporâneas. Corroborando com essa visão, o documento supracitado, define docência como: “ação educativa que se constitui no ensinar, aprender, na produção de conhecimento e na gestão de contextos educativos, na perspectiva da gestão democrática” (ENCOP², 2006, p. 02).

Assim, o Projeto Político-pedagógico do Curso (PPC), configura-se no documento de identidade do curso, e nele delineiam-se as situações de ensino, pesquisa e extensão de forma contextualizada proporcionando a conversão dos conteúdos do campo teórico em práticas pedagógicas abrangentes. Estas, assentadas nos conhecimentos, saberes oriundos das pesquisas e práticas pedagógicas em consonância com sustentabilidade no campo, político, social,

1

¹ A UFT adotou a grafia câmpus para indicar tanto o termo *campus* como *campi*.

2

² Encontro Nacional de Coordenadores dos Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em Florianópolis - SC nos dias 28 e 29 de setembro de 2006, realizado pelo FORUNDIR.

econômico, que possibilitarão a reflexão nos campos da ética, estética e da autonomia pedagógica. Visão esta, que revela a opção por um currículo como construção social e contínua que permita ao acadêmico construir seu percurso formativo a partir das áreas de concentração e linhas de pesquisas que o interessar.

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos Cursos de graduação regulares da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se as providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

A referida comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos Cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos Cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os Cursos e também o Curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil acadêmicos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção.

Dessa forma, a história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que

vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Amazônia, bem como da Nação.

3 A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que contribua para o desenvolvimento do ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos Cursos de graduação, programas de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*, integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) câmpus localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, as quais oferecem diferentes Cursos. Nos câmpus, além da oferta de Cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e regional, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração “a produção de conhecimento com inovação e qualidade para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia” (PDI/UFT, 2016-2020), a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os câmpus da UFT estão localizados em diferentes regiões do Estado, abrangendo cidades de norte a sul, e atualmente têm um contingente de 1.051 professores efetivos, 37 professores substitutos e 848 técnicos administrativos e aproximadamente 20 mil estudantes. A Universidade oferece 65 cursos de graduação e 32 programas de mestrado e 6 de doutorado reconhecidos pela Capes, além de vários cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne, ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado,

tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva.

Dessa forma, a Universidade desenvolve ações voltadas para a educação indígena, quilombola, educação rural, de jovens e adultos e de portadores de necessidades especiais, tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (Arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

O perfil da UFT fundamenta-se em princípios que orientam as suas ações; é o que caracteriza sua visão de mundo, sua missão e seus valores, e, fortalece a sua identidade social.

Assim, ao definir a sua missão, a universidade e consequentemente o Câmpus de Arraias, deve levar em conta o contexto local e regional considerando seu alcance e a sua capacidade de formar cidadãos éticos, responsáveis e comprometidos com as transformações sociais e com os processos de inclusão, que visem uma sociedade justa, humanitária e igualitária.

4 MISSÃO INSTITUCIONAL

O Planejamento Estratégico - PE (2014 – 2022), em conformidade com o que preconiza e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2016-2020) e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2016-2020) definem que a missão da UFT é *“Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”*. E, como visão estratégica *“Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão”*, tendo como valores o *“Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação; Responsabilidade social e a Equidade”*.

A fim de cumprir o proposto no PDI (2016-2020), e para atender os princípios pedagógicos da UFT, o ensino, a pesquisa e a extensão, deverão estar voltados para:

- *o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;*
- *a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;*
- *o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;*
- *a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*
- *a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;*

- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição. (PDI, 2016, p. 26)

A Resolução nº 08, de 14 de março de 2018, que trata das ações de extensão da Universidade Federal do Tocantins, assegura que:

Art. 1º A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, político e tecnológico que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, baseado nos seguintes princípios:

I - impacto social e transformação de forma a estabelecer relação entre a Universidade Federal do Tocantins - UFT e os demais segmentos da sociedade por meio de uma ação transformadora com ênfase na formação acadêmica e nas demandas da sociedade;

II - atuação dialógica de maneira a estabelecer interlocução entre a UFT e demais setores da sociedade na promoção da troca de saberes;

III - estabelecimento da interação de conhecimentos e inter-relação entre disciplinas, áreas de conhecimento e metodologias, como estratégia para atender as demandas da formação e demandas sociais por meio de um processo interdisciplinar;

IV - indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT

A estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins obedece ao que está definido no seu Estatuto, homologado pela Portaria do Ministro da Educação nº 658, de 17 de março de 2004. Conforme o Estatuto da Fundação UFT, são órgãos da administração superior:

Conselho Universitário – CONSUNI: o órgão deliberativo destinado à formulação da política universitária. É um órgão de deliberação superior e normativo, e tem como integrantes: o Reitor, Pró-reitores, Diretores de câmpus, e, representante de estudantes, professores e funcionários. Seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo e consultivo em assuntos didático-científicos. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de estudantes, professores e funcionários. Seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004;

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social;

Pró-reitorias: de Administração e Finanças; de Assuntos Estudantis; de Avaliação e Planejamento; de Graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários; e, de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. As atribuições das Pró-reitorias estão definidas no estatuto da UFT;

Conselho Diretor: é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do câmpus - presidente, pelos Coordenadores de Curso, por um representante do corpo docente, por um representante do corpo discente de cada curso, por um representante dos servidores técnico-administrativos;

Direção de Câmpus: docente integrante da carreira do Magistério Superior eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT, com mandato de 4 (quatro) anos;

Colegiado de Curso: órgão composto por docentes e representante de alunos do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT;

Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

6.1 Dados do Curso

Nome	Graduação em Pedagogia
Data e semestre letivo de início de funcionamento do Curso	Decreto Federal de 20/04/1993-DOU de 22/04/1993, S1, p. 5164
Ato Legal de Reconhecimento	- Reconhecimento: Portaria/MEC 440/1997 - Renovação de reconhecimento: Portaria /MEC 2238/2010
Habilitação	Licenciatura
Modalidade	Presencial
Duração	4 anos
Tempo mínimo de integralização	4 anos
Tempo máximo de integralização	7 anos
Titulação acadêmica	Pedagogo(a)
Regime Letivo	Semestral
Números de vagas	Entrada anual de oitenta (80) acadêmicos
Turno de Funcionamento	Noturno e Matutino
Dimensão das turmas Teóricas e Práticas	A cada disciplina foram atribuídos conteúdos e competências e estimada a carga de trabalho teórica e prática. Desse modo, as disciplinas do plano do Curso de Pedagogia permitirão o número de 40 alunos para aulas teóricas e 40 alunos para aulas práticas, onde ocorre o contato direto com o objeto da disciplina.
Endereço	Câmpus de Arraias – UFT. Unidade Buritizinho. Rua Juraildes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho CEP: 77.330-000 – Arraias/Tocantins.
Comissão de elaboração do PPC	Profa. Dra. Sonia Maria de Sousa Fabricio Neiva – Presidente Prof. Dra. Magda Suely Pereira Costa; Prof. Me. Mauricio Reis Sousa do Nascimento; Prof. Me. Rozilane Soares do Nascimento Queiroz; Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

6.2 Direção do Câmpus

Diretor: Prof. Dr. Antonivaldo de Jesus

Mandatos: 2015-2019 e 2019-2023

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva (DE).

6.3 Coordenação do Curso de Pedagogia

Coordenador: Prof. Me. Maurício Reis Sousa do Nascimento

Regime de Trabalho: DE

Participação em órgãos colegiados: CONSEPE; Câmara de Graduação; Colegiado do curso; NDE.

Vice coordenadora: Profa. Dra. Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva

Regime de Trabalho: DE

Participação em órgãos colegiados: CONSEPE; Câmara de Graduação; Colegiado do Curso, NDE.

6.4 Relação nominal dos membros do Colegiado

	Nome	Matrícula	Lattes
1	Prof ^ª . Dr ^ª . Adriana Demite Stephani	2527766	http://lattes.cnpq.br/6683312593254876
2	Prof ^ª . Me. Ana Carmen de Souza Santana	1781113	http://lattes.cnpq.br/5426913379279016
3	Prof. Dr. Antonivaldo de Jesus	1332937	http://lattes.cnpq.br/1721981012424264
4	Prof. Me. Bárbara Doukay Campanini	2421395	http://lattes.cnpq.br/8702928048059705
5	Prof ^ª . Me. Elisabete da Silveira Ribeiro	2234349	http://lattes.cnpq.br/3046731748673654
6	Prof. Dr. Erasmo Baltazar Valadão	2929415	http://lattes.cnpq.br/2635832123456273
7	Prof ^ª . Dr ^ª . Giane Maria da Silva	1366476	http://lattes.cnpq.br/1234525406308649
8	Prof ^ª . Me. Helena Quirino Porto Aires	2229255	http://lattes.cnpq.br/4223461558311616
9	Prof ^ª . Dr ^ª . Janaina Santana da Costa	1532949	http://lattes.cnpq.br/8513785193151221
10	Prof ^ª . Dr ^ª . Magalis Dorneles Schneider	1104497	http://lattes.cnpq.br/8923531918477229
11	Prof ^ª . Pós-Doutora Magda Suely Pereira Costa	1555286	http://lattes.cnpq.br/4939153181903378
12	Prof ^ª . Dr ^ª . Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu	2455564	http://lattes.cnpq.br/9411182587472076
13	Prof ^ª . Dr ^ª . Maria Aparecida de Matos	1306706	http://lattes.cnpq.br/1784145961087058
14	Prof ^ª . Dr ^ª . Maria Santana F. dos Santos Milhomem	2485885	http://lattes.cnpq.br/1856156107385873
15	Prof. Me. Maurício Reis Sousa do Nascimento	4486024	http://lattes.cnpq.br/1607315969165214
16	Prof ^ª . Me. Rosimeire Aparecida Rodrigues	2450401	http://lattes.cnpq.br/3472804076639768
17	Prof ^ª . Me. Rozilane Soares do	2527877	http://lattes.cnpq.br/9281676076320968

	Nascimento Queiroz		
18	Prof ^ª . Dr ^a . Sonia Maria de S. Fabrício Neiva	1475730	http://lattes.cnpq.br/6876717694362785
19	Prof. Especialista Vinicius Hidalgo Pedroni	3031147	http://lattes.cnpq.br/6145837774189341
20	Prof. Pós-Doutor Willian Douglas Guilherme	2316758	http://lattes.cnpq.br/3996555421882005

7 HISTÓRICO DO CURSO, SUA CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA

7.1 Histórico e concepção do Curso de Pedagogia

No Brasil, o Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve definido como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos escolares e não-escolares, sobretudo, a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este Curso, a ele se atribuiu o “estudo da forma de ensinar”. Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”.

Esses eram, à época, professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias dos estados e dos municípios.

A padronização do Curso de Pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção normativa da época, que alinhava todas as licenciaturas ao denominado “esquema 3+1”, pelo qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química, dentre outros. Seguindo esse esquema, o Curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área como fundamentos e teorias educacionais e o título de licenciado que permitia atuar como professor, aos que tendo concluído o bacharelado, dedicassem mais um ano aos estudos da Didática e Prática de Ensino. O então Curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência pedagógica, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e tratando-os separadamente. Ressalta-se, ainda, que aos licenciados em Pedagogia também era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais no primeiro ciclo do ensino secundário. A dicotomia entre bacharelado e licenciatura levava a entender que no bacharelado se formava o pedagogo que poderia atuar como técnico em educação e, na licenciatura, formava-se o professor que iria lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, quer no primeiro ciclo, o ginásial - normal rural, ou no segundo ciclo.

Com o advento da Lei nº 4.024/1961 e a regulamentação contida no Parecer CFE nº 251/1962, manteve-se o esquema 3+1, para o curso de Pedagogia. Em 1961, fixara-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas

indicadas pelo CFE e mais duas escolhidas pela instituição. Esse mecanismo centralizador da organização curricular pretendia definir a especificidade do bacharel em Pedagogia e visava manter uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferências de alunos em todo o território nacional. Regulamentada pelo Parecer CFE nº 292/1962, a licenciatura previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, esta última em forma de Estágio Supervisionado. Mantinha-se, assim, a dualidade, “Bacharelado” e “Licenciatura” em Pedagogia, ainda que, nos termos daquele parecer, não devesse haver a ruptura entre conteúdos e métodos, manifesta na estrutura curricular do esquema 3+1.

A Lei da Reforma Universitária nº 5.540, de 1968, facultava à graduação em Pedagogia a oferta de habilitações: Supervisão; Orientação; Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho. Em 1969, o Parecer CFE nº 252 e a Resolução CFE nº 2, que dispunham sobre a organização e o funcionamento do curso de Pedagogia, indicavam como finalidade do curso preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos. A Resolução CFE nº 2/1969 determinava que a formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, fosse feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultava o grau de licenciado. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau e, sob o argumento de que “quem pode o mais pode o menos” ou de que “quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”, permitia o magistério nos anos iniciais de escolarização.

No processo de desenvolvimento social e econômico do país, com a ampliação do acesso à escola, cresceram as exigências de qualificação docente, para orientação da aprendizagem de crianças e adolescentes das classes populares, que traziam para dentro das escolas, visões de mundo diversas e perspectivas de cidadania muito mais variadas. De outra parte, a complexidade organizacional e pedagógica, proporcionada pela democratização da vida civil e da gestão pública, também trouxe novas necessidades para a gestão escolar, com funções especializadas e descentralizadas, maior autonomia e responsabilidade institucional. Logo, a formação para a docência, para cargos de direção, assessoramento às escolas e aos órgãos de administração dos sistemas de ensino foi valorizada, inclusive nos planos de carreira. Em todas estas atividades, os licenciados em Pedagogia provaram qualificação.

Atentas às exigências do momento histórico, no início da década de 1980, várias universidades efetuaram reformas curriculares, de modo a formar no curso de Pedagogia professores para atuarem na Educação Pré-escolar e nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Como sempre, no centro das preocupações e das decisões, estavam os processos de ensinar e aprender, além da gestão escolar.

O Curso de Pedagogia, desde então, vem amalgamando experiências de formação inicial e continuada de docentes, para trabalhar tanto com crianças quanto com jovens e adultos. Há uma notória diversificação curricular, com uma gama ampla de habilitações para além da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Por conseguinte, ampliam-se disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 6 anos e oferecem-se diversas ênfases nos percursos de formação dos graduandos em Pedagogia, para contemplar, entre muitos outros temas: a educação de jovens e adultos; a educação infantil; a educação na cidade e no campo; a educação dos povos indígenas; a educação dos remanescentes de quilombos; a educação das relações étnico-raciais; a inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, e dos meninos e meninas de rua; a educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação; atividades educativas em instituições não-escolares, comunitárias e populares.

Na medida em que o curso de Pedagogia se tornava lugar preferencial para formação de docentes crescia o número de estudantes sem experiência docente e formação prévia para o exercício do magistério. Com isso, os cursos enfrentavam o desafio da formação e exercício profissional, além da acusação de teoria e prática. Passou então a ser objeto de severas críticas, as quais argumentavam que a prática teria menor valor nos currículos do curso. Outros estudiosos de práticas e de processos educativos se fundamentavam na concepção de Pedagogia como práxis, em face do entendimento que tem a sua razão de ser na articulação dialética da teoria e da prática. Nessa perspectiva firmou-se a compreensão da Pedagogia tratar do campo teórico investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia por meio da Resolução CNE/CP nº 01 em 15/05/2006 os cursos de Pedagogia tem se empenhado na reestruturação dos projetos políticos pedagógicos, tendo à docência como base de sua formação, fundamentadas nas transformações pelas quais passa a escola superando a dicotomia professor versus especialista.

Neste contexto, o Colegiado do Curso de Pedagogia de [Arraias entende](#) que o perfil exigido pelo alunado é o de licenciatura, em concordância com as Diretrizes Curriculares de

Pedagogia (2006), a Resolução 02/2015 do CNE/CP, que atendem à demanda local/regional, em consonância com a missão institucional e o Planejamento Estratégico da UFT.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins no intuito de aprimorar a sua prática acadêmica têm percebido a necessidade de refletir acerca dos cursos que mantém, de modo a rever os currículos, princípios políticos-pedagógicos que sustentam às práticas educativas.

A formação de professores é pensada na Fundação Universidade Federal do Tocantins a partir da exigência de melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, pessoas jovens e adultas, na perspectiva das discussões contemporâneas, além da leitura de mundo sobre a especificidade do trabalho profissional do professor, que conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) –, “a educação [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”, abrangendo, portanto toda a vida coletiva social e política.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias tem como objetivo maior atender as demandas profissionais do entorno de Arraias, resgatando os múltiplos significados do processo de ensino e de aprendizagem, valorizando o diálogo com as escolas públicas, ambientes educativos escolares e não escolares e a comunidade para difundir o saber aqui produzido e assim efetivar melhorias concretas no processo educacional local e regional.

O colegiado do curso compreende a Pedagogia enquanto articulação dialética entre a teoria e a prática e que o curso trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se materializa na práxis social.

A docência como a percebemos aborda dois sentidos: um de caráter amplo compreendido como uma ação educativa e processo pedagógico sistemático e intencionalmente construído nas relações sociais envolvendo os processos de gestão e organização do trabalho pedagógico, e em sentido restrito, que a toma como expressão articulada do conhecimento, do ensino, da aprendizagem, ou concretização dos procedimentos didático-pedagógicos em sala de aula. Na concepção ampliada, à docência no processo formativo deve ser assumida como trabalho pedagógico, como objeto de estudo e como prática sócio histórica (FORUMDIR, 1998).

7.2 O Câmpus de Arraias e o Curso de Pedagogia

O Câmpus de Arraias – então criado como Centro de Extensão – atendia como os demais câmpus, à formação de profissionais para atender a demanda estadual em melhoria dos

níveis educacionais. Inicialmente com o curso de Pedagogia, em 1991, em 1995 foi implantado o curso de Licenciatura em Matemática e em 2001 o curso Normal Superior habilitando para as séries iniciais do ensino Fundamental e institui-se o curso de Pedagogia habilitando para a administração escolar.

Localizado na região sudeste do estado do Tocantins, o [Câmpus atende](#) alunos de todo o estado, bem como a região nordeste do estado de Goiás e o sudeste baiano, por localizar-se nos limites entre os dois estados. A região sudeste do Tocantins tem uma abrangência de mais de 28.000 km², com cerca de 101.376 habitantes, tendo sua área de influência num raio de mais de 200km com os municípios tocaninenses de Paranã (125km), Novo Alegre (53km), Combinado (71km), Lavandeira (75km), Aurora do Tocantins (92km), Taguatinga (130km), Ponte Alta do Bom Jesus (170km), Conceição do Tocantins (100km), Dianópolis (250km), Almas (230km), Natividade (200km).

Em agosto de 2003 o Decreto nº 1.811 reconhece o Curso Normal Superior e o decreto nº 1813 de 18 de julho de 2003 renova por cinco anos o reconhecimento do Curso de Pedagogia, habilitação em Administração Educacional no Câmpus de Arraias.

Por ocasião do ingresso dos primeiros professores concursados da Fundação Universidade Federal do Tocantins-UFT, o Câmpus de Arraias iniciou os debates acerca do curso que ofertava, a partir do segundo semestre de 2003, em reuniões de congregação, planejamento do semestre e nos seminários promovidos pelos alunos e professores.

Em 22 e 23 de abril de 2004 ocorre a primeira reunião convocada pela Pró-Reitoria de Graduação-PROGRAD para reformulação dos cursos Normal Superior e Pedagogia. Neste encontro, alguns pontos ficaram definidos: à docência (educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental) como base da formação; unificação dos cursos Normal Superior e Pedagogia mediante transferência e garantia da terminalidade do curso Normal Superior na respectiva habilitação aos alunos que queriam permanecer. Também foram formados grupos de trabalhos para estudos e produção de documentos referentes ao: Currículo Modular, Estágio, Avaliação, Trabalho de Conclusão de Curso e Linhas de Pesquisa. A segunda reunião aconteceu nos dias 3 e 4 de junho tendo a participação de alunos, professores e coordenadores.

No referido encontro discutiu-se a definição dos termos de documentos necessários à adesão dos alunos de Normal Superior para Pedagogia; proposta de estágio e descrição por campus da solução encontrada acerca da migração do Curso Normal Superior para Pedagogia. No dia 1º de julho, a PROGRAD convocou outra reunião contando com a participação de alunos, professores e coordenadores para apreciação e aprovação das estruturas curriculares (fusão Normal Superior e Pedagogia) e apreciação e aprovação do estágio curricular.

Aos nove dias do mês de julho de 2004, em reunião no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão-CONSEPE, o Processo nº 23101000480/2004-68 e Parecer nº CONSEPE/CP/001/2004 aprova a reformulação do Curso de Pedagogia - Administração Educacional dos câmpus de Arraias, Miracema e Tocantinópolis.

Em Arraias, nesse mesmo ano, existiam três cursos (passando nesse mesmo ano, por meio da junção dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, a contar com dois cursos), com oito docentes efetivos e 477 alunos matriculados.

A partir da Resolução nº 01/2006, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia, os quatro cursos de Pedagogia existentes na Universidade Federal do Tocantins, criaram os novos Projetos Pedagógicos de Curso-PPC. A aprovação aconteceu aos quatro dias do mês de abril de 2007, em reunião do Consepe.

Com a promulgação da Resolução CNE/CP, de 02 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, houve a necessidade de reformulação do projeto pedagógico vigente.

A Resolução reitera a necessidade de consolidação das normas nacionais no que se refere ao processo de formação dos profissionais do magistério para a educação básica, no sentido de superar a fragmentação e a desarticulação das instituições formadoras de professores em detrimento da construção de relações de cooperação e colaboração entre os sistemas de educação e suas respectivas redes.

Outro aspecto importante salientado pela Resolução, e que este PPC deve encampar, é a necessidade de se articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

A partir dessas considerações o colegiado do curso promoveu reuniões para discussão da reformulação do PPC, de forma a atender as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (2006) e a Resolução CNE/CP, de 02 de julho de 2015.

8 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam a reflexão sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior, no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com as formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletiva. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior, cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso se efetiva de fato por meio da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores, de acadêmicos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, de forma a melhorar a qualidade dos Cursos e fortalecer a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT, requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior, dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia.

Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus acadêmicos.

Conforme Resolução CNE/CP, de 02 de julho de 2015, art.1:

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão.

9 FUNDAMENTOS NORTEADORES: ÉTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

No presente projeto de formação de profissionais da educação, defende-se o comprometimento com a formação inicial e continuada desses, visando à melhoria da qualidade de ensino na educação básica em todos seus níveis. Desta forma, não há como pensar no fortalecimento da educação, especialmente a pública, sem pensar-se na formação de um novo educador comprometido com as populações excluídas e com a qualidade de educação, nesse processo de formação a universidade tem um papel importante.

A perspectiva de conceber a formação do profissional da educação não restrita a sua formação inicial, reflete as constantes modificações em curso na sociedade, de forma que a velocidade das informações, o avanço do conhecimento (nem sempre acessível à maioria da

população), leva-nos a refletir sobre que conteúdos deverão ser priorizados quando se discute a formação desse profissional.

A sólida formação teórica é um princípio fundamental a ser considerado na educação do professor comprometido com um projeto de mudanças sociais. Deve ser destacada não para reeditar a dicotomia teoria e prática, mas para lembrar que não se pode cair na armadilha da formação teórica de pouca qualidade.

É importante ressaltar que a universidade é o *lócus* privilegiado do processo de construção do conhecimento, em que se processa a síntese intelectual articulada a partir da relação teoria e prática, o que garante o estatuto universitário de um curso. Somente com uma sólida e rigorosa formação teórica é que os cursos podem se credenciar como universitários.

A construção de novas formas de articulação teoria- prática no currículo de formação de professores perpassa pela ressignificação desses conceitos, que têm como importância o fato de poder determinar a forma como professores e alunos se relacionam com o conhecimento.

Nesse sentido, a construção da unidade teoria- prática pressupõe a capacidade de vislumbrar a dimensão prática da teoria (sem a qual a atividade teórica se separa do plano objetivo) e a dimensão teórica da prática (prática como atividade objetiva de transformação da natureza e da realidade social, o que pressupõe o conhecimento daquilo que se quer transformar e das suas finalidades), processo pelo qual ambas se transformam em atividade teórico-prática - práxis.

A partir dessas definições podemos afirmar que as teorias não são construções desconectadas da realidade, logo, essas construções não são a-históricas. Elas representam formas de significação da realidade resultante de um determinado tempo e de um determinado lugar, daí porque não podem ser tratadas de forma estática e universal, desvinculadas do contexto particular que as engendraram e das experiências históricas em curso.

Tal perspectiva de movimento tem como ponto de partida e como ponto de chegada a prática, aqui entendida como o “lugar” onde se materializam saberes, valores, crenças, concepções, finalidades, e cujos meandros precisam ser revelados, desvelados por uma atitude constante de teorização/problematização das práticas vividas, pela qual se pode revitalizar tanto a prática quanto a teoria. A construção de um currículo que tenha como definição a atividade humana por excelência como atividade teórico-prática, na qual se insere à docência e o ato pedagógico em todas as suas dimensões, impõe o desafio da superação de uma concepção de prática estritamente instrumentalizadora, descontextualizada. Da mesma forma, urge nessa relação um novo redimensionamento da atividade teórica, a qual deve se desvincular de uma visão puramente contemplativa do pensamento, onipotente em sua relação com a realidade,

identificando-se como produtora de conhecimento sobre e a partir da prática social, cujas mediações constituem o horizonte da sua finalidade, tanto no que se refere ao seu desvelamento quanto a sua transformação.

Essa mudança de perspectiva deve ter como fundamento a necessidade de se promover diferentes formas de aproximação do aluno com a realidade na qual atua, tendo em vista diminuir as distâncias entre o saber, o saber pensar e o saber fazer; e na interface dessa articulação deve estar a prática social como elemento norteador de todas as disciplinas do currículo, superando-se assim a dicotomia entre disciplinas teóricas e práticas e a fragmentação do ato de conhecer.

10 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A gestão do curso é feita pela Direção do Câmpus de Arraias, Coordenador do Curso, Colegiado do Curso e Conselho Diretor do Câmpus, sendo estes gestores e órgãos colegiados de decisão de todas as atividades inerentes ao corpo discente, docente e administrativo ligados aos diferentes cursos da UFT, com a função de cumprir os objetivos do Planejamento Estratégico da UFT seguindo as premissas de seu Estatuto, Regimento e Plano de Desenvolvimento Institucional, onde se encontram a Missão da UFT e suas metas de ação a curto, médio e longos prazos.

10.1 Administração Acadêmica

De acordo com o Regimento Interno da UFT, o Diretor de Câmpus, deve ser eleito pela comunidade acadêmica, para um mandato de quatro anos. São atribuições do Diretor do Câmpus (Art. 30):

- I - administrar o Câmpus;
- II - representar o Câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Câmpus por disposição regimental;
- III - promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- V - integrar o Conselho Universitário;
- VI - encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Câmpus;
- VII - apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

- VIII - delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;
- IX - exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;
- X - exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao Câmpus;
- XI - determinar a abertura de sindicância;
- XII - superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Câmpus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;
- XIII - deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Câmpus;
- XIV - solicitar ao órgão competente da administração universitária os recursos de pessoal e material de que necessitar o Câmpus;
- XV - convocar e presidir as reuniões para a eleição dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

10.2 Coordenação Acadêmica

A coordenação do Curso de Pedagogia tem como instância institucional o Colegiado do Curso. Este é composto por todos os docentes e por representantes discentes.

O Coordenador do Curso é escolhido por meio de processo eletivo, com mandato de dois anos, permitindo uma recondução, sendo a função de coordenador assumida por docente efetivo com titulação mínima de mestre na área de aderência do curso.

As atribuições regimentais da UFT do Coordenador são:

- I. Atuar junto ao corpo discente, orientando-o quanto às suas matrículas, procurando as possíveis soluções às dificuldades acadêmicas eventualmente apresentadas por estes;
- II. Buscar atender às solicitações documentais e de execução da Universidade via reitoria e pró-reitorias, permitindo o correto fluxo de informações e documentação;
- III. Planejar e avaliar as atividades acadêmicas dos semestres subsequentes, atendendo às necessidades básicas para o exercício pleno da atividade docente;
- IV. Manter contato com os segmentos externos à Universidade, sempre que solicitado, viabilizando a integração Universidade - sociedade organizada;
- V. Participar efetivamente em órgãos colegiados acadêmicos;
- VI. Participar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, com direito a voz e a voto, o qual se reúne mensalmente, para deliberar sobre os assuntos pertinentes à atuação deste Conselho;
- VII. Participar juntamente com os docentes das atividades do colegiado de Curso ou equivalente: tanto o coordenador quanto os respectivos docentes compõem o colegiado do Curso de pedagogia;
- VIII. Reunir com o colegiado para tratar de assuntos pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão do Curso, vinculadas ao ensino de graduação;

IX. Permitir a participação do corpo discente do Curso, representado pelo Centro Acadêmico e Diretório Central dos estudantes da UFT, nas reuniões colegiadas, com o direito a voz e a voto.

10.3 Colegiado

O Colegiado é o conselho consultivo e deliberativo, onde são tratadas todas as questões acadêmicas e institucionais que dizem respeito a docentes, aluno e ao próprio Curso. Os alunos representam 30% (trinta por cento) do Colegiado e os docentes 70% (setenta por cento), conforme a legislação (Lei 9.192/95).

Segundo o estatuto da UFT, são atribuições do Colegiado:

- I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a organização curricular dos Cursos correspondentes, estabelecendo a conexão, conteúdo e sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II - propor ao CONSEPE, respeitada a legislação vigente, o número de vagas a oferecer, para ingresso nos Cursos coordenados;
- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - opinar quanto aos processos de verificação de aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos Cursos sob sua responsabilidade;
- V - fiscalizar o desempenho do ensino as disciplinas que se incluam na organização curricular do Curso coordenado;
- VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de Curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, Cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao CONSEPE, sobre matéria de sua competência;
- VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - propugnar para que os Cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X - eleger o Coordenador e o Coordenador substituto;
- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

10.4 Secretaria Acadêmica

O Curso é secretariado por uma Assistente em Administração, lotada no Campus e à disposição da Coordenação do Curso de Pedagogia.

Nome	Titulação	Regime de trabalho	Participação em órgãos colegiados
Zilda Pereira dos Anjos	Graduação em Letras - Português/Inglês	40h	Colegiado de Pedagogia

11 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

11.1 Características gerais do Curso

a) **Curso:** exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como em outras áreas, nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; de organização e gestão de sistemas, instituições de ensino e processos educativos e de produção e difusão de conhecimento do campo educacional.

b) **Atos normativos do curso:**

- Criação e autorização: Decreto Federal de 20/04/1993-DOU de 22/04/1993, S1, p. 5164

- Reconhecimento: Portaria/MEC 440/1997

- Renovação de reconhecimento: Portaria /MEC 2238/2010

c) **Número máximo de alunos por turma:** 40

d) **Vagas de cota:** 02

e) **Duração:** 08 semestres

f) **Carga horária:** 3.225h

g) **Turno de funcionamento, oferta de vagas e regime:** o curso funciona nos turnos matutino e noturno, sendo que serão também desenvolvidas atividades integrantes constantes no currículo em outros turnos, a serem ofertadas pelos docentes do Curso.

h) **Atividades contra turno:** atividades integrantes

h) **Título concedido ao egresso:** Licenciado em Pedagogia

i) **Prazo para integralização:** O aluno terá prazo mínimo de 04 anos e máximo de 07 anos para integralização **curricular e realizará** os Estágios Curriculares Supervisionados fora do período de aulas, **em** horário de funcionamento de Creches, Pré-escolas e anos iniciais do Ensino Fundamental e em espaços não escolares.

11.2 Justificativa

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, comprometido com a produção de conhecimentos, é concebido com uma construção interativa entre os conhecimentos aluno e docentes, articulados a um conjunto de informações, vivências, observações, reflexões,

pesquisas e práticas. Dessa forma, o projeto poderá repercutir no saber, no agir do profissional da pedagogia que será capaz de refletir, decidir, planejar e executar as atividades educacionais nos diversos níveis e instâncias dos sistemas educacionais.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia busca atender aos desafios exigidos pela sociedade brasileira contemporânea, que requer um profissional capacitado a enfrentar os desafios educacionais do presente, desempenhando funções diversificadas, isto é, além da docência, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, espera-se que o pedagogo esteja habilitado para o exercício de funções de coordenação de áreas, temas ou projetos e gestão e planejamento de ações no âmbito dos sistemas de ensino.

Para isso, é importante possibilitar ao graduando, durante a sua formação, múltiplas oportunidades de contato com a realidade escolar, de modo a conhecer as verdadeiras exigências da prática docente. No entanto, é igualmente relevante que ele tenha, na ambiência da universidade, possibilidades de experimentar situações criativas e inovadoras, fazendo uso de laboratórios didáticos e de acervos especializados.

O currículo de formação dos pedagogos deste curso é constituído pelas relações entre a realidade dos contextos de trabalho educativo e as disciplinas e atividades desenvolvidas no curso. Tais relações devem ser explicitadas para os alunos nas disciplinas e outras atividades desenvolvidas como parte de seu processo de formação. Para que essa situação se concretize no projeto formativo, propõe-se que, do ponto de vista metodológico, o eixo articulador do currículo seja a pesquisa, entendida como princípio educativo. A finalidade deste eixo é formar o aluno inquiridor, capaz de propor questões e não só de dar respostas às tarefas solicitadas; capaz de levantar hipóteses explicativas às situações educativas e de propor alternativas de ação pedagógica com vista à inclusão pedagógica e social, favorecendo a aprendizagem de todos os seus alunos.

O princípio básico da formação do Pedagogo contempla três dimensões organicamente relacionadas: à docência, a gestão democrática e a pesquisa.

A *docência* confere a identidade do Pedagogo no campo específico de intervenção profissional na prática social. Para tanto, considera-se: a) os diferentes âmbitos e especialidades da prática educativa; b) o processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido no seu contexto; c) a identificação de problemas educativos e a proposição de alternativas criativas e viáveis às questões da qualidade do ensino, assim como respostas que visem superar a exclusão social.

Salientamos a concepção de docência assumida por esse colegiado como: a ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-

raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

A *gestão democrática* é concebida como processo político-administrativo-pedagógico, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada. Assim, pretende-se contemplar as atividades educativas nas diferentes formas de gestão e organização de processos educativos, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas.

A *pesquisa*, como princípio educativo e metodológico presente na graduação, trata de questões que emergem da vivência e da reflexão, configurando-se como um exercício de organização e produção de conhecimentos permanentemente reelaborados.

Neste sentido, a pesquisa impõe a análise e compreensão da realidade na qual ocorrem processos educativos e, conseqüentemente, da produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão sobre a própria prática profissional, referenciada na perspectiva anterior e a tomada de decisões que permitam articular os níveis da teoria e da prática.

O desafio que se apresenta é a formação de profissionais condizente com a contemporaneidade, o clima de “incerteza” oriundo da transição decorrente da tensão modernidade/ pós-modernidade, que repercute no processo educacional, notadamente no currículo. Isso requer uma gestão na perspectiva freiriana, que respeite e aceite os saberes da experiência, a multiplicidade de situações cotidianas no ofício do professor. E ainda que procure desnaturalizar certas práticas ultrapassadas. Assumimos a postura do enfrentamento ante aos desafios, salientamos a relevância da formação permanente que leva “a conscientização dos profissionais quanto a necessidade de permanecerem em processo de formação constante e requalificadora” (ALARCÃO, 2001, p. 91).

Os pressupostos que situam a práxis profissional e social do pedagogo e do educador em geral remetem à noção de trabalho que postula relações intersubjetivas no trabalho pedagógico ou trabalho docente, noções inter-relacionadas, embora distintas. A dimensão de intencionalidade da ação do educador tem contornos éticos e estéticos visto que envolve humano interagindo com humano. O trabalho do educador, por implicar dimensões epistemológicas, cognitivas, afetivas, políticas, culturais e sociais, entre outras, e por constituir-se ao mesmo tempo em ato de instrução/informação e de formação envolvendo sujeitos, afeta o projeto de vida do sujeito da aprendizagem e por isso remete à socialização/emancipação humana (TERRIEN, 2004).

Dessa forma, a noção de práxis se refere a uma intervenção crítica em situação onde as relações intersubjetivas ocorrem na ‘ecologia’ do espaço e do tempo vivenciados pelos sujeitos em ação, ou seja, no chão da sala de aula.

11.3 Objetivo do Curso

Formar o licenciado em Pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da área, fundamentado na docência que compreende o ensino, a gestão, a formação e a difusão do conhecimento nos espaços escolares e não escolares.

11.4 Objetivos específicos do Curso

- Identificar o fenômeno da prática educativa na educação básica;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e das medidas que visem a superar a exclusão social;
- Estabelecer diálogo entre a educação e as demais áreas do conhecimento;
- Articular (ensino-pesquisa,) apropriação e produção do conhecimento/saberes na construção da prática pedagógica;
- Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Estimular o comprometimento com a ética na atuação profissional e com a organização democrática da sociedade;
- Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- Distinguir os pressupostos da avaliação institucional e da aprendizagem;
- Situar o processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seu contexto social e cultural.
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação para a formação dos alunos para que sejam capazes de inserir as tecnologias digitais como instrumentos da prática educacional.

11.5 Perfil profissional do egresso

A identidade do Pedagogo define-se pelo exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em Cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas, nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; de organização e gestão de sistemas, instituições de ensino e processos educativos e de produção e difusão de conhecimento do campo educacional.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 28/2001, a licenciatura é uma licença, ou seja, trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei.

Nessa mesma lógica o referido parecer em conformidade com o que preconiza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) enfatiza que, o diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino, respeitadas as formas de ingresso, o regime jurídico do serviço público ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O graduado pelo curso de Pedagogia da UFT- Câmpus de Arraias terá consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas que se articulam ao longo do curso e será capaz de atuar com eficiência na docência, na gestão e no apoio escolar.

11.6 Competências, atitudes e habilidades

Este currículo foi concebido como um sistema articulado, composto de atividades acadêmicas consideradas essenciais para a formação do Pedagogo/Licenciado. De uma forma geral, o projeto deste Curso pretende desenvolver, competências para:

- Conhecimento da realidade em que se inserem os processos educativos e desenvolver formas de intervenção, com base na compreensão dos aspectos

filosóficos, sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais que a configuram e a condicionam;

- Compreensão dos vários domínios do conhecimento pedagógico e os conteúdos disciplinares específicos e respectivas metodologias numa perspectiva de formação contínua e auto aperfeiçoamento;
- Articulação das teorias pedagógicas e curriculares no processo ação-reflexão-ação, envolvendo a docência, elaboração e avaliação de projetos pedagógicos e o desenvolvimento da organização e gestão do trabalho educativo;
- Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados a utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Estimular o comprometimento com a ética na atuação profissional e com a organização democrática da sociedade;
- Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico, no planeamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- Trabalhar em espaços escolares e não-escolares na promoção da aprendizagem em diferentes fases do desenvolvimento humano e em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus

alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e prática pedagógicas;

- Utilizar com propriedade os instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

Para além dessas competências e habilidades reiteramos o que preceitua a Resolução CNE/CP, de 02 de julho de 2015:

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas,

articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;
- II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

11.7 METODOLOGIA E PRÁTICA PROFISSIONAL

O processo de ensino e aprendizagem a ser desenvolvido no contexto do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins/UFT- Arraias estará fundamentado em uma concepção metodológica centrada na formação e atuação profissional. Essa opção metodológica se assenta na articulação teoria e prática conforme preceitua a Resolução nº 2 de julho de 2015. A referida legislação em seu Art.3º §5º, discorre sobre os princípios da formação de profissionais do magistério da Educação Básica e apresenta os pressupostos que orientam a metodologia assumida pelo curso de Pedagogia.

Destacamos os incisos:

- V- a articulação entre teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VI- o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;
- VII- um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação.

Dessa maneira, a formação inicial do pedagogo/docente ocorrerá através do trabalho desenvolvido no âmbito das disciplinas teóricas e teórico-práticas, dos estágios e práticas de ensino, das atividades integrantes e complementares, bem como, das atividades de pesquisa e de extensão, em estreita relação com os espaços de atuação, a partir do seu estudo, da sua observação, da investigação e da prática reflexiva, objetivando o enfrentamento da relação entre teoria e prática.

A intenção é de que a prática educacional, escolar e não escolar, sejam o ponto de partida e o ponto de chegada, constituindo-se no referencial do trabalho pedagógico realizado no curso, do qual emergirão as questões a serem problematizadas, os instrumentos para o seu estudo e elucidação e as ideias para aplicação à própria vida dos sujeitos envolvidos nesse processo, de modo a favorecer, a unidade teoria-prática.

O trabalho e o processo de ensino e aprendizagem priorizará a articulação entre sujeitos,

instituições, saberes e fazeres fundamentado na relação dialógica, no diagnóstico e problematização, considerando as especificidades e a natureza do conhecimento dos sujeitos envolvidos, a linguagem, as culturas, a diversidade e a inclusão.

Embasados nessa perspectiva, as propostas de ensino e de aprendizagem do curso privilegiarão o trabalho de professores e de alunos em torno das dimensões constitutivas da Pedagogia³, bem como os conceitos da área e a forma de mediação utilizada como parâmetro para problematização de sua própria e/ou futura prática de docência.

Os artigos indicados para as aulas terão como finalidade fundamentar a análise, a reflexão e a argumentação dos alunos para discutir os temas e desenvolver as ações previstas. Para a mediação do ensino serão utilizadas estratégias, dentre as quais: leituras, debates, exposições, trabalhos em pequenos grupos, registros, atividades de campo, elaboração de projetos, memorial, portfólio, relatórios, etc.

A prática profissional terá como fundamento, a concepção de educação como processo de emancipação, de reflexão crítica, cuja finalidade é a formação de cidadãos conscientes de seu papel social nos espaços/ambientes educativos. Essa concepção será trabalhada com o intuito de propiciar aos estudantes do curso, a especificidade do trabalho pedagógico, da profissão docente e da *práxis* como expressão da articulação entre teoria e prática, nas instituições escolares. Para isso, serão observadas as questões éticas, econômicas, sociais, tecnológicas, culturais, estéticas, antropológicas, a educação inclusiva, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

12 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A formação do Pedagogo não se restringe às necessidades imediatas do mercado de trabalho, embora não possa desconsiderá-las. A preocupação básica inclui e supera a qualificação técnica, e afirma como núcleo central a apropriação/construção de um referencial teórico-prático vigoroso, cientificamente consistente, que possibilite ao futuro profissional atuar com competência em espaços escolares (instituições de educação públicas e privadas) e não escolares. A esse respeito o Parecer nº 02/15 acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica ressalta que:

³ Dimensão epistemológica, dimensão prática e dimensão disciplinar.

a formação dos(das) profissionais do magistério da educação deve ser entendida na perspectiva social e alçada ao nível da política pública, tratada como direito, superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio, por meio da articulação entre formação inicial e continuada, tendo por eixo estruturante uma base comum nacional e garantia de institucionalização de um projeto institucional de formação (BRASIL, 2015, p. 8).

Corroborando na perspectiva do Parecer 02/2015, a Resolução CNE/CP, de 02 de julho de 2015, em seu Art. 3º preconiza que:

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

Assim sendo, o licenciado em Pedagogia do Câmpus de Arraias, poderá atuar: na docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal. Poderá atuar também na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos.

Uma delas é na gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação; na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

13.1 Conteúdos curriculares

Alinhando-se ao indicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, com a Resolução CNE/CP Nº 01 de 15 de maio de 2006, e com a Resolução CNE/CP 02, de 02 de julho de 2015, que estabelece a carga horária mínima e conteúdos curriculares, a organização curricular do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Pedagogia/Licenciatura do Câmpus de Arraias está constituída em três núcleos (Núcleo I - Núcleo de Estudos Básicos; Núcleo II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos; e, Núcleo III - Estudos integradores).

13.2 Núcleo I - Núcleo de Estudos Básicos

O núcleo deve privilegiar a formação básica, isto é, contemplar os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento.

O **núcleo básico** é composto por três dimensões:

- a) Dimensão da reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola;
- b) Dimensão da formação didático-pedagógica para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e;
- c) Dimensão da organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não escolar.

Dimensões do Núcleo	Componentes curriculares	C.R	C.H
a) Dimensão da reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola	Leitura e Produção de Texto	04	60
	Educação em Direitos Humanos	04	60
	Sociologia da Educação	04	60
	História da Educação Brasileira	04	60
	Psicologia da Educação I	04	60
	Psicologia da Educação II	04	60
	Filosofia da Educação	04	60
	Antropologia e Educação	04	60
	Epistemologias Pedagógicas Contemporâneas	04	60
	Ética e Educação	04	60
	Educação Ambiental	04	60
	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação Aplicada a Educação	04	60
	Educação e Infância	05	75
	Didática	04	60
Total de créditos/horas		57	855
b) Dimensão da formação didático-pedagógica para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental	Alfabetização e Letramento	04	60
	Fundamentos e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos	04	60
	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	05	75
	Fundamentos e Metodologias dos anos iniciais do ensino fundamental	05	75
	Literatura Infanto-Juvenil	04	60
	Matemática Básica	04	60
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	05	75
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	05	75
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Linguagem	05	75
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte e do Movimento	05	75
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	05	75
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	05	75
Total de créditos/horas		56	840
c) Dimensão da organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não escolar	Políticas Públicas em Educação	05	75
	Planejamento e Gestão da Educação	04	60
	Organização do Trabalho Pedagógico	04	60
	Teorias do Currículo	04	60
	Avaliação Educacional	04	60
Total de créditos/ horas		21	315
Total de horas do Núcleo		134	2010

13.3 Núcleo II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

O Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos oportuniza aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, além do atendimento as diferentes demandas sociais. As disciplinas, e outros componentes curriculares desse núcleo possibilitam o contato com a realidade escolar e a vivência do estágio supervisionado na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, gestão escolar, e a difusão do conhecimento.

Esse Núcleo é composto por duas dimensões:

- a) Dimensão Teórico-Prática da Docência;
- b) Dimensão de Diversificação de Estudos.

13.4 Componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos:

Dimensões do Núcleo	Componentes curriculares	C.R	C.H
a) Dimensão Teórico-Prática da Docência	Estágio I - Projeto para docência e gestão de processos educacionais	08	120
	Estágio II - Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	10	150
	Estágio III - Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	10	150
	Metodologia da Pesquisa Científica	05	75
	Pesquisa em Educação	05	75
	Trabalho de Conclusão de Curso	08	120
Total de créditos/horas		46	690
b) Dimensão de diversificação de Estudos	Educação e Cultura Afro-Brasileira	04	60
	Educação Especial e Inclusiva	05	75
	Língua Brasileira de Sinais	04	60
	Optativa I - Discussões Contemporâneas I	04	60
	Optativa II - Discussões Contemporâneas II	04	60
Total de créditos/horas		21	315
Total de horas do Núcleo		67	1005

13.5 Componentes curriculares de dimensão pedagógica - Núcleo I

Núcleo I	
Disciplinas	Carga Horária
Didática	45h
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	60h
Fundamentos e Metodologias dos anos iniciais do ensino fundamental	60h
Planejamento e Gestão da Educação	45h
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	60h
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	60h
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Linguagem	60h
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte e do Movimento	60h
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	60h
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	60h
Total de Horas do Núcleo I	570h

13.6 Componentes curriculares de dimensão pedagógica- Núcleo II

Núcleo II	
Disciplinas	Carga Horária
Educação Especial e Inclusiva	60h
Língua Brasileira de Sinais	45h
Total de Horas do Núcleo II	105

Componentes curriculares da Dimensão Pedagógica	
Núcleo I	570
Núcleo II	105
Total de Horas dos componentes curriculares de Dimensão Pedagógica	675

13.7 Núcleo III - Estudos Integradores

O Núcleo de Estudos Integradores – conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006) – proporcionará enriquecimento curricular por meio de atividades e ou disciplinas que complementem e aprofundem as temáticas vivenciadas no contexto do curso. Conforme o Parecer CNE/CP nº 9/2001, o projeto de formação necessita enfatizar os componentes curriculares, de natureza diversa, de modo a:

instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variado, diferentes modos de organização do trabalho possibilitando o exercício de diferentes competências a serem desenvolvidas (Parecer CNE/CP nº 9/2001, p. 52).

Entendemos que o Parecer exemplifica de modo claro a relação entre as disciplinas e as atividades desse núcleo. Nessas atividades, conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006), o núcleo de estudo integradores tem por finalidade proporcionar enriquecimento curricular e compreende a participação em:

- seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;
- atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- atividades de comunicação e expressão cultural. (Resolução CNE/CP nº 1/2006)

Na Resolução CNE/CP nº 1/2006, a previsão da carga horária total é de:

- 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da educação Básica CNE/CP Nº de 01 de julho de 2015, a carga horária total referente a esse núcleo é de:

- 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Dessa forma, o colegiado do curso entende que a carga horária total do núcleo é constituída por 200h, em atendimento a Resolução CNE/CP Nº 02 de 01 de julho de 2015.

Ressaltamos que na matriz curricular do curso de Pedagogia 2007, a carga horária total desse núcleo era de 345h, em razão das atividades integrantes previstas pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006) que, no entendimento do colegiado, estabelecia a necessidade de aprofundamento de temáticas trabalhadas no curso.

A Resolução CNE/CP Nº 02 de 01 de julho de 2015 esclarece essa questão quando aponta a obrigatoriedade de 400h de prática como componente curricular, que na compreensão desse colegiado, tem o papel de realizar a reflexão e o aprofundamento, ou seja, a reflexão acerca da prática docente.

Sendo assim, o Núcleo de Estudos Integradores, possui duas dimensões que se articulam e se complementam:

- a) Dimensão das Atividades Complementares;
- b) Dimensão Integrante.

Dimensões do núcleo	Componentes curriculares	CR	CH
Dimensão das Atividades Complementares	Atividades complementares	07	105
Dimensão Integrante	Atividades Integrantes	07	105
Total de Créditos/Horas do Núcleo		14	210

Atividades complementares: trata-se de atividades formativas realizadas pelos acadêmicos durante o curso (promovidas pela IES e/ou por outras instituições) tais como: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes; publicações, participações em projetos e programas; disciplinas cursadas em outros cursos da UFT ou de outra IES e atividades ou curso semipresenciais ou a distância desde que validado pelo colegiado do curso. Total necessário para integralização curricular: **105 h (07 créditos)** (Regimento das Atividades Complementares - Anexo E)

Atividades integrantes: são compreendidas como atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovidas pela UFT ou em parceria⁴ orientadas pelo corpo docente da instituição em diferentes áreas do campo educacional, previstas na estrutura curricular e podem ser ofertadas no de caráter obrigatório para integralização do curso. O PPC do curso prevê que o aluno participe

⁴ Sob a responsabilidade de um docente da UFT.

dessas atividades do primeiro ao sexto período a fim de integralizar a carga horária prevista no curso. Com organização, avaliação e carga horária específicas, as atividades de ensino podem ser ofertadas no formato⁵ de disciplina, ou não, dependendo do objetivo. A organização, avaliação e carga horária serão definidas pelo(as) docentes e validadas pelo colegiado.

No formato **não disciplinar** compreende participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, atividades ou cursos semipresenciais ou a distância desde que validado pelo colegiado do curso, etc.

No **formato disciplinar** compreende tópicos especiais visando aprofundamento de temas amplos e relevantes, de urgência e abrangência regional e nacional, que se constituem em interesse geral e/ou específico, em conformidade com o Art.3 § 7º, incisos I e II, da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. (Regimento das Atividades Integrantes - Anexo F)

DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS: disciplinas de livre escolha do acadêmico e que complementa a formação proporcionada pelo núcleo de disciplinas obrigatórias. Estas disciplinas têm caráter optativo e constituem grupos inter-relacionados destinados ao aprofundamento na linha do conhecimento. A oferta destas disciplinas será autorizada pelo Colegiado e levará em consideração a disponibilidade do docente, a formação das turmas com no mínimo quinze alunos com frequência regular e, a necessidade de oferta regular no curso.

O aluno deverá fazer ao longo do Curso de Pedagogia no mínimo duas disciplinas deste bloco, totalizando oito créditos, sendo que uma dessas poderá ser cursada em outro colegiado. As disciplinas que englobam o rol de discussões contemporâneas a serem ofertadas no curso de Pedagogia a cada semestre poderão ser objeto de consulta pública aos alunos, como forma de participarem da seleção e escolha das disciplinas.

Assim, as disciplinas que poderão ser ofertadas pelo curso de pedagogia, como discussões contemporâneas, compõem o quadro abaixo:

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CR	C.H
1. Arte e Educação	04	60
2. Educação e Movimentos Sociais	04	60
3. Educação à distância	04	60
4. Educação do campo	04	60
5. Estatística Aplicada a Educação	04	60
6. Gênero, sexualidade e educação	04	60
7. Educação e Multiculturalismo	04	60
8. Educação e envelhecimento humano	04	60
9. Psicopedagogia	04	60
10. Jogos e brincadeiras na educação	04	60
11. Tópicos Especiais I	04	60
12. Tópicos Especiais II	04	60
13. Saúde do profissional da educação	04	60
14. Diversidade Cultural	04	60
15. Educação Quilombola	04	60
16. Educação Indígena	04	60
17. Educação não escolar	04	60
18. Educação Patrimonial	04	60
Total disponibilizado	72	1080
Subtotal a ser ofertado	08	120

As ementas das disciplinas Optativa I – Discussões Contemporâneas I e Optativa II – Discussões Contemporâneas II constam no projeto pedagógico do curso. Esclarecemos que do rol de disciplinas optativas serão trabalhadas duas no oitavo período, conforme perfil da turma. Sendo que a bibliografia básica e complementar será definida de acordo com a temática que o professor for trabalhar e o acervo disponível na biblioteca.

A abordagem dos conteúdos previstos no artigo 13, § 2º da Resolução CNE/CP nº 02 de julho de 2015 está presente nas seguintes disciplinas:

Disciplinas	Período
Educação Especial e Inclusiva	3º
Políticas Públicas em Educação	3º
Planejamento e Gestão da Educação	4º
Educação e Cultura Afro brasileira	4º
Educação e Direitos Humanos	7º
Libras	7º
Optativa 1: Discussões Contemporânea I	8º
Optativa 2: Discussões Contemporânea II	8º

13.8 Prática como componente curricular

A Prática como componente curricular-PCC, na legislação educacional brasileira surgiu de forma explícita, na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, quando a referida legislação institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, em seu Art.1º, no inciso:

I – 400 (quatrocentas) horas de **prática como componente curricular**, vivenciadas ao longo do curso.

No Parecer CNE/CP nº28/2001 ao tratar da prática como componente curricular afirma:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

O colegiado do curso de Pedagogia assume a prática como componente curricular tal como preceitua a Resolução do Conselho Nacional de 2002, assim expressa por Calvo e Freitas (2011):

[...] a definição de prática como componente curricular já está dada como tal, ou seja, como ‘componente’, ela é ‘parte’ do currículo; não podendo, portanto, deixar de ser contemplada; ou melhor, não pode ser ignorada. Juntamente com a definição é apresentada sua função mediadora, interdisciplinar e articuladora das diferentes práticas assim como deve se articular com a teoria (CALVO; FREITAS, 2011, p. 319).

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 2/2015, as atividades da PCC podem ser desenvolvidas:

[...] como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (p. 32).

O Parecer CNE/CP nº 2/2015, ratifica o que preconiza o Parecer CNE/CES nº 15/2005, a PCC, efetivada ao longo do curso, “[...] é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (p. 32).

Dessa forma, os professores do colegiado do curso compreendem que a prática como componente curricular será efetivada por meio de:

- Miniaulas e ou micro aulas, ou seja, aulas para os próprios colegas ;
- Planejamento de atividades para serem realizadas nas escolas e posterior apresentação de relatório;
- Oficinas para os alunos com a participação de convidados externos;
- Produção de material didático;
- Produção de artigos científicos;
- Organização de seminários, workshop, mesa redonda;
- Observação de diferentes dimensões da prática educativa, reflexão, registros de observações realizadas e resolução de situações-problema;
- Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação;
- Levantamento e análise de materiais e livros didáticos;
- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
- Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica;
- Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados à: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica.

14 PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE ALUNOS

O colegiado do curso de Pedagogia define a partir das orientações contidas no parágrafo único do Art.6, da nota técnica da UFT:

Parágrafo único: De acordo com a legislação, a instituição de ensino superior possui autonomia para alterar a estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso, não possuindo o discente direito adquirido no que se refere a estrutura curricular, resguardado o direito à equivalência para os componentes curriculares já integralizados na matriz curricular vigente.

Considerando o exposto, o colegiado define a partir das orientações contidas na nota técnica que os alunos do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º período migrarão para o novo Projeto Político Pedagógico e os alunos que se encontram no 7º, 8º, e 9º período seguirão no Projeto Político Pedagógico de 2007.

15 DETALHAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO

Distribuição por Núcleo e por especificidades	Carga Horária
Núcleo I - Núcleo de Estudos Básicos	2010*
Núcleo II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1005*
Núcleo III - Estudos Integradores	210*
Prática como componente Curricular	570
Estágio Curricular Supervisionado	420
Dimensão Pedagógica	675
Disciplinas Optativas	120
Carga Horária Total do Curso	3225*

16 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A Matriz Curricular do Curso de Pedagogia - Licenciatura a ser implantada fica assim estabelecida:

Períodos	Disciplinas	C.R.	C.H. Teórica	C.H. Prática	PCC	C.H. Total	Pré-Requisito
1º Período	Filosofia da Educação	04	30	15	15	60	
	Sociologia da Educação	04	30	15	15	60	
	Educação Ambiental	04	30	15	15	60	
	Leitura e Produção de Texto	04	30	15	15	60	
	Psicologia da Educação I	04	45	15	-	60	
	Subtotal	20	165	75	60	300	
	Atividades Complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	
2º Período	História da Educação Brasileira	04	30	15	15	60	
	Educação e Infância	05	45	15	15	75	
	Psicologia da Educação II	04	45	15	-	60	Psicologia da Educação I
	Antropologia e Educação	04	30	15	15	60	
	Ética e Educação	04	30	15	15	60	
	Epistemologias Pedagógicas Contemporâneas	04	30	15	15	60	
	Subtotal	25	210	90	75	375	
	Atividades Complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	

3º Período	Matemática Básica	04	30	15	15	60	
	Didática	04	30	15	15	60	
	Políticas Públicas em Educação	05	45	15	15	75	
	Organização do Trabalho Pedagógico	04	30	15	15	60	
	Alfabetização e Letramento	04	30	15	15	60	Leitura e Produção de Texto
	Educação Especial e Inclusiva	05	45	15	15	75	
	Subtotal	26	210	90	90	390	
	Atividades Complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	
4º Período	Educação e Cultura Afro-Brasileira	04	30	15	15	60	
	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	05	45	15	15	75	
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Linguagem	05	45	15	15	75	Alfabetização e Letramento
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	05	45	15	15	75	Didática
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	05	45	15	15	75	Didática
	Planejamento e Gestão da Educação	04	30	15	15	60	
	Subtotal	28	240	90	90	420	
	Atividades complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	

5º Período	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte e do Movimento	05	45	15	15	75	Didática
	Avaliação Educacional	04	30	15	15	60	
	Teorias do Currículo	04	30	15	15	60	
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	05	45	15	15	75	Matemática Básica
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	05	45	15	15	75	Didática
	Estágio I- Projeto para a Docência e Gestão de Processos Educacionais	08	60	60	-	120	Planejamento e Gestão da Educação
	Subtotal	31	255	135	75	465	
	Atividades Complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	
6º Período	Fundamentos e Metodologias dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	05	45	15	15	75	
	Literatura Infanto Juvenil	04	30	15	15	60	
	Metodologia da Pesquisa Científica	05	45	15	15	75	
	Estágio II – Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	10	60	90	-	150	Estágio I - Projeto para Docência e Gestão de Processos Educacionais
	Subtotal	24	180	135	45	360	
	Atividades Complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	

7º Período	Pesquisa em Educação	05	45	15	15	75	Metodologia da Pesquisa Científica
	Língua Brasileira de Sinais - Libras	04	30	15	15	60	
	Educação em Direitos Humanos	04	30	15	15	60	
	Fundamentos e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos	04	30	15	15	60	
	Estágio III – Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	10	60	90	-	150	Estágio I e II
	Subtotal	27	195	150	60	405	
	Atividades Complementares	01				15	
	Atividades Integrantes	01				15	
8º Período	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação Aplicadas à Educação (TDIC)	04	30	15	15	60	
	Optativa I - Discussões Contemporâneas I	04	30	15	15	60	
	Optativa II - Discussões Contemporâneas II	04	30	15	15	60	
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	08	60	30	30	120	Pesquisa em Educação
	Subtotal	20	150	75	75	300	
	Atividades Complementares	-	-	-	-	-	
	Atividades Integrantes	-	-	-	-	-	

TOTAL	C.R.	C.H. Teórica	C.H. Prática	PCC	C.H. Total
Disciplinas	201	1605	1110	570	3015
Atividades Integrantes	07	-	-	-	105
Atividades Complementares	07	-	-	-	105
TOTAL GERAL	215	1605	1110	570	3225

C.R. = Créditos, C.H. = Carga Horária Teórica; C.H.P = Carga Horária Prática; PCC= Prática como Componente Curricular; e C.H.T. = Carga Horária Total. Na primeira linha - o total de créditos é multiplicado pelo valor de um crédito que equivale a 15, então ao multiplicar 201 total de créditos de todas as disciplinas por 15 temos o valor de 3015, sem contar as atividades integrantes e complementares.

16.1 Tabela de Equivalência

A fim de orientar o processo de migração o colegiado do curso apresenta a tabela de equivalência das disciplinas:

Versão anterior do PPC			Versão nova do PPC		
Período	Disciplina	Carga horária	Período	Disciplina	Carga horária
1º	Sociologia da Educação	60h	1º	Sociologia da Educação	60h
1º	Leitura e Produção de Texto	60h	1º	Leitura e Produção de Texto	60h
1º	Psicologia do Desenvolvimento	60h	1º	Psicologia da Educação I	60h
2º	História da Educação Brasileira	60h	2º	História da Educação Brasileira	60h
2º	Filosofia da educação	60h	1º	Filosofia da Educação	60h
2º	Psicologia da Aprendizagem	60h	2º	Psicologia da Educação II	60h
2º	Antropologia e Educação	60h	2º	Antropologia e Educação	60h
2º	Educação Ambiental	60h	1º	Educação Ambiental	60h
3º	Educação de Jovens e Adultos	60h	7º	Fundamentos e Metodologias da educação de Jovens e Adultos	60h
3º	Organização do Trabalho Pedagógico	60h	3º	Organização do Trabalho Pedagógico	60h
3º	Alfabetização e Letramento	60h	3º	Alfabetização e Letramento	60h
4º	Teorias do Currículo	60h	5º	Teorias do Currículo	60h
4º	Didática	60h	3º	Didática	60h
4º	Ética e Educação	60h	2º	Ética e Educação	60h
5º	Planejamento e Gestão da Educação	60h	4º	Planejamento e Gestão da Educação	60h
6º	Educação e Tecnologias	60h	8º	Tecnologias Digitais de Informação e	60h

				Comunicação Aplicada a Educação (TDIC)	
6º	Educação e Cultura Afro Brasileira	60h	4º	Educação e Cultura Afro Brasileira	60h
7º	Literatura Infanto Juvenil	60h	6º	Literatura Infanto Juvenil	60h
7º	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60h	7º	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60h
8º	Educação e Movimentos Sociais	60h	7º	Educação em Direitos Humanos	60h
9º	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	120h	8º	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	120
9º	Tópicos Especiais I	60h	8º	Optativa I - Discussões Contemporâneas I	60h
9º	Tópicos Especiais II	60h	8º	Optativa II Discussões Contemporâneas II	60h

As disciplinas não relacionadas na tabela de equivalência cursadas pelos alunos poderão ser validadas como atividades complementares ou integrantes. Além disso, também poderão ser aproveitadas conforme parecer do professor que estiver ministrando a disciplina correspondente a área, após solicitação de aproveitamento devidamente protocolada pelo aluno, em conformidade ao que preconiza o regimento acadêmico da UFT.

16.2 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Em atendimento ao Decreto-Lei de número 5.626/2005 é ofertada de forma **obrigatória** na matriz curricular, sendo esta uma disciplina de **60 (sessenta) horas**, ofertada no sétimo período.

17 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO

17.1 - 1º Período

Disciplina: Filosofia da Educação				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Proporcionar o contato dos estudantes com os temas, problemas e procedimentos filosóficos fundamentais aplicados à educação.				
Ementa: Compreender na História da Filosofia a relação entre Filosofia e Educação. Temas e problemas da filosofia relacionados à Educação nos períodos pré-socráticos, Clássico, Moderno e Contemporâneo. Por uma Filosofia da Educação emancipatória com o potencial de dar sentido à Educação. Filosofia da Práxis como pressuposto de ações contra hegemônicas.				
Bibliografia básica: CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v. 1. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994. RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.				
Bibliografia Complementar: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2018. NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011. SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. SEVERINO, Antônio Joaquim. A Filosofia Contemporânea no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.				

Disciplina: Sociologia da Educação				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Conhecer as teorias e concepções clássicas fundamentais das Ciências Sociais objetivando compreender a relação educação e sociedade, a fim de desenvolver a capacidade de identificar problemas socioculturais e educacionais.				
Ementa: Estudo dos principais autores e das principais teorias clássicas e contemporâneas sobre ações coletivas dos homens na sociedade. Serão objetos de análise as teorias construídas pelas correntes históricas - segundo os paradigmas marxista, estrutural, funcional e reprodutivista. Destacando-se os principais aspectos metodológicos destas teorias.				
Bibliografia básica: MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: Introdução ao estudo da escola no processo de				

transformação social. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da Educação**. São Paulo (SP): Atual, 1997.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação à Sociologia**. 2. ed. São Paulo (SP): Atual, 2000.

Bibliografia Complementar:

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 26. ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa Omega, 19--.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Obras escolhidas**. v. 2. São Paulo: Alfa Omega, 19--. MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo (SP): Lafonte, 2018.

Disciplina: Educação Ambiental

Pré-Requisitos: -

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral: Analisar o papel da educação ambiental na formação dos sujeitos sociais capaz de conservar a cultura e o ambiente ao qual está inserido.

Ementa: Tendências da Educação Ambiental; ecologia e ambientalismo; legislações ambientais; educação ambiental e o currículo escolar; abordagens metodológicas em educação ambiental; Desenvolvimento ecologicamente sustentável; Educação ambiental e interdisciplinaridade; desenvolvimento de Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Espaços formais e não-formais da Educação Ambiental; cultura e meio ambiente.

Bibliografia básica:

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação a temática ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 9. ed. Campinas - SP: Papirus, 2009.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo - SP: Brasiliense, 2009.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: 2004.

NAVAL, Liliana Pena Naval (Org.). **Cidades e meio ambiente II**. Palmas: EDUFT, 2015.

PHILIPP JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri, SP: Mamole, 2009.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Disciplina: Leitura e Produção de Texto

Pré-Requisitos: -

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral:

Incentivar o desenvolvimento da prática da reflexão no que tange o processo de produção de textos, de forma que o profissional em educação consiga incrementar e aperfeiçoar sua prática pedagógica, além de atingir um grau mais elaborado na produção de textos em diferentes modalidades e diante dos

diferentes contextos solicitados por sua atuação social e profissional.

Ementa:

Linguagem e Comunicação. Abordagens teóricas e prática de leitura e produção de textos de diversos gêneros. Conceito de texto e textualidade. Coesão e coerência: organização e elementos textuais. Gêneros textuais da esfera acadêmica: definição, finalidade e formatação.

Bibliografia básica:

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de Textos para Estudantes Universitários**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco. **Para entender o texto**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 45. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
 FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de texto**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
 FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco. **Lições de texto**: leitura e redação. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 9. ed. Campinas: Pontes, 2004.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvea; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-34

Disciplina: Psicologia da Educação I

Pré-Requisitos: -

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	45	15	-	04

Objetivo Geral: Estudar a aprendizagem e o desenvolvimento humanos evidenciando a constituição psicológica do sujeito que aprende, como um processo vinculado às suas vivências e experiências sociais e culturais, com foco nas características da sua formação escolar.

Ementa: Abordagens da aprendizagem e do desenvolvimento humanos: Inatista, Ambientalista e Interacionista. Introdução ao estudo da Psicologia e da Psicologia da Educação. Aspectos biológicos e socioculturais do desenvolvimento humano e da aprendizagem humana. O humano como um ser que se constitui em sua experiência e vivência sociocultural. Análise do desenvolvimento do sujeito na infância, na adolescência e na vida adulta, com ênfase na área cognitiva, social, emocional e físico-motora e suas implicações didático-pedagógicas. Introdução à temáticas da Psicologia que se inter-relacionam com a Educação, tais como: inteligência; sexualidade; identidade violência, dentre outras.

Bibliografia básica:

BEE, Hellen. **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. São Paulo: Harbra, 2003.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre:

Artmed, 2010.

Bibliografia Complementar:

CARRARA, Kester (Org.) **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

COLL, César. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COLL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesus (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. **Psicologia da educação**: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação: ênfase nas abordagens interacionistas do psiquismo humano. Belo Horizonte: Lê, 2001.

VYGOTSKII, Lev Semenovitch; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. (Trad.: Maria da Penha Villalobos). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 14. ed. São Paulo, SP: Icone, 2017.

17.2 - 2º Período

Disciplina: História da Educação Brasileira				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno uma visão geral do processo histórico da educação brasileira, partindo de 1549 ao tempo presente, fornecendo indícios que o capacite a buscar elementos mais precisos, conforme sua necessidade, sobre a História da Educação Brasileira.				
Ementa: Fornecer elementos referenciais do processo histórico da educação no Brasil. Compreensão da linearidade temporal proposta pela disciplina frente a outros possíveis recortes. Capacidade crítica para buscar novos elementos para a compreensão histórica dos fatos ligados à educação brasileira.				
Bibliografia básica: RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da Educação Brasileira: Organização Escolar. 21. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2011. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis: Vozes, 2013. XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. História da Educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.				
Bibliografia Complementar: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2. ed. (rev. atual.) São Paulo: Moderna, 2003. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999. REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. ROSA, Maria da Glória. A história da educação através dos textos. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2003. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, Jose Claudinei, SANFELICE, Jose Luis. História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 2. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2000.				

Disciplina: Educação e Infância				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Compreender o papel do educador na construção da identidade social da criança.				
Ementa: Abordagem sobre a concepção de infância e sua construção histórica-social e cultural. Discussões sobre o conceito de infância, família e sociedade. Desafios da Infância no Brasil, Infância Negra no Brasil. Implicações da Exploração Sexual Infantil e do Trabalho infantil.				

Estatuto da criança e do adolescente.

Bibliografia básica:

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2007.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Bibliografia Complementar:

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na Pré-Escola: Revisitando teorias descortinando Práticas**. São Paulo: Pioneira Editora, 1994.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OSTETTO, Luciana E.; LEITE, Maria Isabel. **Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda. **Infância e educação infantil**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos (Org.) **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina: Psicologia da Educação II

Pré-Requisitos: Psicologia da Educação I

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	45	15	-	04

Objetivo Geral:

Propiciar ao estudante o conhecimento de conceitos e princípios fundamentais das principais teorias de aprendizagem e desenvolvimento humanos, identificando-as na prática educacional e analisando suas decorrências no âmbito do aluno, do professor, da escola e da sociedade, incluindo a discussão das dificuldades de aprendizagem no cotidiano da escola

Ementa:

Conceitos e princípios fundamentais das teorias de desenvolvimento e aprendizagem, identificando-as na prática educacional e analisando suas decorrências no âmbito do aluno, do professor, da escola e da sociedade. Contribuições da Neuropsicologia para o estudo do desenvolvimento e da aprendizagem humanas Ênfase na constituição dos sujeitos nas práticas sociais, em especial, no cotidiano escolar. Análise da intervenção professor e aluno. Dificuldade de Aprendizagem no contexto escolar.

Bibliografia Básica:

COOL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesus (trad. Fátima Murad). **Desenvolvimento Psicológico e educação: Psicologia da Educação Escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 18. ed. Rio de Janeiro - RJ: Vozes, Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento: Um processo sócio histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

CAMARGO, Janira Siqueira; Rosin Sheila Maria. **Psicologia e Educação: Compartilhando Saberes**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 4. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2007.

LA TALLE, Yves. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, Jean. **Linguagem e pensamento da criança**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina: Antropologia e Educação				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Conhecer e entender as diferentes culturas e diferentes modos de pensar, atuar e sentir, enfocando a cultura como objeto de investigação científica, explorando conceitos tais como aculturação e etnocentrismo usando métodos próprios da antropologia. Fornecer ao discente subsídios teórico-científicos para análise dos fenômenos socioculturais em diferentes povos e diferentes períodos históricos.				
Ementa: Estudo do surgimento e formação do pensamento antropológico. Discussão de formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade que permeiam em diferentes espaços. A interface da pesquisa e do ensino no campo da pedagogia e da educação.				
Bibliografia básica: FELDMAN BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (Orgs). Identidades: estudos de cultura e poder . São Paulo: Hucitec, 2000. MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia: uma introdução . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ROCHA, Gilmar; TOSA, Sandra Pereira. Antropologia e educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2009.				
Bibliografia Complementar: BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura (Trad. Alberto Candeias). Lisboa: Livros do Brasil , 2000. LINTON, Ralph. O homem: uma introdução a antropologia . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. PEIRANO, Mariza G. S. Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas . Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ROCHA, Gilmar. Antropologia e educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2009.				

Disciplina: Ética e Educação				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Proporcionar uma análise da Ética na História da Filosofia e problematizar as variações conceituais em cada contexto histórico social com a finalidade de se compreender a ética				

nas relações sociais, educacionais e profissionais.

Ementa: Temas e problemas relacionados à Ética; diferença entre Ética e Moral; a ontologia da Ética concebida por Heráclito e Aristóteles; a historicidade das mudanças conceituais da Ética na História da Filosofia; as perspectivas de uma Ética Latino Americana e Caribenha. Problemática conceitual entre Ética e Moral e as controversas posições dos chamados códigos de Ética das profissões. A Ética como elemento fundante da Educação.

Bibliografia básica:

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral a busca dos fundamentos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
VAZQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 30. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.
WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. **A Ética a Nicômaco**. São Paulo: Coleção dos Pensadores, 2015.
DUSSEL, Enrique D. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** (Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
TEDESCO, Sílvia; NASCIMENTO, Maria Nívia. **Ética e Subjetividade, novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Disciplina: Epistemologias Pedagógicas Contemporâneas

Pré-Requisitos:-

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral:

Analisar o desenvolvimento do processo histórico social, compreendendo os pressupostos educacionais orientadores da educação a partir dos pensamentos e ações dos teóricos, políticos, filósofos, médicos, sociólogos e educadores populares com ênfase nas concepções teóricas e pedagógicas.

Ementa: Epistemologias orientadoras das ações pedagógicas. O surgimento da pedagogia enquanto processo formativo. O ideal iluminista como instrumento subordinado a ordem vigente. Concepções Liberais, Concepções emancipatórias em educação.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar:

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2001.
MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 3. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2000.
PONCE, Aníbal. **Educação como Luta de Classes** (Trad. José Severo de Camargo Pereira). 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35. ed. rev. Campinas - SP: Autores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. 21.ed. São Paulo. Loyola, 2006.

17.3 - 3º Período

Disciplina: Matemática Básica				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Desenvolver o raciocínio lógico e aprender a aprender; e aprender a fazer; motivando o aluno a aplicar conceitos Matemáticos na Resolução de Problemas formulados matematicamente, mas que exigem interatividade para a efetiva solução, e com isso buscar a interação Matemática para o ensino na Educação infantil e Anos iniciais.				
Ementa: O ensino de matemática envolvendo as operações aritméticas e seus significados matemáticos. A escrita numérica e suas relações com o sistema de numeração. O estudo do Número na oralidade e na escrita. Procedimentos de cálculo mental, oral e escrito. Operações aritméticas e os cálculos nas operações matemáticas na prática do pensamento matemático com os Conjuntos: naturais, inteiros e racionais; Grandezas e medidas; Espaço e forma e Tratamento da informação.				
Bibliografia básica: GIOVANNI, José R.; BONJORNIO, José R.; JUNIOR, José R. G. Matemática fundamental, uma nova abordagem . São Paulo, FTD, 2015. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar . São Paulo - SP: Atual, 2004, Vol. 1; vol. 9 e vol. 10. PARRA, Cecília; SAIZ, Irma. Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas . Porto Alegre: Artes Médicas, Porto Alegre, 2008.				
Bibliografia Complementar: CENTURIÓN, Marília. Conteúdo e Metodologia da Matemática . Número e Operação. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995. DANYLUK, Ocsana. Alfabetização Matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil . 2. ed. Porto Alegre: Sulina, Passo Fundo: Edipuf, 2015. FREITAS, Ladir Souza de; GARCIA, Airton Alves. Matemática Passo a Passo: com teorias e exercícios de aplicação . São Paulo: Avercamp, 2011. GOLBERT, Clarissa Seligman. Novos Rumos na Aprendizagem da Matemática: conflito, reflexão e situações-problemas . Porto Alegre: Mediação, 2002. LORENZATO, Sergio. Para aprender matemática . Campinas-SP: Autores Associados, 2006.				

Disciplina: Didática				
Pré-Requisitos:-				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Analisar os fundamentos e conhecimentos teóricos da didática, as várias funções e compromissos				

que a disciplina possui na formação multidimensional do educador, sejam elas, política, social e educacional, de tal forma que contribua efetivamente para a construção do conhecimento e cidadania do educando.

Ementa: Fundamentos sócios-políticos-epistemológicos da Didática na formação do(a) profissional professor(a) e na construção da identidade docente. Relações dialéticas fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; conhecimento/conhecer; sucesso/fracasso; professor/aluno; aluno/aluno. Competências do professor na articulação entre o ensino e a pesquisa na docência. Organização da dinâmica da Prática Pedagógica: o processo de planejamento. Fases da construção de um planejamento de ensino, considerando a concepção e prática na elaboração dos objetivos, seleção dos conteúdos, metodologia, relação-professor e aluno e avaliação.

Bibliografia básica:

MARTINS, Pura Lúcia. **As didáticas e as contradições da prática**. 2. ed. Campinas (SP): Papirus, 2003.

MARTINS, Pura Lúcia. **Didática teórica didático: prática para além do confronto**. 6. ed. Loyola: São Paulo, 2008.

ROSA, Dalva E. Gonçalves et ali. **Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar:

CANAU, Vera Maria (org). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.)

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Didática: o ensino e suas relações**. 18. ed. Campinas - SP: Papirus, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas - SP: Papirus, 2010.

Disciplina: Políticas Públicas em Educação				
Pré-Requisitos:-				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Promover uma análise das políticas públicas em educação local e externamente, a partir dos principais marcos legais que regulam a educação nacional, olhando o financiamento, a gestão e os impactos destas políticas sobre a vida de sua população.				
Ementa: Organização e legislação dos sistemas de ensino. Estrutura e funcionamento da educação básica. Impasses e perspectivas das políticas atuais da educação. Estado, Políticas públicas educacionais: as ações, programas e projetos governamentais e o orçamento destinado às áreas sociais. Concepções teóricas de Estado e Educação. Políticas sociais e educação. Políticas educacionais. O ensino público e o privado. A gestão participativa. Educação e cidadania: o papel político e social da escola.				
Bibliografia básica: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). Gestão e Políticas da Educação . Rio de Janeiro. DP&A, 2004. BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. PERONI, Vera; ADRIÃO, Tereza (org). O Público e o Privado na Educação: interfaces entre				

estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil:** Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – Lei nº 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13005/2014.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil – Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

HADDAD, Sérgio (org.). **O Banco Mundial, OMC e FMI:** o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico

Pré-Requisitos:

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral:

Estudo e análise dos procedimentos sistematizados e das atividades desenvolvidas nos espaços escolares e não escolares, objetivando o domínio de instrumentos didáticos por meio do trabalho com projetos e análise de projetos político-pedagógico.

Ementa: Natureza e especificidades do trabalho em geral e do trabalho pedagógico. O Trabalho como princípio educativo. As mudanças atuais no contexto do capitalismo e suas repercussões na organização do trabalho pedagógico. A concepção do Projeto Político-Pedagógico da escola como expressão da organização do trabalho pedagógico: princípios e perspectivas.

Bibliografia básica:

TARDIFF, Maurice.; LESSARD, Claude. Tradução de João Batista Kreuch. **Trabalho Docente:** Elementos para uma Teoria da Docência como Profissão de Interações Humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. **As dimensões do projeto político pedagógico:** novos desafios para a escola. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

JARAUTA, B; IMBERNÓN, F. (orgs.). Pensando na educação do futuro. Uma nova escola para o Século XXII. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar:

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2001. VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** 2. ed. Campinas – SP: Papirus, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 6. ed.

Campinas/SP: Papirus, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

Disciplina: Alfabetização e Letramento				
Pré-Requisitos: Leitura e Produção de Texto				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Formar alunos acadêmicos para que possam ser alfabetizadores conscientes, pesquisadores e críticos, proporcionando-lhes condições de refletirem sobre as diversas concepções teóricas sobre a aquisição e a apropriação da linguagem escrita, bem como perceber suas relações na prática pedagógica.				
Ementa: Conceituar alfabetização e Letramento. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Os diversos métodos do ensino da leitura e da escrita e suas implicações pedagógicas nos diferentes níveis de ensino. As influências das teorias construtivista e sócio interacionista. O ambiente como desencadeador do sucesso ou bloqueador da aprendizagem. A prática pedagógica na alfabetização.				
Bibliografia básica: CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica, 2009.				
Bibliografia Complementar: FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, ANA. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores. CEALE/FAE/UFMG e MEC. Belo Horizonte: 2005. Caderno da coleção alfabetização e letramento. Disponível em: < http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos_didaticas_alfabetizacao.pdf >. Acesso em 23 de maio de 2019. KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento. São Paulo: Mercado de Letras, 1995. MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2010. ROJO, Roxane (Org.). Alfabetização e letramento. São Paulo: Mercado aberto, 1988. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.				

Disciplina: Educação Especial e Inclusiva				
Pré-Requisitos:				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Estudar a modalidade de educação: Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, no que tange os seus aspectos histórico, teórico, legal e prático. Tendo em vista a construção de um olhar crítico acerca do atendimento escolar oferecido aos estudantes com deficiência, estudantes com transtorno de desenvolvimento e estudantes com altas habilidades.				
Ementa: Apresentar o conceito, o histórico, a legislação e as políticas públicas da Educação Especial e da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Educação Especial e Inclusiva como modalidade de ensino que se caracteriza como um conjunto de recursos e serviços educacionais diferenciados para os estudantes com deficiências, para os estudantes com transtornos de desenvolvimento, e para os estudantes com altas habilidades, no que tange às suas especificidades, suas necessidades e suas potencialidades. O atendimento pedagógico, às adaptações curriculares bem como o atendimento educacional precoce por meio de intervenção e estimulação essencial. Planejamento e avaliação em Educação Especial.				
Bibliografia básica: FIGUEIRA, Emílio. O que é educação inclusiva . São Paulo: Brasiliense, 2011. FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MONTANO, Maria Teresa Eglér. Aspectos legais e orientações pedagógicas . Brasília: MEC/SEESP, 2007. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: Pontos e contrapontos . 4. ed. São Paulo: Summus, 2006.				
Bibliografia Complementar COLL, César. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. GÓES, Maria Cecília Rafael de. (Org.) Políticas e práticas de educação inclusiva . 2. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2007. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas Pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental . 4. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2000. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre - RS: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice Müller de (Org.). Letras Libras: ontem, hoje e amanhã . Florianópolis, SC: UFSC, 2014.				

17.4 - 4º Período

Disciplina: Educação e Cultura Afro-brasileira				
Pré-Requisitos:-				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Estudo e análise do conhecimento historiográfico sobre a África; a cultura negra no Brasil a formação dos territórios quilombolas e a construção de fronteiras culturais e identidades étnicas; a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil, da América Latina e Caribe.				
Ementa: Valorização da cultura africana enquanto instrumento identitário da cultura afro-brasileira. Discussão sobre o processo contemporâneo e os desafios de políticas de garantia dos direitos do cidadão negro e os conceitos de cultura negra, africanidades. Lei 10.639/03. Situação de pessoas afrodescendentes na América latina e Caribe.				
Bibliografia básica: HERNANDEZ, Leila Leite. A África na Sala de aula: visita à história contemporânea. 2. ed. revista. São Paulo: Selo Negro, 2008. LOPES, Nei. Bantos, males e identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. MORAES, Cristina Cássia; OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Educação Quilombola. Goiânia: FUNAPE, 2013.				
Bibliografia Complementar: CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. (Trad. Dinah Kleve). 2. ed. São Paulo: Summus, 2000. PIRES, Antonio Liberac Cardoso; OLIVEIRA, Rosy. Sociabilidades negras: comunidades remanescentes, escravidão e cultura. Belo Horizonte: Daliana Ltda, 2006. THORNTON, Jonh. A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800 (Trad. Marisa Rocha Mota). 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GATES, Henry Louis Jr. Os Negros na América Latina. (Trad. Donaldson M. Garschagen). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência (Trad. Ci Knipel Moreira). 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.				

Disciplina: Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil				
Pré-Requisitos:				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Compreender os fundamentos políticos, pedagógicos, econômicos e sociais da educação infantil, bem como o fazer pedagógico, a partir de estudos teóricos e da análise de práticas pedagógicas desenvolvidas por docentes em diversas instituições brasileiras e também em outros países.				
Ementa: As políticas de atendimento à infância. A importância do brincar e das interações no desenvolvimento infantil. O fazer docente na Educação Infantil. Especificidades do trabalho com bebês. Condições e organização do trabalho pedagógico em creches e pré-escolas. Os cinco campos de experiência na Educação Infantil (BNCC). Processos de inclusão e projetos de adaptação em creche e pré-escola. Avaliação na Educação Infantil.				

Bibliografia Básica:

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos:** uma alternativa curricular para a educação infantil. 14 ed. São Paulo: Ática, 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira (org.). **Educação infantil:** muitos olhares. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ZABALZA, Miguel. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar:

GONZALEZ-MENA, Janet; EYER, Dianne Widmeyer. **O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche:** um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas. 9.ed. São Paulo: McGraw-Hill; Editora Penso, 2014.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda Guimarães. (Orgs.). **Infância e educação infantil.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo, Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al. **O trabalho do professor na Educação Infantil.** 2. ed. São Paulo: Biruta, 2014.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. **Os fazeres na educação infantil.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Linguagem

Pré-Requisitos: Alfabetização e Letramento

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05

Objetivo Geral:

Compreender a linguagem como instrumento de mediação entre o mundo e a consciência humana, bem como identificar e construir ações para o ensino de língua portuguesa.

Ementa:

Prática reflexiva do ensino da leitura e escrita em Língua Portuguesa. Escrita e desenvolvimento humano. Aquisição e desenvolvimento da escrita. Produção e apropriação da língua escrita na escola. Processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia básica:

ANDALÓ, Adriane. **Didática de língua portuguesa para o ensino fundamental:** alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. São Paulo: FTD, 2000.

BAGNO, Marcos. **Gramática, pra que te quero?** Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymará, 2010.

SOUSA, Solange Jobim e. **Infância e linguagem:** Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Beatriz; MADZA, Ednir. **Ler e escrever:** muito prazer! 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CITELLI, Beatriz. **Produção e leitura de textos no ensino fundamental: poema, narrativa, argumentação.** São Paulo: Cortez, 2012.

JOLIBERT, Josette e colaboradores. Tradução Bruno Charles Magne. **Formando crianças leitoras.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola.** 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.

VIGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia				
Pré-Requisitos: Didática				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Analisar a função social da geografia na escola básica, articulando conteúdo e método nos programas escolares de geografia, a partir da análise da condição humana por meio dos eixos fundamentais da produção capitalista do espaço, problematizando as concepções de ensino-aprendizagem e a didática da geografia, destacando o papel dos conceitos.				
Ementa: A produção do conhecimento sobre o espaço e suas consequências para a educação infantil e o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A construção do conceito de espaço geográfico na criança. O processo de produção, reprodução do espaço geográfico mediado pelo trabalho social do homem. Relação entre a teoria e prática direcionada para o equacionamento da práxis pedagógica.				
Bibliografia básica: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Geografia: leituras culturais . Goiânia: Alternativa, 2003. CALVACANTI, Lama de Sousa. Geografia, escola e construção de conhecimentos . Campinas: Papirus, 2008. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Para onde vai o ensino de geografia . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.				
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Manuel Correia de. Uma geografia para o Século XXI . Campinas: Papirus, 2004. BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia . Brasília: MEC/SEF, 1997. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A geografia na sala de aula . 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. CASTELLAR, Castellar; VILHENA, Jerusa Vilhena. Ensino de geografia . São Paulo: Cengage Learning, 2010. VESENTINI, José William. Geografia e ensino: textos críticos . (Trad. Josette Gian). 8. ed. Campinas: Papirus, 2005.				

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de História				
Pré-Requisitos: Didática				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Compreender os fundamentos do ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental, estimulando a autonomia intelectual do aluno por meio do discernimento crítico da escolha de materiais, textos e fontes a serem trabalhados em sala de aula, percebendo as possibilidades metodológicas do ensino de história, tendo como base o sujeito histórico no seu contexto local e suas relações no espaço e no tempo.				

Ementa: Entender o papel da disciplina de história na formação escolar do aluno. Capacidade crítica para relacionar o conteúdo escolar da disciplina história com a prática curricular do aluno e da Escola, considerando sua imersão social e cultural. Analisar a história local e regional como possibilidades para a prática do ensino de história (LDB e PCN). Formas de aprendizagem, avaliação e auto avaliação na prática pedagógica do ensino de história.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão**. Brasília-DF: MEC, 2017. (BNCC).

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2004.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento. SCHIER, Dirlei Afonso. A Influência do Ensino de História na Educação Infantil e Formação do Aluno. **Educação em Foco**. Edição nº 08, 2016. p. 24-40. Disponível em:

<http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2016/003_influencia_historia_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

Bibliografia complementar:

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de Aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010. CRUZ, Gisele Thiel Della; SOUZA, Daniela dos Santos. **Fundamentos teóricos e práticos do ensino de História**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

SILVA, Norma Lúcia da. VEIRA, Martha Victo. **Ensino de história e formação continuada: teorias, metodologias e práticas**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

ZIMMERMANN, Joseane. RÉCHIA, Karen Christine. Prática de ensino de História: considerações preliminares. **Perspectiva**. Florianópolis, v.11, n. Especial, p. 6S -11, jan./jun. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/11203>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

Disciplina: Planejamento e Gestão da Educação

Pré-Requisitos:

CH-Total	CH-Teórica	CH-Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral: Conhecer os fundamentos teóricos e os processos do planejamento educacional

Ementa: Concepções de gestão e organização escolar e da cultura organizacional. Gestão dos processos educativos e da sala de aula. Princípios e processo de planejamento participativo. A gestão democrática na organização e funcionamento da escola relacionada aos projetos Políticos Pedagógicos. O Planejamento da Educação no Brasil. O papel das Conferências Nacionais de Educação e suas correlações com princípios e metas do Plano Nacional de Educação.

Bibliografia básica:

GANDIM, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia-GO: Alternativa, 2004.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto**

político-pedagógico. 19. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática:** atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COLOMBO, Sonia Simões (Org.). **Gestão educacional:** uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não:** um modo de agir num mundo em permanente mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (orgs). **Gestão educacional e tecnologia.** São Paulo: Avercamp, 2007.

VALERIEN, Jean. **Gestão da escola fundamental:** subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor:** O cotidiano da escola. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

17.5 - 5º Período

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte e do Movimento				
Pré-Requisitos: Didática				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Habilitar educadores a lidar de forma consciente com os recursos expressivos do universo escolar, transformando os espaços possíveis em experiências estéticas e trabalhar os principais aspectos teóricos e práticos do ensino da arte (apropriação e transformação das linguagens) e do Movimento, considerando com objeto de estudo o período inicial de escolarização de crianças, jovens e adultos.				
Ementa: Concepção, história, função e necessidade da arte. Arte na educação escolar: breve histórico. Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de arte e do movimento corporal. A construção do conhecimento no ensino de arte e do movimento corporal. Organização didático-pedagógica para o ensino de arte e do movimento corporal.				
Bibliografia básica: CUNHA, Susana Rangel Vieira da (org.). Cor, som, movimento: à expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. FUSARI, Maria Felismina de Resende; FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. FERREIRA, Sueli. O ensino das Artes: construindo caminhos. 10. ed. Campinas - SP: Papirus, 2012.				
Bibliografia Complementar: BARBOSA, Ana Mae (Org.). Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felismina de Resende. 2. ed. rev e amp. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 2009. FISCHER, Ernest. A necessidade da arte. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. OSTETTO, Luciana E.; LEITE, Maria Isabel. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. Campinas: Papirus, 2004. 370.1				

Disciplina: Avaliação Educacional				
Pré-Requisitos:				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Analisar a história, as práticas, os fundamentos da avaliação educacional e seus reflexos na dinâmica da sala de aula, da escola e no contexto das políticas educacionais e os processos da avaliação da aprendizagem em suas diferentes concepções teórico-práticas.				
Ementa: Contextualização histórica da avaliação educacional considerando os diferentes enfoques: classificatória, democrática, mediadora e formativa. A função ideológica da avaliação no sistema educacional. A sistemática de avaliação nos níveis federal, estadual e municipal e os				

programas e experiências contemporâneas de avaliação institucional. Meta avaliação dos processos de ensino e da aprendizagem em sala de aula. Propostas alternativas de avaliação da aprendizagem. Avaliação Institucional: Saeb e Enade.

Bibliografia básica:

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação:** políticas e práticas. 2. ed. Campinas: SP, 2004.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola a universidade. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Bibliografia Complementar:

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica:** desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ESTEBAN, Maria Tereza. **O que sabe quem erra?** reflexões sobre a avaliação e o fracasso escolar. 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** 9. ed. Campinas –SP: Autores Associados, 2008.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional:** base teórica e construção do projeto. 2. ed. Fortaleza: Edições Rocha, 2002.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação:** de como ignorar em vez de enfrentar problemas. 3. ed. Campinas- SP: Autores Associados, 2010.

Disciplina: Teorias do Currículo				
Pré-Requisitos:				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Compreender a dinâmica sociocultural e educacional a partir de uma visão multirreferencial das diversas acepções críticas e pós críticas do currículo escolar, no sentido de possibilitar aos discentes condições de analisar o trabalho pedagógico, seus propósitos e práticas curriculares, bem como refletirem sobre suas ações como profissionais da educação.				
Ementa: Estudo dos conceitos e fundamentos de currículo. As tendências tradicionais, crítica e pós-crítica no campo do currículo. O processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento no currículo escolar. O currículo e a política educacional brasileira. Propostas e programas curriculares desenvolvidas nas escolas de educação básica.				
Bibliografia básica: SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. SACRISTAN, J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre/RS: Artmed, 2000. SACRISTÁN, José Gimeno (Org). Saberes e incertezas do currículo (Trad. Alexandre Salvaterra: Revisão técnica: Miguel González Arroyo). Porto Alegre/RS: Penso, 2013.				
Bibliografia Complementar: GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo-SP : Cortez, 2011.				

MOREIRA, Antonio Flavio. **Currículo: pensar, sentir e diferir**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.
 SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (orgs). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.
 TORRES SANTOMÉ, J. **Currículo Escolar e Justiça Social: o cavalo de Tróia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013. (eBook)

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática				
Pré-Requisitos: Matemática Básica				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Possibilitar a construção de uma proposta didático-pedagógica de Matemática tendo como base a concepção teórica e fundamentos, que tem como princípios básicos, a ideia de que todos podem aprender, só ensina quem aprende e que aprendemos mergulhados em todos os elementos que envolvem o conceito a ser aprendido; a conceitualização humana em sua aplicação no terreno do ensino e da aprendizagem de conceitos matemáticos fundamentais.				
Ementa: Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. O processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos matemáticos na educação infantil e nos anos iniciais na construção do pensamento matemático, aspectos didáticos e metodológicos no planejamento, aplicação e a avaliação da aprendizagem matemática.				
Bibliografia básica: BRIZUELA, Bárbara M. Desenvolvimento matemático na criança: explorando notações . RS: Artmed, 2006. FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. (org.). Letramento no Brasil: habilidades matemáticas . São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Instituto Paulo Montenegro, 2004. GOLBERT, Clarissa Seligman. Novos Rumos na Aprendizagem da Matemática: conflito, reflexão e situações-problemas . Porto Alegre: Mediação, 2002.				
Bibliografia Complementar: CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino de matemática . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015. CENTURIÓN, Marília. Conteúdo e Metodologia da Matemática . Números e Operações. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da teoria à prática . Campinas, SP: Papirus, 1997. FIORENTINI, Dario; NACARATO, Adair Mendes (Orgs). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática . Investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa Editora, 2005. PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas . Porto Alegre-RS: Artmed, 2006.				

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências				
Pré-Requisitos: Didática				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos

75	45	15	15	05
<p>Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno do curso de Pedagogia conhecimentos teóricos e práticos a respeito dos processos de ensino e de aprendizagem de Ciências na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, relacionando tais conhecimentos à realidade da educação e da escola no Brasil.</p>				
<p>Ementa: Articulação entre subsídios teóricos e práticas de ensino para o conhecimento do processo de construção do conhecimento científico e sua relação com o Ambiente e Educação. Contextualização do ensino de Ciências na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítica dos conteúdos no livro didático.</p>				
<p>Bibliografia básica: DELIZOICOV, Demétrio. Ensino de Ciências: Fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo Cortez, 2018. ISBN: 9788524926358. GERALDO, Antônio Carlos Hidalgo. Didática de Ciências Naturais: na Perspectiva Histórico-Crítica. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2014. ISBN: 9788574963310. ZABALA; Antoni. A prática Educativa: Como ensinar. Porto Alegre/RS: Artmed, 2014.</p>				
<p>Bibliografia Complementar: OLIVEIRA, Maria Marly de. Sequência didática interativa no processo de formação de professores. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013. ISBN: 9788532644725. OLIVEIRA, Maria Marly de (Org). Formação e práticas pedagógicas: múltiplos olhares no ensino das ciências. Recife: Bagado, 2008. RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre; RAMOS, Paulo; COURTNEY, Richard. Jogo, Teatro & Pensamento. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. SANCHES, Marcia de Mattos. A sala de aula em filmes: Lapidando a Formação Docente. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. ISBN: 9788581485799. VILELA, Tulio. Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014. ISBN: 9788572442701.</p>				

Disciplina: Estágio I - Projeto para Docência e Gestão de Processos Educacionais				
Pré-Requisitos: Planejamento e Gestão da Educação				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
120	60	60	-	08
<p>Objetivo Geral: Contribuir para a formação de futuros professores, a partir da realização de estudos teóricos e práticos contextualizados, voltados para sua inserção na gestão educacional e na docência, a fim de que possam compreender melhor a complexidade das práticas institucionais e das ações desenvolvidas na escola pelos docentes e pelos gestores.</p>				
<p>Ementa: O trabalho pedagógico no âmbito da gestão escolar. Observação dos processos administrativos e da rotina escolar. Planejamento escolar. Formação docente e saberes profissionais. Cotidiano e cultura escolar. A sala de aula como espaço de construção da identidade profissional.</p>				
<p>Bibliografia Básica: NÓVOA, Antônio. Profissão professor. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999. PERRENOUD, Philippe et al (Trad. Fátima Murad e Eunice Gruman). Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.</p>				

Bibliografia Complementar:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2015.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto et al. **Gestão Democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAQUAY, Léopold et al. **Formando professores profissionais**. Quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2011.

17.6 - 6º Período

Disciplina: Fundamentos e Metodologias dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental				
Pré-Requisitos:				
CH-Total	CH-Teórica	CH-Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Compreender os fundamentos políticos, pedagógicos, econômicos e sociais dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como o fazer pedagógico, a partir de estudos teóricos e da análise de práticas pedagógicas.				
Ementa: Análise e reflexão crítica da realidade do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria. Organização e aplicação de métodos de ensino, visando a construção de conhecimento dos conteúdos dos anos iniciais, nos diferentes níveis de formação do sujeito social. Estudo investigativo de uma prática e/ou tema da área ou atividade de extensão junto à comunidade.				
Bibliografia básica: ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea . Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001. ARROYO, Miguel Gonzalez. Imagens quebradas : Trajetórias e tempos de alunos e mestres. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. CANDAU, Vera Maria (Org.) Reinventar a escola . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.				
Bibliografia Complementar: GUARNIERI, Maria Regina et al. (org.) Aprendendo a ensinar . O caminho nada suave da docência. São Paulo: Cortez, 2000. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação : os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2007. KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim e. (Orgs.) Histórias de professores . São Paulo: Ática, 1996. SMOLE, Kátia Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto. A Matemática em sala de aula : Reflexões e Propostas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: Penso, 2012. SOARES, Magda. Linguagem e escola . 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.				

Disciplina: Literatura Infanto Juvenil				
Pré-Requisitos:				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Compreender a Literatura infantil e juvenil como gênero textual e parte essencial na formação da capacidade discursiva da criança e do adolescente. Perceber a literatura infantil e juvenil como meio para que a criança e o adolescente compreendam o mundo em que vivem.				
Ementa: Conceituação e abrangência da literatura infantil e juvenil. Funções e adaptações do gênero. Tendências contemporâneas da Literatura infantil e juvenil. Relação texto e Ilustração. Aproximações entre a poesia, infância e adolescência. A literatura infantil e juvenil no contexto do teatro.				
Bibliografia Básica:				

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico e juvenil - das origens indo-européias ao Brasil contemporâneo**. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Língua(gem), textualidade e literatura infantil: concepções e práticas**. Palmas, TO: EDUFT, 2015.

GRAZIOLI, Fabiano Tadeu; Alexandre Leidens. **Literatura Infantil: construção, recepção e descobertas**. Rio de Janeiro: Mares, 2017.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Vera Teixeira; CECCANTINI, João Luís (Org). **Poesia Infantil e juvenil brasileira: uma ciranda sem fim**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BETTELHEM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é Literatura Infantil**. 2. ed. São Paulo. Brasiliense, 2010.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. **As literaturas infantil e juvenil...** Ainda uma vez. Uberlândia; Gpea, 2013.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a Literatura Infantil na sala de aula**. 5. ed. São Paulo. Moderna, 2010.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Pré-Requisitos:

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05

Objetivo Geral: Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Realizar atividades acadêmicas direcionadas para o exercício de leitura e escrita de textos científicos para elaboração relatórios de pesquisa.

Ementa: Construção do conhecimento científico. Bases conceituais, teóricas e metodológicas da pesquisa científica. Procedimentos e instrumentos de pesquisa. Análise e sistematização dos procedimentos de pesquisa e da produção científica: aspectos técnicos e normativos da pesquisa, formas de trabalho científico, processo de investigação e construção do texto científico.

Bibliografia básica:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar:

Manual de Normalização para elaboração de Trabalhos Acadêmicos Científicos da Universidade Federal do Tocantins/UFT, Resolução nº 36/2017 – Consuni - Conselho Universitário, dezembro de 2017. Disponível em:

<<https://docs.uft.edu.br/share/s/481ED5C8SpG9TUTJu4GprQ>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SOUZA, Genival E. de. **Manual do trabalho acadêmico: planejar, elaborar, apresentar**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12. ed. reimpressão. Campinas – SP: Papirus, 2017.

POPPER, Karl Raimund. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 9. ed. Editora: Cultrix, 2013.

HETKOWSKI, Tânia Maria; NASCIMENTO, Antônio Dias. **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Scielo – EDUFBA (eBook Kindle), 2009. ASIN

B00Y8I7PVW.

Disciplina: Estágio II - Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

Pré-Requisitos: Estágio I - Projeto para Docência e Gestão de Processos Educacionais

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
150	60	90	-	10

Objetivo Geral:

Propiciar ao aluno conhecimentos referentes à observação do trabalho pedagógico em creches e pré-escolas, a fim de compreender a importância desse tipo de experiência, privilegiando o desenvolvimento de um saber teórico-prático que exija uma postura investigativa e problematizadora da realidade escolar.

Ementa:

O papel do estágio na formação de professores. O estágio e a formação inicial. A prática pedagógica envolvendo organização e gestão de processos educativos em creches e pré-escolas. Bases legais do estágio. A sala de aula como um espaço de conhecimento. Análise do cotidiano da educação infantil. Planejamento das aulas. Avaliação.

Bibliografia básica:

PICONEZ, Stela C. Bertholo *et al.* (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2010.
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.
 BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
 FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O Trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
 SCHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre (RS): Artmed, 2000.
 ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. (Org.). **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

17.7 - 7º Período

Disciplina: Pesquisa em Educação				
Pré-Requisitos: Metodologia da pesquisa científica				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
75	45	15	15	05
Objetivo Geral: Analisar as bases teóricas e metodológicas da pesquisa em educação. Conhecer a origem e a constituição da pesquisa em educação enquanto campo científico subsidiado por diferentes vertentes. Realizar atividades acadêmicas direcionadas para o exercício de leitura e escrita de textos científicos, tendo por referência relatórios de pesquisa em educação.				
Ementa: O conhecimento científico. Bases conceituais, teóricas e metodológicas da pesquisa em educação. Dimensões da pesquisa em educação. Revisão crítica das abordagens teórico-metodológicas que delimitam a pesquisa educacional.				
Bibliografia básica: BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto. Porto: Portugal, 2010. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
Bibliografia Complementar: ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MEDEIROS, João Bosco. Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão. São Paulo: Atlas, 2002. CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.				

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - Libras				
Pré-Requisitos:-				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Expandir a utilização do uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como a segunda língua oficial do Brasil, instrumentalizando os professores e demais profissionais da educação para o estabelecimento de uma comunicação funcional entre as pessoas surdas e favorecendo a inclusão social da pessoa surda no contexto escolar.				

Ementa:

Introdução aos aspectos históricos, clínicos e educacionais do atendimento Surdo. Estudo das características básicas da fonologia, do léxico, da morfologia e da sintaxe da Libras, com apoio de recursos áudio-visuais. Desenvolvimento da expressão viso-espacial.

Bibliografia básica:

CAPOVILLA, Fernando César. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos**. São Paulo, SP: Edusp, 2017.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

Bibliografia Complementar:

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4. ed. Campinas- SP: Autores Associados, 2012.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

QUADROS, Ronice M. **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre (RS): Artmed, 1997.

Disciplina: Educação em Direitos Humanos**Pré-Requisitos:** -

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral: Permitir ao acadêmico conhecer e analisar os fundamentos e concepções de direitos humanos, cidadania e democracia, oportunizando o conhecimento e o debate sobre a relação entre Direitos Humanos e Educação, bem como, conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seus princípios e valores.

Ementa: Conceito de Direitos Humanos. Breve evolução dos Direitos Humanos. Características dos Direitos Humanos. Multiculturalismo e Direitos Humanos. A relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Políticas e ações educacionais afirmativas.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

CANAU, Vera M.; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; PAULO, Iliana; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. **Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Método, 2019.

Bibliografia Complementar:

RAYO, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos rumo a uma perspectiva global**. 2. ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2003.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação,

Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC/Rio/005 – Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

HERRERA FLORES, Joaquin; RUBIO, David Sánchez; CARVALHO, Salo de (Org.). **Direitos humanos e globalização:** fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/direitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

ESTEVÃO, Carlos V. Direitos Humanos, Justiça e Educação. **Rev. Educação, Sociedade e Culturas**, n° 25, 2007, 43-81. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/CarlosEstevao.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

BAZILIO, Luiz Cavalieri; SONIA, Kramer. **Infância, Educação e Direitos Humanos.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Erival da S. **Direito Constitucional: Direitos Humanos.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos

Pré-Requisitos:

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral: Analisar os processos históricos da educação de jovens e adultos no contexto internacional, latino-americano e brasileiro, os seus aspectos sociais, econômicos e políticos e suas especificidades conceituais e metodológicas. Conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos e analisar seus ramos e avanços; a legislação e políticas públicas nacionais que regem a Educação de Jovens e Adultos – EJA; Reconhecer a importância dos movimentos sociais para a implementação da EJA, enquanto política pública.

Ementa: Os sujeitos da educação de adolescentes, jovens, adultos e idosos da (EJA). As condições histórico-sociais que produziram a baixa escolaridade de adolescentes, jovens, adultos e idosos no Brasil. Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil, no Tocantins e em Arraias, e as tendências atuais. Os princípios e os fundamentos da educação de jovens e adultos. A relação da educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho - um novo sentido ao currículo da EJA. Movimentos sociais e educação de jovens e adultos no Brasil - um espaço de intervenção na realidade.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Marina Lúcia de Carvalho. **A Construção do letramento na educação de jovens e adultos.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

Bibliografia Complementar:

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos - Práticas Pedagógicas e Fortalecimento da**

Cidadania. São Paulo: Cortez, São Paulo, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Disciplina: Estágio III - Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Pré-Requisitos: Estágio I e II

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
150	60	90	-	10

Objetivo Geral:

Compreender a formação de professores, políticas educacionais e prática de ensino como eixo articulador das dimensões teóricas e práticas do trabalho pedagógico. Atuar nos anos iniciais do ensino fundamental.

EMENTA

Vivência de processos e procedimentos pedagógicos da sala de aula, bem como da gestão educacional. Investigação e problematização da realidade da educação, a partir dos aportes teóricos da Pedagogia. Realização de atividades conhecimentos, habilidades e compromissos inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise (avaliação) e relatório das ações.

Bibliografia básica

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 5.ed. São Paulo: Cortez.2006.
 GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo (Org.). **Políticas Docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>>. Acesso em 23 de maio de 2019.
 OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
 GANDIN, Danilo. **Planejamento Como Prática Educativa.** 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
 LIMA, Maria Socorro Lucena. Reflexões Sobre o Estágio/prática de Ensino e Formação de professores. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 08, nº 23, p. 195-205, jan/abril de 2008. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4015>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

17.8 - 8º Período

Disciplina: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação aplicada à educação - (TDIC)				
Pré-Requisitos:				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60h	30h	15h	15h	04
Objetivo Geral: Analisar e compreender os desafios de integração das TDIC na prática pedagógica e no processo de construção do conhecimento				
Ementa: Integração entre as tecnologias e o currículo. Cultura digital. Aprendizagem e mobilidade. Conversação entre contextos de aprendizagem mediados por tecnologia. Tecnologias digitais de informação e comunicação - TDIC na construção de conhecimento. Desafios implicados pelas tecnologias móveis na educação. O papel do professor enquanto mediador de conhecimento.				
Bibliografia básica: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; VALENTE, José Armando. Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011. BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. Educação e Realidade , Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez. 2010. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13077/10270 >. Acesso em: 21 dez. 2015. ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; ALVES, Dom Robson Medeiros; LEMOS, Silvana Donadio Vilela (Org.). Web currículo: Aprendizagem, pesquisa e conhecimento com o uso de tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância . 6. ed. Campinas-SP: Papirus, 2008.				
Bibliografia complementar: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; SILVA, Maria da Graça Moreira da. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. Revista e-curriculum , São Paulo, v.7, n.1, abr. 2011. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/5676/4002 >. Acesso em: 26 jan. 2019. ALMEIDA, Fernando José; SILVA, Maria da Graça Moreira. O currículo como direito e a cultura digital. Revista e-Curriculum . São Paulo, n.12, v. 02, maio/out. 2014. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/20229/15391 >. Acesso em: 26 jan. 2019. PAPERT, Seymour M. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. VALENTE, José Armando. Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador. O papel do computador no processo ensino-aprendizagem. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (Org). Integração das tecnologias na educação: salto para o futuro. Brasília, Ministério da Educação, Seed, 2005. Disponível em: < http://pt.slideshare.net/volneif/integrao-dastecnologias-na-educacao-44138763 >. Acesso em: 26 jan. 2019. VALENTE, José Armando. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento . Campinas, SP: Unicamp/Nied, 1999.				

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC				
Pré-Requisitos: Pesquisa em Educação				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
120	60	30	30	08
Objetivo Geral: Aprofundamento do conhecimento teórico-prático em atividades de interesse específico do estudante. Desenvolvimento da capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento e habilidade na elaboração e execução do projeto de pesquisa.				
Ementa: Elaboração do TCC. Produção dos instrumentos de pesquisa. Coleta e análise dos dados. Construção do relatório final e apresentação pública.				
Bibliografia básica: Manual de Normalização para elaboração de Trabalhos Acadêmicos Científicos da Universidade Federal do Tocantins/UFT , Resolução nº 36/2017 – Consuni - Conselho Universitário, dezembro de 2017. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/481ED5C8SpG9TUTJu4GprQ . Acesso em: 26 jun. 2019. MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
Bibliografia Complementar: SOUZA, Genival E. de. Manual do trabalho acadêmico : planejar, elaborar, apresentar. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo . 3ª reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN: 9788562938047. HETKOWSKI, Tânia Maria; NASCIMENTO, Antônio Dias. Educação e contemporaneidade : pesquisas científicas e tecnológicas. Scielo – EDUFBA (eBook Kindle), 2009. ASIN B00Y8I7PVW. POPPER, Karl Raimund. A Lógica da Pesquisa Científica . 9. ed. Editora: Cultrix, 2013. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 12. ed. reimpressão. Campinas – SP: Papyrus, 2017. ISBN: 9788530806484.				

Disciplina: Optativa I - Discussões Contemporâneas I				
Pré-Requisitos: -				
CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04
Objetivo Geral: Analisar e compreender as questões relativas à diversidade em seus múltiplos aspectos e sua relação com o campo de atuação profissional do pedagogo.				
Ementa: Estudos complementares e integradores da formação proporcionada pelo núcleo de disciplinas obrigatórias. Compõe grupos de disciplinas inter-relacionadas destinadas ao aprofundamento na linha do conhecimento como subsídio a compreensão das questões relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade, para atuação no campo profissional estabelecendo a relação entre teoria e prática.				
Bibliografia básica:				

A bibliografia básica será definida de acordo com a temática que o professor for trabalhar e o acervo disponível na biblioteca.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia complementar será definida de acordo com a temática que o professor for trabalhar e o acervo disponível na biblioteca.

Disciplina: Optativa II - Discussões Contemporâneas II

Pré-Requisitos:-

CH Total	CH Teórica	CH Prática	PCC	Créditos
60	30	15	15	04

Objetivo Geral: Analisar e compreender as questões relativas a diversidade em seus múltiplos aspectos e sua relação com o campo de atuação profissional do pedagogo.

Ementa:

Estudos complementares e integradores da formação proporcionada pelo núcleo de disciplinas obrigatórias. Compõe grupos de disciplinas inter-relacionadas destinadas ao aprofundamento na linha do conhecimento como subsídio a compreensão das questões relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade, para atuação no campo profissional estabelecendo a relação entre teoria e prática.

Bibliografia básica:

A bibliografia básica será definida de acordo com a temática que o professor for trabalhar e o acervo disponível na biblioteca.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia complementar será definida de acordo com a temática que o professor for trabalhar e o acervo disponível na biblioteca.

18 INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

18.1 Política de Ensino

As disciplinas são as atividades curriculares, consideradas espaços privilegiados da relação dialógica entre professor-aluno e onde grande parte dos conhecimentos que se deseja que o aluno estabeleça apropriação intelectual de conhecimentos científicos elaborados pela humanidade. No desenvolvimento dessa atividade estão incluídas também as horas de estudo próprias que os alunos têm para a apropriação e reelaboração dos conteúdos curriculares da matriz teórica das diversas áreas do conhecimento e corporificadas nas disciplinas curriculares.

O Ensino é uma dimensão que possibilita ao aluno uma visão científica da realidade social, com base nos fundamentos teórico-metodológicos, éticos-políticos e técnicos que permeiam a profissão.

Através da pesquisa, é possível produzir conhecimentos sobre a realidade social mais ampla e em particular sobre os objetos da Pedagogia a partir do eixo teórico-metodológico. Neste processo, alunos e professores desenvolvem pesquisa, portanto produzem conhecimentos no espaço social e de sala de aula articulando os diferentes conteúdos, disciplinas e áreas do saber para a formação do profissional Pedagogo.

Na dimensão da extensão, é possível a inserção na realidade social, no confronto direto com as contradições sociais, o direito à educação pública e gratuita, a educação para todos, as políticas de acesso e permanência na escola, programas e projetos de alfabetização de adultos. Inserido nesta realidade o curso propõe a implementação de um Programa de Extensão capaz de fazer a interface com os cursos afins da Universidade e dos *campi*, onde professores e alunos possam criar e participar de programas e projetos de extensão, aplicando e construindo novas metodologias de abordagem da educação e realimentando os trabalhos de ensino e de pesquisa dos cursos.

Na implementação do Programa de Extensão privilegiar-se-ão temáticas próprias da formação do profissional Pedagogo. Tendo em vista que a formação do Profissional da Educação na Universidade tem como princípio interligar o Ensino a Pesquisa e a Extensão como forma de consolidar a produção do conhecimento no sentido da superação das desigualdades sociais bem como encontrar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Para tanto, nosso curso visa a formação do pesquisador pedagogo em

intercâmbio com os vários setores da sociedade aos quais estes profissionais são chamados a atuar.

A concepção da formação do Pedagogo deve visar uma construção interativa entre os conhecimentos do aluno e os conhecimentos oportunizados pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão que o curso venha oferecer. Consideram-se atividades de ensino, aquelas ministradas em sala de aula, com conteúdos programáticos a partir de uma dada estrutura curricular que visem a produção do conhecimento. Dentre estes conteúdos diversas oportunidades de informações, vivências, observações reflexões e práticas devem permear o processo para que o profissional possa ser capaz de realizar várias atividades nos mais diversos níveis do âmbito da educação. Evidentemente [que estes saberes e sua construção estão](#) vinculados e fundamentados nas práticas da pesquisa e extensão; tripé indiscutível e indissociável dentro da Universidade.

Evidencia-se que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão devem priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática reflexiva do desenvolvimento da realidade educacional. Compreendendo, entretanto, a importância de que as atividades de Pesquisa e Extensão priorizem o desenvolvimento regional.

Na perspectiva da Pesquisa, vários são os questionamentos a respeito deste componente tão necessário a formação do professor-pesquisador, dentre elas a de Ludke (1994) como se dá a formação do professor pesquisador e ao pesquisador professor? André (1993, 1994, 1995) também pergunta: É viável a integração da pesquisa no dia-a-dia do professor das escolas da rede básica? Que tipo de pesquisa seria essa e como se prepararia para ela o professor? Além de outras indagações de Demo (1991), que considera como indispensável o componente básico da pesquisa para o trabalho da docência, seja ele exercido em qualquer nível de ensino.

Considerando os pontos de vista dos estudiosos supracitados, o Curso de Pedagogia, do Câmpus de Arraias tem-se encaminhado em direção à orientação do D. Schon (1993), o qual nos sugere uma proposta da prática reflexiva, ou seja, orientar nossos alunos a aprenderem exercitar esta atitude de reflexão sobre a mesma prática, não apenas antes, em sua preparação, mas também durante e depois do desenrolar das ações. Para tanto, os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento pelos professores tem buscado essa linha, compreendendo ainda que as reflexões sobre a escola têm sido desenvolvidas por meio dos projetos de intervenção, Estágio Supervisionado, Planejamento Educacional, investigação na escola, que são elementos que ajudam a melhorá-la. O retorno a ela deve ser encaminhado como forma de Extensão, fortificando assim o tripé já explicitado.

As relações entre ensino, pesquisa e extensão, ocorrerão no cotidiano de todas as atividades acadêmicas mediadas pela busca do conhecimento acerca da realidade social. Além

disso, os conhecimentos e experiências construídos e reconstruídos retornam aos espaços de sala de aula em fundamentação, assim, de novas relações de aprendizagem.

19 INTERFACES COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO

19.1 Monitoria

Considerando a abrangência de atuação do pedagogo, faz-se mister que sejam propostas atividades diversificadas a fim de propiciar momentos de reflexão do conhecimento que está sendo elaborado e discutido no contexto de sala de aula, bem como oportunizar a interdisciplinaridade destes saberes por parte dos alunos em situações de ensino e de aprendizagem que poderão ser vivenciadas no decorrer do curso.

No Curso de Pedagogia o Programa se constitui num espaço de aprendizagem e tem por finalidade a precípua qualificação para o exercício da docência, associado ao trabalho de pesquisa, bem como o aperfeiçoamento do processo de formação profissional e a melhoria da qualidade do ensino, por meio do desenvolvimento e contínua aquisição de habilidades didático pedagógicas proposta pelos professores.

O Programa Institucional de Monitoria tem como objetivo incentivar a participação dos acadêmicos na assessoria aos professores nas atividades de planejamento, execução e avaliação das aulas ministradas, bem como das ações práticas a serem desenvolvidas pelos alunos. Tais medidas visam estimular no discente o interesse pela docência e pesquisa; propiciando a utilização de seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional completa.

19.2 Programa de Monitoria Permanência – PMP

O Programa Monitoria/Permanência é uma modalidade instituída pela UFT e uma das políticas de assistência estudantil da PROEST que integra o “Programa Institucional de Bolsa Permanência”. Busca contribuir com a permanência na universidade do acadêmico, comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, minimizando suas dificuldades de ordem financeira, bem como complementando o seu processo de aprendizagem, baseado no princípio da interdisciplinaridade.

19.3 Programa de Educação Tutorial – PET

O Programa de Educação Tutorial – PET, proposto pela Secretaria de Educação Superior – SESu e Coordenação-Geral de Relações Estudantis (CGRE), da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior (DIPES), do Ministério de Educação – MEC, tem como objetivo principal fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas, acadêmicas e extensionistas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Os grupos são constituídos por um docente e um grupo de até 12 alunos Bolsistas e podem contar também com professores colaboradores. O Programa é desenvolvido por grupos de estudantes com a tutoria de um docente. Ao acadêmico é concedida uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

19.4 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

O PIBIC visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. O PIBIC/UFT tem entre seus objetivos o de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa; qualificar alunos para os programas de pós-graduação, contribuindo para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos nesta etapa de formação, assim como possibilitando maior interação entre a graduação e a pós-graduação.

As principais modalidades de programa na UFT são: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – Para alunos contemplados com bolsas patrocinadas pelo CNPq ou pela UFT; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ações Afirmativas (PIBIC-AF) – Para alunos contemplados com bolsas patrocinadas pelo CNPq na modalidade AF; Programa Institucional Voluntário de Iniciação.

20 INTERFACE COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: INTERFACE COM ATIVIDADES CIENTÍFICO-ACADÊMICAS E CULTURAIS

Em consonância com a proposta de uma boa formação teórico-prática, o curso de Pedagogia prevê, além do conjunto dos elementos teóricos obrigatórios presentes nos eixos estruturadores do curso, as atividades complementares, com carga horária de **105 horas**, de

caráter obrigatório e que integram o conjunto dos componentes obrigatórios para a formação dos acadêmicos.

Para o enriquecimento curricular do alunado, são previstas pelo curso as seguintes atividades: semana acadêmica, palestras, oficinas pedagógicas e comunicações orais (apresentações de pesquisas finalizadas e em andamento) para a comunidade acadêmica.

Caberá ao colegiado do curso em conformidade com a legislação vigente e com a Resolução 004/2005 e 009/2005 do Conselho de Ensino e Pesquisa - CONSEPE efetivar o aproveitamento e convalidação das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Dentre as atividades complementares, além das previstas na referida legislação que regulamenta esta questão podem ser destacadas palestras, publicações, projeto, grupos de estudos e pesquisas, dentre outros.

O curso realiza anualmente a semana acadêmica e seminários que propõem: oficinas mesas redondas, palestras, minicursos e momento cultural envolvendo alunos e toda a comunidade de Arraias e seu entorno.

21 PRÁTICA E ESTÁGIO CURRICULAR

No Curso de formação, o estagiário, sozinho ou em grupo, poderá diagnosticar a realidade escolar, coletando e acumulando dados qualitativos e quantitativos sobre o exercício da docência (gestão, processo de ensino e aprendizagem e de pesquisa) que deverão ser sistematizados e expressos em forma de relatório. Desta forma, estará se iniciando na pesquisa, que deverá constituir-se num princípio de sua ação, transformando sua prática e os resultados dela decorrentes também em objeto de responsabilidade pessoal.

Sua finalidade é proporcionar a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares e não escolares. Em sua execução, deverá envolver a observação, o registro, a problematização e a estruturação de um projeto de intervenção, atentando para as três dimensões da docência, a saber, o ensino, a gestão e a produção do conhecimento. Constitui-se, portanto, num espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do Curso com práticas educativas escolares e não escolares, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola pública, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

O estágio do curso de Pedagogia - Câmpus de Arraias têm como base a docência e a gestão, propiciando o pensar a ação educativa tendo como referência as Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de Pedagogia, o Decreto nº 87.497/82 que regulamenta a Lei nº 6494/77 que considera Estágio Curricular como:

Atividades de aprendizagem social, profissional e Cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situação de vida e de trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito privado, sob a responsabilidade e coordenação de instituição de ensino (Art. 2º).

O estágio supervisionado será desenvolvido a partir do 5º período do Curso e constitui-se em um componente de caráter teórico-prático, visando:

- Criar condições para vivência de situações concretas e diversificadas relacionadas à profissão docente;
- Constituir a compreensão sobre a identidade profissional do professor e de sua importância no processo educativo;
- Promover a articulação teórico-prática;
- Possibilitar situações de ensino, a partir das quais seja possível a experiência da intervenção pedagógica;
- Contribuir para a discussão e atualização dos conhecimentos do curso de formação.

21.1 Estágio I: Docência e gestão de processos educacionais

- Formulação de um projeto: Pesquisa descritiva com suporte teórico-metodológico.
- Reflexão sobre a problemática identidade;
- Fundamentação teórica (fichamento) de bibliografia básica quanto à metodologia, conteúdo da disciplina, habilidades e competências sob a orientação sistemática do professor do estágio;
- Proposição de ações a realizar com vistas à superação da problemática;
- Observação em aula sobre o conteúdo que está sendo desenvolvido para prepará-lo para o estágio do 6º período;
- Estas atividades terão uma carga horária de **60 horas** (04 créditos);
- A prática pedagógica permeia todo o curso e seus componentes curriculares.

21.2 Estágio II: Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

Estudo compartilhado com os professores

- Planejamento dos encontros com os professores, focalizando a proposta de atuação;
- Promoção do diálogo, a discussão e a interação com os professores da escola-campo, da Educação Infantil;
- Indicação de bibliografias, metodologias e recursos possíveis para atuar com relação à preparação da sua atuação (livros, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC);
- Estas atividades terão uma carga horária prevista de **150 horas** (10 créditos);
- A prática pedagógica permeia todo o curso por meio de seus componentes curriculares.

21.3 Estágio III: Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

- Preparação e ministração de aulas, projetos ou outras atividades de atuação com alunos no contexto explicitado;
- Atuação na sala de aula da escola-campo, conjuntamente com o professor regente.
- Relatório e avaliação da atuação;
- Elaboração de um artigo sobre a experiência. Produção científica, em qualquer etapa em conjunto com a instituição campo;
- Estas atividades serão realizadas em conjunto com: o professor orientador e os professores da escola-campo de estágio;
- Estas atividades terão uma carga horária prevista de **150 horas** (10 créditos);
- Para estas atividades a turma será subdividida em dois grupos, sob a responsabilidade de um professor orientador para cada grupo, atribuindo-lhes uma carga horária de trabalho semanal de 08 horas;
- A prática pedagógica permeia todo o curso por meio de seus componentes

curriculares.

Observação: a participação do professor na escola-campo é contribuir com a avaliação formativa.

Destaca-se que é prevista uma carga horária de atividades práticas para algumas disciplinas do curso. Essas horas de atividades práticas também compõem o Projeto de Estágio e deverão estar articuladas com a proposta de Estágio do respectivo período ou semestre letivo e do curso como um todo.

Para tornar possível essa articulação entre todas as disciplinas do currículo, os professores deverão articular as atividades previstas em cada um dos semestres, discutindo e registrando antes de cada período letivo, com todas as disciplinas a serem ministradas, as orientações a serem implementadas para atendimento ao Projeto de Prática de Ensino e Estágio do Curso.

Nessa perspectiva, as atividades do estágio deverão ser enriquecidas com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos, dentre outros.

22 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TCC) é atividade obrigatória para obtenção de diploma do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFT – Câmpus de Arraias.

O objetivo do TCC é contribuir para o desenvolvimento da capacidade científica, crítico-reflexiva e criativa do aluno, assegurando a coerência no seu processo formativo. Constitui-se em produção de projeto de pesquisa, relatório e apresentação pública de um trabalho monográfico resultante de estudo que expresse o conhecimento do discente acerca do assunto; e sob a orientação de um docente vinculado ao colegiado do Curso de Pedagogia.

O TCC será finalizado no oitavo período do curso, podendo os estudantes, desenvolverem pesquisas específicas ou verticalizar os conhecimentos construídos nos projetos e ou estágios realizados ao longo do curso. O aluno terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

Os procedimentos para realização do TCC estão expressos no Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

23 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DO PROCESSO E APRENDIZAGEM

A avaliação no curso de Pedagogia se fundamenta na realidade institucional e nas concepções e práticas de avaliação contidas nas diretrizes da política de avaliação para a educação superior.

A prática avaliativa a ser desenvolvida no Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias visa possibilitar a vivência da avaliação formativa, processual e diagnóstica. Isso significa realizar, de fato, a avaliação em todos os momentos em que o professor convive com o estudante e não somente em momentos estanques e determinados.

Seu objetivo central é perceber os avanços e as fragilidades no aprendizado dos alunos para que o processo de ensino seja redirecionado e reorganizado. Com essa compreensão o processo avaliativo fortalece as relações interpessoais que se constroem nos espaços educativos, sem as quais o diálogo não se estabelece.

No diálogo, o processo de construção do conhecimento é enriquecido, facilitando a superação dos limites técnico burocráticos que artificializam o ato de conhecer e de atribuir sentido ao que se apresenta como novo. Consequentemente, ao ser pensado e praticado dessa maneira, o processo avaliativo constitui-se como parte integrante do trabalho pedagógico.

A decisão por adotar este modo de conceber e praticar o ato de avaliar os processos de aprender e de ensinar leva, pois, a UFT a orientar os projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura na implementação de propostas de avaliação do trabalho pedagógico em que:

- Os aspectos qualitativos e técnicos sejam igualmente considerados;
- O ato de avaliar seja compreendido como um processo contínuo e permanente com função diagnóstica;
- O processo avaliativo esteja aliado ao desenvolvimento pleno do estudante em suas múltiplas dimensões (humana, cognitiva, artística, política, ética etc.);
- A tarefa de avaliar leve em consideração o processo e as condições do aprendizado dos estudantes;
- A avaliação constitua-se num dos componentes do processo de ensinar e de aprender.

Esta é uma condição indispensável para manter a qualidade do Curso e para possibilitar mudanças na realidade dos espaços de formação profissional. Para tanto, é necessário ultrapassar aquilo que é apenas aparente, mantendo viva a concepção de curso expressa no projeto pedagógico, construído coletivamente e, capaz de orientar o caminho teórico-prático adotado e as ações sociopolíticas e educacionais voltadas para o desenvolvimento do curso.

23.1 Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, o sistema de avaliação do desempenho acadêmico, por integrar o processo de ensino e aprendizagem, é concebido como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do acadêmico em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005 (Art. 4, II, letra d).

O desempenho escolar do acadêmico em cada disciplina é verificado semestralmente em função da **assiduidade** e **eficiência** nos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas. Entende-se por assiduidade um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de comparecimento às atividades programadas em cada disciplina. Entende-se por eficiência o grau de desempenho nos estudos, e sua verificação se faz:

- I- Por provas dissertativas individuais, avaliações objetivas em grupo, avaliações objetivas individuais, avaliações orais em grupo, resenhas de livros, resumos de capítulos de livros, trabalhos dissertativos em grupo, trabalhos dissertativos individuais, seminários e projetos; e,
- II- Por outras formas de instrumentos avaliativos, previstos no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O acadêmico será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso, o acadêmico repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Vale destacar que o professor deve apresentar aos acadêmicos, antes do início de cada período letivo, os critérios de avaliação juntamente com as demais informações do Plano de Ensino da disciplina. E ainda são asseguradas ao professor, na verificação do rendimento escolar, a liberdade de formulação de questões e a autoridade de julgamento.

No estágio curricular supervisionado, nas atividades complementares e no trabalho de conclusão de curso, os acadêmicos sujeitam-se à demonstração de resultados apurada segundo critérios estabelecidos nos regulamentos próprios.

24 ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação com base nas relações étnico-raciais, culturas afro-brasileira, africana e indígena tem por alvo a formação de cidadãos e de uma sociedade empenhadas em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos e econômicos, bem como buscar criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

Dessa maneira, a inclusão dessa abordagem no âmbito do PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia representa uma prioridade política⁶ e pedagógica. Nesse sentido, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).

25 AVALIAÇÃO DO PPC COMO INTEGRANTE DA AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO

A avaliação, além de permitir um balanço dos rumos da formação de profissionais de educação na busca de sua qualidade, constitui-se numa prática de pensar os fundamentos, os princípios, os objetivos, a identidade profissional delineada, a organização curricular, as formas de implementação e as condições de infraestrutura e de recursos humanos envolvidos no trabalho pedagógico. O colegiado do curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias entende que o processo avaliativo exige:

- Revisão do Projeto Pedagógico do curso numa periodicidade de, no máximo, quatro anos;
- O envolvimento do conjunto dos docentes, estudantes que compõem a comunidade do curso, no processo de avaliação de seu Projeto Pedagógico;
- A análise da realidade de cada curso expressa pela condução metodológica na apresentação de conteúdo, nas diretrizes para o processo de avaliação do aprendizado, na organização curricular adotada, na distribuição de tempos curriculares, ou seja, a análise do projeto pedagógico como um todo;

⁶ A Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

- Articulação entre meios e fins, necessária a operacionalização do projeto;
- Análise das contribuições apresentadas por órgãos internos e externos a UFT, que são envolvidos no processo de formação inicial e continuada de professores;
- Observar as contribuições da pesquisa e da extensão;
- A articulação com os egressos do curso e com a sociedade em geral;
- Considerar as contribuições das Comissões de Avaliação das Condições de Ensino para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso.

No âmbito da avaliação do processo ensino e de aprendizagem, o corpo docente do curso observará as seguintes orientações:

- Estabelecer diagnóstico das necessidades formativas do aluno tendo como ponto de partida sua inscrição no universo sociocultural do qual é membro;
- Readequar os objetivos e conteúdos programáticos propostos na disciplina ao contexto apresentado no diagnóstico;
- Discutir e propor alternativas de avaliação levando sempre em conta a avaliação diagnóstica e formativa.
- A avaliação do Curso também acontecerá mediante observação:
- Ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Às orientações do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional e PPI - Projeto Político Institucional da Universidade Federal do Tocantins.
- As orientações das DCNCP (2006);
- Ao Projeto Pedagógico será produto de avaliação no interior do Colegiado de Curso a cada semestre letivo pela apresentação dos resultados alcançados;
- Pelo processo de avaliação institucional, envolvendo os Conselhos representativos da Universidade, Pró-reitorias e Coordenação de Curso;
- Pelos alunos do Curso por meio do ENADE.

Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação Institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de avaliação da UFT.

O Curso terá o aporte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, para o acompanhamento da implantação e desenvolvimento das atividades curriculares de forma contínua, permitindo realizar quando necessário às modificações, inclusões e adequações ao PPC. Ademais, será realizada uma avaliação anual da dinâmica em ensino, pesquisa e extensão que servirá de instrumento para o NDE.

26 AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENADE E OUTROS)

O acompanhamento ou processo de avaliação é um dos momentos mais importantes envolvendo qualquer processo, quer seja ele acadêmico ou não. Dentro de um processo avaliativo importam especialmente os instrumentos e os critérios que são utilizados como referenciais para efetuar o processo de avaliação de um determinado evento.

O Curso de licenciatura em Pedagogia do Câmpus de Arraias será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes.

No âmbito mais geral, esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação deverá abranger os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação deverá elaborar instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- a) Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares (ensino);
- b) Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral (produção do conhecimento);
- c) Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos (difusão do conhecimento);
- d) Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas (extensão);
- e) Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/aluno/institucionais (gestão).

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, também, o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

27 CORPO DOCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA

27.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente e regime de trabalho

Atualmente o Curso de Pedagogia conta com 18 professores com as seguintes titulações: 02 pós-doutores, 08 doutores, 07 mestres (dentre estes, 05 estão cursando Doutorado), 01 especialista (cursando o mestrado), conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Formação acadêmica e profissional: titulação e regime de trabalho

Nome	Formação	Link Lattes	Regime de trabalho
Adriana Demite Stephani	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/0135333961864912	DE
Ana Carmen de Souza Santana	Doutoranda	http://lattes.cnpq.br/5426913379279016	DE
Antonivaldo de Jesus	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1721981012424264	DE
Bárbara Doukay Campanini	Doutoranda	http://lattes.cnpq.br/8702928048059705	DE
Elisabete da Silveira Ribeiro	Doutoranda	http://lattes.cnpq.br/3046731748673654	DE
Erasmio Baltazar Valadão	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/2635832123456273	DE
Giane Maria da Silva	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1234525406308649	DE
Helena Quirino Porto Aires	Doutoranda	http://lattes.cnpq.br/4223461558311616	DE
Janaina Santana da Costa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/8513785193151221	DE
Magda Suely Pereira Costa	Pós-Doutorado	http://lattes.cnpq.br/4939153181903378	DE
Magalis Bêsser Dorneles Schneider	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/8923531918477229	DE
Márcia Cristina B. F. Abreu	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/9411182587472076	DE
Maria Aparecida Matos	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1784145961087058	DE
Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1856156107385873	DE
Mauricio Reis Sousa do Nascimento	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/1607315969165214	DE
Rosimeire Aparecida Rodrigues	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/3472804076639768	DE
Rozilane Soares do Nascimento Queiroz	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/9281676076320968	DE

Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/6876717694362785	DE
Vinicius Hidalgo Pedroni	Especialista e Mestrando	http://lattes.cnpq.br/6145837774189341	DE
Willian Douglas Guilherme	Pós- Doutorado	http://lattes.cnpq.br/3996555421882005	DE

A produção de material didático ou científico do corpo docente pode ser visualizada pelo currículo lattes dos docentes, cujo endereço está disponível no quadro Formação acadêmica e profissional do corpo docente e regime de trabalho.

28 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores, composto por 30% dos docentes do Colegiado de Curso em regime de dedicação exclusiva, que tem a função de criar, implantar e consolidar os projetos pedagógicos do Curso. O NDE do Curso de Pedagogia é instituído a partir da estruturação do colegiado do Curso.

Nome	Formação o atual	Link Lattes	Regime de trabalho e dedicação ao curso
Magda Suely Pereira Costa	Pós- Doutorado	http://lattes.cnpq.br/4939153181903378	DE
Mauricio Reis Sousa do Nascimento	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/1607315969165214	DE
Rozilane Soares do Nascimento Queiroz	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/9281676076320968	DE
Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/6876717694362785	DE
Willian Douglas Guilherme	Pós- Doutorado	http://lattes.cnpq.br/3996555421882005	DE

29 FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE DO CÂMPUS

Atualmente o Câmpus conta com um total de 65 (sessenta e cinco) professores efetivos em seu quadro de servidores, sendo 23 (vinte e três) doutores, 37 (trinta e sete) mestres e 01 (um) especialista. A formação desses professores (Quadro 01) permite que muitos atuem em diferentes áreas do conhecimento podendo colaborar com as atividades dos cursos já existentes no Câmpus, bem como, nos cursos em fase de implantação.

Quadro 2: Títulos de Graduação dos professores concursados e lotados na UFT/Arraias.

Graduação	No. de professores
Artes Visuais	2
Biologia	1
Ciências	1
Ciências Biológicas	2
Ciências Sociais	2
Composição e Regência	1
Direito	3
Educação Artística	1
Educação Artística-Licenciatura Plena em Música	2
Educação Física	1
Filosofia	2
Geografia	2
Gestão Turística	1
História	5
Letras	5
Letras-Libras	1
Língua Portuguesa	1
Matemática	19
Música	2
Pedagogia	17
Turismo	4

Fonte: Dados produzidos a partir das informações disponibilizadas nos currículos publicados na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/web/plataforma-lattes>).

Quadro 3: Títulos de Pós-Graduação Stricto sensu dos professores concursados e lotados na UFT/Arraias

Pós-Graduação	N de professores
Antropologia	1
Artes, Cultura e Linguagens	1
Ciências da Engenharia Ambiental	1
Ciências, Tecnologia e Educação	1
Ciência da Religião	1
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	1
Ciências Política	1
Comunicação	1
Desenvolvimento e Planejamento Territorial	1
Direito	3
Ecologia e Conservação de Recursos Naturais	1
Educação	19
Educação Brasileira	2
Educação em Ciências e Matemática	1
Educação Literária	1
Educação Matemática	1
Engenharia Elétrica	1
Estudos da Criança na Especialidade da Educação Musical	1
Estudos de Linguagens	1
Estudos Literários (Literatura)	2
Filosofia	1
História	3
Letras e Linguística	1
Libras	1
Linguística	1
Matemática	8
Mídia e Conhecimento	1
Música	1
Sociologia	1
Turismo	4

Fonte: Dados produzidos a partir das informações disponibilizadas nos currículos publicados na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/web/plataforma-lattes>).

30 FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO CÂMPUS

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão requerem um ambiente organizacional em sintonia e com corpo técnico-administrativo envolvido com a consolidação do campus. Segue quadro com corpo de servidores técnico-administrativos do Câmpus.

Nome	Cargo	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Alison Monteiro Rodrigues	Assistente em Administração	Tecnologia em Gestão Pública	–	–	–
Chera Rosane Leles de Bessa	Assistente em Administração	Licenciatura em Geografia	Gestão Pública	–	–
Deusmar Oliveira de Borba	Assistente em Administração	Tecnologia em Processamento de Dados	Administração de Sistemas de Informação	–	–
Diego Aquino Souza	Assistente em Administração	–	–	–	–
Duanna Jessyca Costa Santos	Secretária Executiva	Letras - Português/Inglês	Tutoria em EAD	–	–
Edilene Barbosa Malheiros Aguiar	Assistente em Administração	Matemática	Gestão Pública	–	–
Edineide Ribeiro Costa Pascoal	Administradora	Administração	–	–	–
Haiany Silva Tavares	Assistente em Administração	Letras - Português/Inglês	Língua Portuguesa e Literatura	–	–
Isaias Cristino Esteves Barreto	Bibliotecário-Documentalista	Biblioteconomia	Avaliação Ambiental	–	–
Itamar Pereira da Silva Junior	Técnico em Tecnologia da Informação	Sistema da Informática	Educação do Campo	–	–
Jair Curcino Monteiro	Assistente em Administração	Matemática	Educação Matemática	–	–
Jorge Rodrigues da Silva	Técnico em Tecnologia da Informação	–	–	–	–

Kauê Furtunato	Vargas	Assistente em Administração	Administração	–	–	–
Kenia Ribeiro	Moreira	Assistente em Administração	Letras - Português/Inglês	Língua Portuguesa e Literatura	–	–
Leandro Costa	Ferreira	Assistente em Administração	Gestão Pública	Socioeconomia do Brasil	–	–
Luiz Paulo Barbosa	Ramalho	Técnico em Assuntos Educacionais	Matemática	Gestão Pública	–	–
Marcelo Gonçalves	Sousa	Assistente em Administração	–	–	–	–
Marco Bezerra Soares	Thulio	Assistente em Administração	–	–	–	–
Marcus Santos de Oliveira	Vinicius	Técnico em Edificações	–	–	–	–
Maria Pires Ribeiro	Aparecida	Assistente em Administração	História	–	–	–
Marilene Almeida Costa	Oliveira	Assistente em Administração	Gestão de Agronegócio	Gestão Pública	–	–
Michael Pereira de Sousa Cruz		Assistente em Administração	–	–	–	–
Michelle Costa de Abreu		Assistente em Administração	Administração	Administração Pública	–	–
Neide Márcia Pereira da Silva		Assistente em Administração	Pedagogia	Mídias na Educação	–	–
Nívia Rodrigues de Queiroz		Assistente em Administração	Pedagogia	Gestão Pública	–	–
Paulo Adriano de Souza Martins	Morais	Assistente em Administração	Administração	–	–	–
Rafael Barbosa	Pereira	Assistente em Administração	–	–	–	–
Raquel de Souza	Nascimento	Tradutor e Interpretador de Libras		Língua Brasileira de Sinais	–	–

Rebeca Mendes Garcia	Técnico em Assuntos Educacionais	Letras - Português/Inglês	Literatura Brasileira	–	–
Roberta Gama Brito	Assistente Social	Serviço Social	Psicopedagogia Clínica e Institucional	Educação	–
Rosalvo Carvalho Neto	Assistente em Administração	Gestão Pública	Negociação Coletiva	–	–
Sandra Regina Evangelista Araújo	Assistente em Administração	Geografia	Gestão Pública e Legislação Urbana	–	–
Suely Ribeiro Lustosa	Assistente em Administração	Pedagogia	–	–	–
Taylla Cristine Barbosa Santos Gonçalves	Assistente em Administração	Ciências Contábeis	Gestão Pública	–	–
Thiago Ferreira dos Santos	Assistente em Administração	Tecnologia em Agropecuária Pedagogia	Gestão Pública	Educação	–
Zilda Pereira dos Anjos	Assistente em Administração	Letras - Português/ Inglês	Educação Inclusiva	–	–

31 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS EXISTENTES NO CÂMPUS DE ARRAIAS

Atualmente, o Câmpus de Arraias “Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor” tem em funcionamento os seguintes cursos de graduação:

- *Graduação presencial* de: Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Educação do Campo - Habilitação em Artes Visuais e Música, Curso Tecnológico de Turismo Patrimonial e Socioambiental;
- *Formação de Professores* (Parfor, semipresencial) em Pedagogia (Licenciatura); e,
- *Graduação a Distância* (modalidade semipresencial, EaD/UAB): Administração Pública (Bacharelado); Biologia (Licenciatura); e, Matemática (Licenciatura).

Na Pós-graduação o câmpus possui o Programa de Mestrado Profissional em Matemática – ProfMat/Arraias (*Stricto sensu*), e as Pós-Graduações *Lato sensu* (Especializações) em: Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (Uniafro), Gestão Pública (EaD), Educação Infantil, Educação Matemática, Educação do Campo: Práticas Pedagógicas (EaD); e, Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Para atender as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desses cursos, a UFT/Arraias é composta por duas unidades físicas.

31.1 Unidade do Centro

Possui um auditório com capacidade para 50 (cinquenta) pessoas; uma copa; quatro banheiros; um almoxarifado; três depósitos de materiais diversos; uma sala administrativa do Curso de Biologia; sala da Secretaria do Curso de Biologia; Laboratório de Biologia (LABIO) e ainda o Centro de Alfabetização, Letramento e Numeramento (CALENU), aportando três salas de aulas de estudantes da Educação Básica dos anos iniciais onde o Centro atua.

31.2 Unidade Buritizinho

DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CAMPUS DE ARRAIAS

Figura 01: Foto panorâmica do Câmpus de Arraías.



Fonte: Marcus Vinícius Marques, 2017.

Comporta as atividades acadêmicas e administrativas, distribuídas nos seguintes prédios:

Bloco BALA – Bloco administrativo e Logístico de Arraías com dois pavimentos. O pavimento *térreo* estrutura-se com: elevador; quatro gabinetes amplos para professores; almoxarifado geral, Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH); Setor de Tecnologia da Informação; Secretaria Acadêmica, NASP (Núcleo de Apoio Sociopedagógico) com capacidade para 40 (quarenta) pessoas; CPD - Centro de Processamento de Dados; sala de motoristas e terceirizados; Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH); gabinetes de professores; almoxarifado; e ainda uma copa. No *segundo* pavimento estão localizados: gabinetes de professores; Coordenação de Planejamento e Administração (COOPLA); Direção e Vice direção de Câmpus; Reprografia; Subprefeitura; Coordenação de Assistência Estudantil (CAE); Coordenação do Curso de Educação do Campo; Coordenação do Curso de Matemática; Coordenação do Curso de Turismo; Coordenação do Curso de Pedagogia; e, sala de reuniões.

Complexo Laboratorial - composto por dois blocos. O *Bloco I* é composto pelo Laboratório de Ensino de Ciências (LABEC); Coordenação da OBMEP – Olimpíada Brasileira

de Matemática; Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação (LIMITIC); Laboratório de Receptivo e Ecoturismo; Laboratório de Ensino de Matemática (LEM); Laboratório de Educação Matemática (LEMAT); e, ainda 01 Banheiro. O *Bloco II* é composto pelo Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE); Brinquedoteca; Almoxarifado da Brinquedoteca; Almoxarifado do Laboratório de Música; Laboratório de Música; Laboratório de Artes Visuais; e, ainda um banheiro. Entre os blocos II e o Prédio Parfor, tem-se a Cantina do Câmpus.

Prédio Parfor - comporta a Biblioteca do Câmpus, a Coordenação do Profmat – Mestrado Profissional em Matemática; o Centro de Documentação e Memória de Arraias; Copiadora, Recepção da Biblioteca e ainda 02 (dois) banheiros.

O **Bloco Integrado** possui a seguinte composição: *Térreo* - 01 sala de terceirizados; Representação Estudantil; Sala de estudos do Mestrado-Profmat; Central de Estágios; Laboratório de Eventos e Cerimonial; Auditório com capacidade para 200 (duzentas) pessoas; 03 (três) salas de aulas; 02 (dois) Laboratórios de Informática (cada um com capacidade para 25 pessoas); Protocolo; Centro de Idiomas; coordenação do Programa de Acesso Democrático à Universidade (PADU). O *segundo* pavimento é composto por 12 (doze) salas de aulas; e o *Terceiro* por 01 (uma) sala de reuniões e 11 (onze) salas de aulas. No Bloco Integrado ainda se encontram 06 (seis) gabinetes de atendimento; 01 (uma) para Manutenção Predial e ainda 01 (uma) sala Limpeza e Conservação. Possui ainda um elevador para pessoas com necessidades especiais, idosos, gestantes e outros. Neste bloco são executadas todas as atividades de ensino dos cursos que o câmpus possui.

Figura 02/03/04/05: Imagens do Prédio Integrado



Foto 02: Imagem dos Blocos I e II do Prédio Integrado



Foto 03: Imagem internado Blocos I do Prédio Integrado



Foto 04: Sala de aula do Prédio Integrado -
Temos 12 salas disponíveis para iniciar as atividades do curso.



Foto 05: Imagem do auditório do Blocos II do Prédio Integrado
Capacidade 200 pessoas sentadas.

Fotos: Valdirene de Jesus, 2017.

32 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O Câmpus de Arraias “Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor” possui a preocupação em incluir as pessoas que possuem necessidades especiais, sejam elas permanentes ou temporárias. Nesse sentido, os prédios contam com elevadores, rampas de acesso, portas largas adaptadas para cadeirantes, banheiros preferenciais e apoio necessário para o bom funcionamento dos cursos e da convivência e aprendizado dos que necessitam destes apoios.

Além da acessibilidade física, o câmpus possui o Núcleo de Apoio Sociopedagógico (NASP) que desenvolve programas de atenção pedagógica para discentes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses atendimentos, visam consolidar ações e serviços que promovam a acessibilidade e inclusão dos(as) estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, conforme regulamenta a legislação.

33 OBRAS EM ANDAMENTO

No Câmpus de Arraias “Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor” há algumas obras que fazem parte do Plano de Consolidação cuja execução foi iniciada em 2014. São elas:

- a) - Melhorias: reestruturação do trevo de acesso à universidade junto ao DERTINS;
- b) - Construção de uma quadra de esportes;
- c) - Perfuração de um poço artesiano; e,
- d) - Plano Integrado de Urbanização.

34 INSTALAÇÕES E ACERVO DA BIBLIOTECA DO CÂMPUS

34.1 Biblioteca

A biblioteca Professor Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento (Câmpus de Arraias) faz parte do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) composto por sete bibliotecas (uma em cada Câmpus) e presta serviços à comunidade acadêmica e ao público em geral. A biblioteca de Arraias conta com um acervo de 16.552 itens entre títulos e exemplares, contendo também cerca de 30 dicionários e enciclopédias conforme tabela a seguir:

Biblioteca	Área de conhecimento	Quantidade
UFT - Biblioteca de Arraias	Agropecuária e Pesca	6
	Ciências Exatas e da Terra	3203
	Ciências Agrárias	8
	Ciências Biológicas	203
	Ciências da Saúde	94
	Ciências Humanas	9948
	Ciências Sociais Aplicadas	578
	Engenharias	125
	Linguística, Letras e Artes	2111
	Outros	270

A biblioteca possui cerca de 30 dicionários e enciclopédias. Em sua estruturação funcional a biblioteca de Arraias possui uma equipe de trabalho formada por: 01 (um)

bibliotecário; 6 (seis) Assistentes em Administração; e 01 (um) estagiário. Na estruturação física possui 21 (vinte e um) computadores interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, particularmente aqueles mantidos pela CAPES e 1 impressora. Conta ainda com um ambiente reservado para estudos em grupo com mesa e capacidade para 21 pessoas (cinco com computadores) e ainda 11 (onze) cabines para estudo individual, sendo 05 (cinco) com computadores.

Possui ainda, espaço para projeção de vídeos, e, para atendimento aos usuários, possui horário de funcionamento ininterrupto de segunda a sexta-feira das 08h às 22h30min e aos sábados das 08h às 12h.

Além do acervo disponível em Arraias, a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut nos campi de Palmas, Araguaína, Miracema, Porto Nacional, Tocantinópolis e Gurupi, somando um total de mais de 215.712 volumes.

No ano de 2010 houve a adesão total à automação no processo de circulação dos livros por meio do software de gerenciamento de bibliotecas denominado SIE – Sistema Integrado de Ensino, módulo Biblioteca, que proporcionou maior agilidade no atendimento aos usuários. As bibliotecas possuem terminais de acesso ao catálogo online para suas pesquisas e renovação dos itens emprestados.

A atualização do acervo é coordenada pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação) da seguinte forma: as bibliotecas setoriais têm a responsabilidade de organizar e enviar a PROGRAD listas bibliográficas para compras. Estas listas são produzidas pelo Corpo Docente da Instituição, cuja solicitação é baseada nas bibliografias básicas de cada disciplina constante nas ementas dos cursos de cada Câmpus.

O acervo básico é composto das bibliografias que constam nas ementas disciplinares dos cursos de graduação e das sugestões bibliográficas do Corpo Docente respaldada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso.

Os periódicos impressos que fazem parte do acervo bibliográfico não são correntes e foram incorporados ao acervo por meio de doações e compras, são na maioria da área de educação, visto que o curso de Pedagogia é a graduação mais antiga do Câmpus de Arraias.

34.2 Periódico Eletrônico

O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9.640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e, há mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na Internet, pode ser acessado nos terminais do Câmpus, por meio do Laboratório de Informática.

35 NÚCLEO DE APOIO SOCIOPEDAGÓGICO – NASP

O Câmpus de Arraias possui um laboratório intitulado Núcleo de Apoio Sociopedagógico – NASP, que auxilia os discentes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de elemento complementar para atender a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE). O laboratório conta com 40 (quarenta) computadores com acesso à internet e espaço para atendimento coletivo e individual e objetiva desenvolver programas de atenção pedagógica a estudantes.

Esses atendimentos, visam consolidar de ações e serviços que promovam a acessibilidade e inclusão dos(as) estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtorno do espectro autista⁷, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, conforme regulamenta a legislação.

36 LABORATÓRIOS

36.1 Laboratório de Informática – LABIN

O Câmpus conta com três laboratórios de informática para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As aulas dos cursos que necessitam de recursos tecnológicos são

7

⁷ Em atendimento a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

A lei prevê que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação infantil até a educação superior.

ministradas nestes laboratórios, sendo um com 40 computadores e dois com 25 (vinte e cinco) computadores cada, todos conectados à internet.

36.2 Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação – LIMITIC

Trata-se de um laboratório interdisciplinar voltado à interação dos cursos existentes no Câmpus, para elaboração de materiais didáticos interdisciplinares com uso das tecnologias da informação e comunicação para a melhoria da Educação Básica. O laboratório multimídia possui uma estrutura para um mini estúdio de vídeo, produção e edição de imagens, vídeo, documentário, produção de material digital educativo.

Permite ainda, a criação e articulação de diferentes metodologias para socializar os resultados dos projetos existentes no Câmpus, promoverem um espaço de referência na geração, gerenciamento e socialização dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos da universidade e da comunidade.

36.3 Laboratório de Eventos e Cerimonial

O Laboratório de Eventos e Cerimonial encontra-se disponível para a utilização e apoio às aulas do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental com atividades de Cerimonial e protocolo. O laboratório atende ainda as demandas dos eventos existentes no Câmpus como um todo, no planejamento e na execução de atividades de Cerimonial e Protocolo, assim como reuniões colegiadas e demais eventos, quando solicitado.

36.4 Centro de Idiomas

O Centro de Idiomas da UFT proporciona aos estudantes do Câmpus maior vivência com a língua estrangeira, de modo a aprofundar o conhecimento e aperfeiçoar a segunda língua, falada e escrita. Este laboratório atende ainda a comunidade externa interessada no Ensino da língua estrangeira.

A ampliação do Centro de Idiomas faz parte do processo de democratização do ensino de línguas e internacionalização da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Isso porque a instituição (por meio de sua Diretoria de Assuntos Internacionais – DAI) reconhece a importância do processo de internacionalização e da cooperação internacional no contexto

educacional, econômico, social e político, bem como, vem trabalhando ativamente para a consolidação das políticas institucionais que perpassam a mera mobilidade discente e têm impacto direto sobre seus cursos de Graduação e Pós-Graduação (PDI, 2016).

Nesse sentido, o centro de Idiomas é crucial para a consolidação do câmpus como referência regional na graduação e em possíveis pós-graduações na área do Direito.

36.5 Brinquedoteca

A brinquedoteca é um núcleo de apoio pedagógico da Licenciatura em Pedagogia, onde os alunos podem discutir, analisar e investigar o valor do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança.

A Brinquedoteca do curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo geral proporcionar aos alunos do curso, e também de outros cursos do Câmpus de Arraias, o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito de prática pedagógica, a construção e a elaboração de brinquedos, bem como reflexão temática referente aos conteúdos curriculares.

36.6 Centro de Documentação e Memória de Arraias (CDMA)

Centro de Documentação e Memória de Arraias (CDMA), localizado em um dos ambientes da Biblioteca do câmpus, é um espaço de recuperação e preservação de documentos antigos de Arraias. Seu acervo atualmente é composto de documentação Cartorial dos séculos XVIII e XIX e de uma coleção de Diários Oficiais da União de 1990 a 2000, sob a guarda da UFT desde 2002.

A recuperação e preservação se constituem na higienização e registro dos manuscritos em suportes duráveis (por meio da digitalização) e esse acervo poder-se-á constituir em fonte para pesquisa para as disciplinas de Direito Imobiliário, Direito Agrário, Direitos Difusos e Coletivos, Direitos Humanos e Antropologia Jurídica.

A conservação desse material representa a valorização da cultura local/regional, bem como dos aspectos presentes no Brasil, nesse período, relacionados aos ciclos de mineração, pecuária e modelo escravista. Ainda, os Documentos Cartoriais poderão possibilitar a identificação do papel desempenhado pelos afrodescendentes que marcaram e marcam presença e influência cultural desde a formação do Arraial de Arraias: um processo que veio moldando uma identidade que instiga seu conhecimento.

36.7 Laboratório de Alfabetização, Letramento e Numeramento - CALENU

Laboratório-Centro de Alfabetização, Letramento e Numeramento (CALENU) é o espaço destinado ao desenvolvimento de atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, vinculadas à área de alfabetização, letramento e numeramento. As ações são desenvolvidas por acadêmicos do curso de Pedagogia presencial e PARFOR da UFT e de outras instituições da região; Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores da Rede Pública e Privada de Arraias e região abrangida pelo sudeste tocantinense e nordeste goiano.

O Laboratório tem como objetivo promover a integração Universidade/Escola/Comunidade-parceira, promovendo a iniciação dos graduandos em pedagogia na docência, ações no âmbito da alfabetização e letramento, formação de professores do município de Arraias com o intuito de melhorar o desempenho escolar dos alunos em fase de alfabetização.

36.8 Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPE

O Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPE é o espaço destinado ao desenvolvimento de atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPE tem por objetivos:

- I - dar suporte ao desenvolvimento de disciplinas do curso de Licenciatura em Pedagogia;
- II - elaborar, analisar e avaliar materiais didáticos e atividades que possibilitem a melhoria na relação ensino/aprendizagem da Pedagogia;
- III - desenvolver atividades interdisciplinares com outros espaços, preparando os licenciandos(as) para o trabalho em escolas da Educação Básica;
- IV - estimular discentes (as) de graduação a atuarem como pesquisadores(as) em sala de aula;
- V - consolidar grupos de estudos e pesquisas contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento de uma cultura de base científica na formação de pedagogos(as);
- VI - estabelecer relações entre a Universidade e a Comunidade, levando os profissionais da área de ensino da Pedagogia, em formação inicial e/ou continuada, à uma sólida formação teórica e prática, dentro das necessidades da rede de ensino local;
- VII - incentivar a criação e apoiar os projetos e programas no LAPPE dentro do sistema público municipal e estadual de ensino, bem como nos espaços não-escolares;
- VIII - promover cursos e oficinas pedagógicas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica dos sistemas de ensino da região.

36.9 Laboratório de Tecnologias Assistidas - LATECAS

O Laboratório de Tecnologias Assistidas - LATECAS é o espaço destinado ao desenvolvimento de atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, vinculadas à área de Educação Especial e Inclusiva, que possui como público alvo as pessoas com deficiências, as pessoas com transtornos de desenvolvimento e as pessoas com altas habilidades.

E tem como objetivo promover uma cultura de consideração e convivência com as diferenças, marcadas pelas deficiências, pelos transtornos de desenvolvimento e pelas altas habilidades, amparados pelas exigências legais da Educação Inclusiva.

37 ÁREAS DE LAZER E CIRCULAÇÃO

No Câmpus há um prédio destinado à lanchonete e área de lazer e descanso, assim como uma quadra para vôlei e futebol de areia.

38 RECURSOS AUDIOVISUAIS

O Câmpus possui equipamentos audiovisuais disponíveis para as atividades de ensino, pesquisa e extensão (além dos equipamentos constantes nos laboratórios dos cursos):

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
03	TV em cores
48	Data Show
10	Máquina Fotográfica Digital
09	DVD
02	Filmadora
10	Microfone
04	Caixa de Som Acústica
01	Mesa/Comando de Som
13	Notebook
12	Tela Branca para projeção
07	Kit Multimídia c/ 2 caixas de som 600W
01	Câmara Digital para videoconferência

Fonte: Setor de Patrimônio e Protocolo do Câmpus (2017).

39 SALA DA DIREÇÃO DE CÂMPUS

Há duas salas para a Direção e Vice Direção do Câmpus e uma antessala para as duas secretárias da direção. Todos esses espaços estão devidamente equipados para atendimento à comunidade universitária e externa.

40 SALA DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Cada curso do câmpus recebe uma sala de Coordenação onde atua o coordenador e o (a) Secretário(a) de curso. Esta sala concentra os documentos de apoio ao curso, material de apoio aos docentes e discentes, bem como, serve para atendimento personalizado aos discentes.

41 INFRAESTRUTURAS DE SERVIÇOS

O serviço de transporte é feito por meio de cinco veículos que o câmpus possui para a execução de trabalhos administrativos, de ensino, pesquisa e extensão: uma Caminhonete Frontier, um Microônibus Iveco com capacidade para 12 (doze) pessoas, uma Boxer Peugeot com capacidade para 12 (doze) pessoas, um Prisma Joy Chevrolet e um Voyage.

O serviço de comunicação é feito por meio de internet e por telefones VOIPS que se faz uso de ramais entre os setores.

42 SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Os serviços de conservação e limpeza, reprografia, segurança, transporte e recepcionistas são realizados por empresas terceirizadas. Todos os funcionários estão devidamente instalados, atendendo ao previsto nos contratos estabelecidos.

43 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE. I – 1998 – **15 anos de movimento**: a trajetória da ANFOPE. 1998. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/grupos/formac/docanfope/cap1.html#princ>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

ALARCÃO, Isabel (Org). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ANDRE, Marli Eliza. Dalmaso. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/CP. **Parecer 02/2015**. Aprovado em 09 de junho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/CP. **Resolução 02/2015**. Aprovado em 02 de julho de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº. 9.394/06, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação/CP. **Parecer 005/2005**, aprovado em 13 de dezembro de 2005.

_____. Conselho Nacional de Educação/CP. **Parecer 003/2006**, aprovado em 21 de fevereiro de 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação/CP. **Resolução 001/2006**, aprovado em 16 de maio de 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação/CP. **Parecer 28/2001**, aprovado em 8 de maio de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Parecer CNE/CES n.º 15**, de 2 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CALVO, Luciana Cabrini Simões; FREITAS, Maria Adelaide. Prática como componente curricular e sua implementação em sala de aula na visão de formadores de um curso de Letras. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, Maringá, v. 33, n. 2, p. 315-327, 2011.

THERRIEN, Jacques. A pedagogia e o pedagogo na sociedade contemporânea: os saberes da racionalidade de uma profissão. In: **Fórum Nacional de Pedagogia**, 1., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], 2004. p. 13

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Parecer **CNE/CP n.º 9**, de 8 de maio de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

ANEXO A - REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Pedagogia, criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo do nível de sua competência, de acordo com o que estabelece o Regimento Acadêmico, o Regimento Geral e o Estatuto da UFT, devendo contribuir para organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento do curso de Pedagogia.

CAPÍTULO II

Da Composição

Art. 2º. O Colegiado do Curso de Pedagogia é composto de todos os docentes efetivos e substitutos de áreas específicas, de docentes de áreas afins em exercício no curso e de representantes de alunos, eleitos pela totalidade do corpo discente do respectivo curso, até o máximo de 30% (trinta por cento), do total dos integrantes.

Art. 3º. O Presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, a função de coordenador do curso.

§ 1º. O Presidente será auxiliado por um(a) secretário(a) ou, na falta deste(a), por um integrante do colegiado escolhido em datas alternadas pelos membros do colegiado.

§ 2º. Na falta ou impedimento do titular, a presidência será assumida pelo coordenador substituto do curso, eleito pelos membros do colegiado, conforme consta no art. 38, §2.º do Regimento Geral da UFT.

CAPÍTULO III

Das Atribuições

SEÇÃO I

Art. 4º Compete ao Colegiado, em conformidade com o art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I) Promover a estrutura didático-pedagógica e a organização administrativa do respectivo curso, nos termos deste Regimento.
- II) Constituir comissões e subcomissões de avaliação e acompanhamento para a análise de temas pertinentes a área, se entender necessário, nos termos deste Regimento.
- III) Propor as disciplinas que serão disponibilizadas em Edital para concurso público, tendo em vista necessidades didático-pedagógicas e administrativas do curso.
- IV) Estimular a qualificação docente em consonância com Plano de Qualificação Docente do Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias.
- V) Recomendar a liberação de docentes do curso para participarem de programas de aperfeiçoamento e pós-graduação, bem como para eventos técnico-científicos, desde que suas propostas de trabalho contemplem as diretrizes norteadas pelo Curso de Pedagogia, expressas em seu Projeto Pedagógico.
- VI) Aprovar alterações curriculares, ementas e programas de disciplinas, no nível de suas competências, obedecidas as normas educacionais em vigor no país.
- VII) Realizar formulação, atualização e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando-o, por meio do Conselho Diretor, a Câmara de Graduação, ao CONSEPE e a Pró-Reitoria de Graduação, para fins de homologação junto ao Conselho Universitário.
- VIII) Propor, discutir e aprovar projetos de pesquisa e extensão que estão sendo ou serão desenvolvidos pelos docentes do Colegiado.
- IX) Distribuir carga horária entre docentes do curso, contemplando atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- X) Elaborar calendário de reuniões ordinárias do colegiado.

Art. 5º. Professores de uma mesma área de conhecimento do curso ou de vários cursos em áreas afins poderão reunir-se periodicamente para analisar assuntos referentes às respectivas áreas de conhecimento, identificar problemas, propor soluções e prestar auxílio mútuo.

Parágrafo Único. As propostas, oriundas de discussões a que se referem o *caput* do artigo anterior, que afetarem natureza, finalidade e competência do curso, deverão ser objeto de apreciação e deliberação do respectivo colegiado.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente do Colegiado

Art. 6º. Compete ao Presidente do Colegiado, em conformidade com o art. 38 do Regimento Geral da UFT:

- I) Coordenar elaboração de propostas de reestruturação e organização do curso;
- II) Promover, no início de cada semestre, planejamento de atividades acadêmicas, envolvendo ensino, pesquisa e extensão;
- III) Auxiliar o Diretor de Câmpus na compatibilização da programação de atividades acadêmicas, avaliando seus resultados, junto ao Colegiado;
- IV) Comunicar ao Colegiado decisões emanadas das Câmaras deliberativas da UFT, assim como fornecer todas as informações pertinentes ao curso e aos membros do Colegiado, em reuniões ordinárias e extraordinárias;
- V) Convocar membros do Colegiado para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VI) Desempenhar suas funções em articulação com os outros colegiados e com a Direção de Câmpus;
- VII) Convocar docentes da mesma área de conhecimento do respectivo curso para integração de disciplinas e conteúdos afins, presidindo suas reuniões;
- VIII) Zelar pela disciplina nas atividades acadêmicas do curso, podendo, se for o caso, intervir, de acordo com as disposições dos artigos 128 a 133 e parágrafo único e 135 do Regimento Geral da UFT;
- IX) A carga horária máxima, exercida pelo Presidente do Colegiado, em sala de aula, deverá ser de 08 (oito) horas-aula semanais, o que não o impedirá de desenvolver Projetos de pesquisa e extensão, conforme o art. 38, § 1º do Regimento Geral da UFT.

SEÇÃO III

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 7º. Aos membros do Colegiado compete:

- I) Zelar pelo cumprimento deste Regimento;
- II) Analisar, discutir, relatar e deliberar, nos prazos estabelecidos na sessão, os encaminhamentos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;
- III) Emitir parecer sobre transferência, redistribuição ou permuta dos docentes de seu colegiado, em consonância com o artigo 112 do Regimento Geral da UFT;
- IV) Compor comissões e subcomissões, indicadas ou eleitas pelo colegiado, para contribuir com as necessidades do curso;
- V) Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VI) Estabelecer um calendário semanal de atendimento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- VII) Manter um comportamento ético em relação à comunidade acadêmica;
- VIII) O Colegiado poderá, dentro de sua especialidade, viabilizar criação de comissões compostas por outras entidades, empresas ou instituições com finalidade de subsidiar o Curso de Pedagogia em discussão sobre temas pertinentes.

Parágrafo Único. Compete aos docentes substitutos o que reza a lei n.º 8.745/93.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º. O Colegiado reunir-se-á uma vez por mês, em caráter ordinário, sendo uma reunião para deliberar sobre questões administrativas e pedagógicas.

§ 1º. O Colegiado reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou por 2/3 de seus membros.

§. 2º. Caso o/a docente desenvolva atividades acadêmicas no curso de Pedagogia, sem fazer parte do respectivo colegiado, poderá participar das reuniões apenas com direito a voz.

§. 3º. Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença de metade, mais um de seus membros.

§ 4º. Não havendo quórum deliberativo, nova convocação será promovida nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes pelo Presidente, com qualquer quantidade de membros.

§. 5º. As reuniões ordinárias do Colegiado serão convocadas por escrito, por telefone e/ou e-mail, e os editais de convocação fixados em locais visíveis, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta.

§ 6º. Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, sendo que, neste caso, o edital justificará as razões, bem como, estabelecerá condições específicas para sua realização.

§ 7º. Feita a segunda convocação, e não havendo quórum, o Presidente instalará a sessão e deliberará com qualquer número de presentes.

§ 8º. O tempo máximo de duração das reuniões não poderá exceder a três horas. Caso a pauta não seja esgotada, proceder-se-á a uma nova reunião.

Art. 9º. As reuniões compreenderão uma parte de expediente a discussão e aprovação da Ata da reunião anterior e assuntos diversos, e outra dedicada a ordem do dia, na qual serão considerados assuntos em pauta, adotando-se o seguinte procedimento:

- I) Abertura da sessão pelo Presidente;
- II) Aprovação da ordem do dia;
- III) Leitura e discussão da Ata da reunião anterior;
- IV) Informes;
- V) Debates, encaminhamentos e deliberações;
- VI) Encerramento da sessão.

Parágrafo Único. A convite do Presidente do Colegiado ou da maioria dos membros presentes, pessoas dele não integrantes poderão participar de suas sessões, com direito apenas a voz.

Art. 10º. O comparecimento dos membros do Colegiado as sessões será comprovado mediante lista de frequência e Ata.

Art. 11º. Debates e informes realizados devem primar por objetividade, bom senso e respeito entre os presentes à reunião.

§ 1º. O tempo máximo para informes não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º. Os debates terão os seguintes encaminhamentos:

- I) Falas devem respeitar a ordem de inscrição, com um tempo máximo de 3 (três) minutos;
- II) Questões de ordem, encaminhamento, esclarecimento e regime de votação devem ser obedecidos;
- III) Falas não poderão sofrer interferência argumentativa, salvo exclamações e pedidos de apartes que poderão ou não ser concedidos;

IV) Réplicas, tréplicas ou respostas somente serão permitidas em casos extremos;

V) Será advertido pelo Presidente, em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do Colegiado ou participante da reunião, que incorrer nas seguintes circunstâncias:

(a). Desrespeitar membros do Colegiado com ofensa ética, moral, racial ou sexual.

(b). Abandonar ou faltar reuniões sem justificativa expressa.

Art. 12º. As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos membros presentes do Colegiado.

§ 1º. A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma, sempre que uma das duas outras não seja requerida ou aprovada pelo plenário ou expressamente prevista nas normas pertinentes.

§ 2º. Além do voto comum, o Presidente do Colegiado terá, em caso de empate, Voto de Qualidade.

Art. 13º. As deliberações do Colegiado serão baixadas pelo seu Presidente, sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie.

Art. 14º. O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade do curso de Pedagogia.

§ 1º. Caso de três ausências consecutivas de quaisquer membros do Colegiado às reuniões, sem justificativas, acarretará comunicação escrita pelo Presidente do Colegiado.

§ 2º. Caso o docente falte a quatro ou mais reuniões, de forma injustificada, o fato implicará encaminhamento do caso a instância superior. Se o faltoso for um representante discente, o mesmo será substituído por outro membro, segundo a diretoria do C.A.

§ 3º. Em caso de justificativa relativa a execução de trabalho acadêmico, o docente não terá as ausências contabilizadas.

CAPÍTULO V

Das Atividades Acadêmicas do Curso de Pedagogia

Art. 15º. A Organização Curricular do Curso de Pedagogia deve atender ao número de horas e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, Resolução CNE/CP 01 de 15 de maio de 2006 e a Resolução, CNE/CP, nº 02/2015.

Art. 16º. O ensino deve fornecer embasamento histórico, ético, epistemológico e metodológico ao discente, em nível de graduação e pós-graduação e, para o bom andamento das atividades acadêmicas e acompanhamento das mesmas pelo Colegiado, fica estabelecido que:

I) Todos os docentes que ministram aulas no curso de Pedagogia terão que apresentar programas de disciplinas em reunião com os seus pares, na semana de planejamento que antecede ao início das aulas.

II) Na primeira semana de aula, os programas das disciplinas deverão ser apresentados e discutidos com as turmas.

Art. 17º. A avaliação segue as normas do Regimento Acadêmico da UFT e do Projeto Pedagógico do curso. Porém, a avaliação de segunda chamada de prova obedecerá aos seguintes critérios específicos do Curso de Pedagogia:

I) A solicitação de segunda chamada de prova poderá ser feita por meio de requerimento, em até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação;

II) Após o deferimento, o aluno realizará a avaliação em até 7 (sete) dias letivos.

III) O conteúdo da segunda chamada de prova deverá contemplar o conteúdo da avaliação realizada e a avaliação deverá ser em forma de prova escrita.

Art. 18º. A revisão de prova é um direito do discente, em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT:

I) O discente, ao se sentir prejudicado em sua avaliação, terá direito de solicitar revisão de prova. Essa solicitação deverá ocorrer no prazo estabelecido pelo calendário da UFT vigente no semestre, para tanto, o discente encaminhará o processo às instâncias competentes.

CAPÍTULO VI

Da Eleição para Presidente do Colegiado

Art. 19º. O Presidente do Colegiado será eleito entre os docentes do curso de Pedagogia, em conformidade com o Regimento Eleitoral.

Art. 20º. Poderá concorrer para o cargo de Presidente do Colegiado o membro do corpo docente que possua, preferencialmente, formação específica na área de Pedagogia, que seja efetivo e esteja em pleno exercício em suas atividades acadêmicas.

Parágrafo Único. Os docentes que almejarem participar do processo sucessório deverão ter dedicação exclusiva a Universidade.

Art. 21º. No momento do processo eleitoral, será formada uma comissão escrutinadora, em conformidade com o Regimento Eleitoral vigente.

Art. 22º. Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos, em conformidade com o Regimento Eleitoral.

Parágrafo único. Havendo empate entre os concorrentes, o critério de desempate obedecerá ao estabelecido no Regimento Eleitoral vigente.

Art. 23º. O Presidente será eleito por um prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua posse, permitida apenas uma recondução consecutiva.

Parágrafo Único. A posse do Presidente eleito dar-se-á em conformidade com as normas vigentes.

Art. 24º. Perderá o mandato o membro eleito ou indicado que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a 6 (seis) alternadas, do respectivo Órgão Colegiado, ou que tenha sofrido penalidades por infração incompatível com a vida universitária, constantes no Estatuto e no Regimento Geral da UFT.

§ 1º. Havendo impedimento a permanência do Presidente do Colegiado no cargo até a realização de um novo pleito, ocupará o lugar do mesmo um coordenador substituto, interinamente, como reza o § 2º do Artigo 3º deste Regimento.

§ 2º. Na hipótese de ocorrer a situação prevista no parágrafo anterior, o Colegiado do Curso, em comum acordo com a Direção do Câmpus, adotará, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de assunção do cargo pelo coordenador interino, medidas necessárias à realização de nova eleição, observando-se o disposto neste Regimento, no Regimento Eleitoral e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 25º. As propostas de alteração deste Regimento deverão ser encaminhadas ao Colegiado para a devida apreciação e votação, pela maioria absoluta, ou seja, 2/3 dos seus membros.

Art. 26º. O Presidente e o Colegiado sujeitar-se-ão as normas constantes neste Regimento, sendo o mandato integral do Presidente exercido na forma deste Regimento e demais normas que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Art. 27º. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado, respeitadas as normas gerais que regem a UFT, especialmente disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 28º. Este Regimento, após aprovado pelo colegiado, será homologado pelas instâncias superiores da UFT, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Arraias (TO), _____ de _____ de_____.

ANEXO B - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO PEDAGOGIA

Regimento interno aprovado na Reunião do NDE do dia 18 de fevereiro de 2014 – Institui o funcionamento do NDE do Curso de Pedagogia – Câmpus de Arraias

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins;

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo composto por um grupo de trabalho que tem como meta construir, revisar, atualizar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) oferecendo subsídios para a implementação do mesmo observando a qualidade da formação.

Art.3º. O Colegiado do Curso deve assegurar a estratégia de renovação parcial dos membros do NDE de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) colaborar com a atualização periódica do projeto pedagógico do curso subsidiando a formulação de concepções, fundamentos e metodologia de implementação do curso e da formação;
- c) definir e atualizar o perfil profissional da formação;
- d) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso;
- e) supervisionar as formas de avaliação do curso subsidiando o Colegiado do mesmo
- f) analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- g) propor alternativas de integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- h) acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- i) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia;
- j) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado de Curso.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por:

- a) 5 (cinco) professores do corpo docente do curso, com experiência na área de formação;
- b) pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado do Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de uma recondução.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.6º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art.7º. O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente. As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes;

Art 8º. O quórum mínimo para dar início à reunião é de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros do NDE. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes;

Art 9º. Reunidos os membros do NDE será designado um relator para secretariar e lavrar as atas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 10º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 11º. O presente Regulamento entra em vigor após apresentação no colegiado do Curso de Pedagogia, observando o disposto na Resolução 01 de 17 de junho de 2010.

ANEXO C - REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1. INTRODUÇÃO

O colegiado do curso de Pedagogia compreende que o estágio é um dos componentes do currículo do curso de formação de professores e profissionais da educação, que prepara para o exercício profissional. Sua finalidade é proporcionar um conhecimento da realidade educativa em espaços escolares e não escolares.

O estágio do curso de Pedagogia - Câmpus de Arraias têm como base a docência e a gestão, propiciando o pensar a ação educativa tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, o Decreto nº 87.497/82 que regulamenta a Lei nº 6494/77 que considera Estágio Curricular como:

Atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situação de vida e de trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito privado, sob a responsabilidade e coordenação de instituição de ensino (Art. 2º).

Além da legislação acima citada o estágio curricular do curso de Pedagogia - Câmpus de Arraias está em consonância com a Resolução nº 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE que dispõe o regulamento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins.

O estágio supervisionado será desenvolvido a partir do 5º período do Curso e constituir-se em um componente de caráter teórico-prático, visando:

- Criar condições para vivência de situações concretas e diversificadas relacionadas à profissão docente;
- Constituir a compreensão sobre a identidade profissional do professor e de sua importância no processo educativo;
- Promover a articulação teórico-prática;
- Possibilitar situações de ensino, a partir das quais seja possível a experiência da intervenção pedagógica;

— Contribuir para a discussão e atualização dos conhecimentos do curso de formação.

Nesta perspectiva, o estágio no Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraías, fundamenta-se, ainda, no que preconiza a Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, acerca da formação inicial e continuada para os profissionais do magistério. O estágio, dentro dessa premissa, assume caráter de pesquisa das condições de exercício da profissão e oportunidade de questionamento sobre as práticas em andamento. Nas suas intervenções, os estagiários se dirigem a seus possíveis campos de atuação profissional impulsionados pela necessidade de melhor conhecê-los, de buscar respostas às suas indagações sobre eles e de testar suas hipóteses.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura o artigo 7º dispõe que: “O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: [...] IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

No Projeto de Estágio I - Docência e gestão de processos educacionais são contemplados os seguintes conhecimentos e competências: Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; Educação de Jovens e Adultos; e na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos.

No Estágio II- Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) são contemplados os seguintes conhecimentos e competências: Educação Infantil; participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; e em reuniões de formação pedagógica.

No Estágio III- Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são contemplados os seguintes conhecimentos e competências: anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos; participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; e em reuniões de formação pedagógica.

2. PROJETO DE ESTÁGIO

A estruturação da prática centrar-se-á nos problemas concretos, levantados e diagnosticados pelos licenciados na prática pedagógica, com vistas à reorganização do trabalho escolar, discutidos e tematizados a partir de diferentes referenciais teóricos com a participação articulada dos professores das disciplinas. Esta reorganização do trabalho escolar significa a intervenção do estagiário na prática pedagógica (diagnóstico da escola, participação em planejamentos, estudos com professores das escolas para reorientar os problemas de aprendizagem detectados etc.).

Os dados levantados no diagnóstico pelos estagiários, a teorização destes problemas, o planejamento e os resultados da sua intervenção na prática, são dados coletados e acumulados dos processos de gestão, ensino e de aprendizagem que poderão ser sistematizados e elaborados como relatório de pesquisa no final do curso em forma de Trabalho de Conclusão de Curso.

Importante é firmar parceria com algumas escolas da rede pública, propondo o trabalho, possibilitando assim aos licenciados oportunidade de integração e comprometimento com a realidade escolar.

A ida dos licenciandos às escolas-campo ocorrerá de forma planejada com as escolas, tendo objetivos e tarefas de observação claras nas situações de classe e extraclasse e momentos de discussão com os profissionais da área no ensino básico. É importante ter presente o que observa Pimenta (1997, p.120): “O conhecimento não se adquire “olhando”, “contemplando”, “ficando ali diante do objeto”, exige que se instrumentalize o olhar com teorias, estudos, olhares de outros sobre o objeto, que, por sua vez é fenômeno universal”.

A problemática levantada e teorizada para intervenção e avaliação deve estar inserida numa das áreas do conhecimento do objeto de estudo do curso, a partir dos planejamentos curriculares, das necessidades da comunidade, dos estudantes, dos PCN, etc. e do que se propõe a escola.

Os grupos de licenciandos de PEE (Prática de Ensino e Estágio) terão o acompanhamento do orientador de estágio que se fará presente nas escolas-campo e terá

encontros de orientação, discussão e avaliação com estagiários em grupos, do 5º ao 7º períodos. Todas as atividades didático-pedagógicas de aprendizagem profissional serão desenvolvidas sobre a responsabilidade e coordenação da Universidade. Como a pesquisa cotidiana gera necessidade de interpretação fundamentada em referenciais teóricos e práticos necessitarão de orientação dos professores pela área correspondente ao seu tema de trabalho.

A partir do referencial acima, o curso de Pedagogia - Câmpus de Arraias propõe as seguintes etapas da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

2.1 5º Período - Estágio I: Docência e gestão de processos educacionais

- Formulação de um projeto: Pesquisa descritiva com suporte teórico-metodológico;
- Reflexão sobre a problemática identidade;
- Fundamentação teórica (fichamento) de bibliografia básica quanto à metodologia, conteúdo da disciplina, habilidades e competências sob a orientação sistemática do professor do estágio;
- Proposição de ações a realizar com vistas à superação da problemática;
- Observação em aula sobre o conteúdo que está sendo desenvolvido para prepará-lo para o estágio do 6º período;
- Estas atividades terão uma carga horária de 60 horas (04 créditos);
- A prática pedagógica permeia todo o curso e seus componentes curriculares.

2.2 6º Período - Estágio II: Docência e Gestão de Processos Educacionais na Educação Infantil (Creche e Pré Escola)

Estudo compartilhado com os professores

- Planejamento dos encontros com os professores, focalizando a proposta de atuação;
- Promover o diálogo, a discussão e a interação com os professores da escola-campo, da Educação Infantil;
- Indicação de bibliografias, metodologias e recursos possíveis para atuar com relação à preparação da sua atuação (livros, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil - BNCC);
- Estas atividades terão uma carga horária prevista de 150 horas (10 créditos);
- A prática pedagógica permeia todo o curso por meio de seus componentes curriculares.

2.3 7º Período - Estágio III: Docência e Gestão de Processos Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

- Preparação e ministração de aulas, projetos ou outras atividades de atuação com alunos no contexto explicitado;
- Atuação na sala de aula da escola-campo, conjuntamente com o professor regente;
- Relatório e avaliação da atuação;
- Elaboração de um artigo sobre a experiência. Produção científica, em qualquer etapa em conjunto com a instituição campo;
- Estas atividades serão realizadas em conjunto com: o professor orientador e os professores da escola-campo de estágio;
- Estas atividades terão uma carga horária prevista de 150 horas (10 créditos);
- Para estas atividades a turma será subdividida em dois grupos, sob a responsabilidade de um professor orientador para cada grupo, atribuindo-lhes uma carga horária de trabalho semanal de 08 horas;
- A prática pedagógica permeia todo o curso por meio de seus componentes curriculares;
- Observação: a participação do professor na escola-campo é contribuir com a avaliação formativa.

Destaca-se que é prevista uma carga horária de atividades práticas para algumas disciplinas do curso. Essas horas de atividades práticas também compõem o Projeto de Estágio e deverão estar articuladas com a proposta de Estágio do respectivo período ou semestre letivo e do curso como um todo.

Para tornar possível essa articulação entre todas as disciplinas do currículo, os professores deverão articular as atividades previstas em cada um dos semestres, discutindo e registrando antes de cada período letivo, com todas as disciplinas a serem ministradas, as orientações a serem implementadas para atendimento ao Projeto de Prática de Ensino e Estágio do Curso.

Nessa perspectiva, as atividades do estágio deverão ser enriquecidas com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos, dentre outros.

3. CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Um enorme desafio com o qual os alunos dos cursos de licenciatura tem de lidar é certamente o exercício da práxis. Essa dificuldade é um aspecto a ser superado durante a vida acadêmica do aluno, do contrário, se refletirá na sua prática pedagógica como professor. “Não é só frequentando um curso de graduação que um indivíduo se torna profissional. É, sobretudo, comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma” (FÁVERO, 1992, p. 65).

Neste processo é preciso que se leve em conta diversos aspectos que se mostram enquanto intervenientes, aspectos estes que podem ser antecipados e discutidos com os alunos e professores supervisores, como:

- a. Superar as competições internas;
- b. Ter claro que o estagiário chega como alguém de fora da cultura escolar que irá, certamente, ter um olhar de estranhamento por parte dos professores e demais agentes da escola;

O estágio supervisionado se apresenta, de um lado, como meio que pode levar o acadêmico a perceber novas e variadas metodologias e experiências que muitas vezes ele não prever encontrar na sua área profissional, nem tampouco o curso é capaz de possibilitar todas as situações que podem suscitar de fato no exercício da docência.

Por outro lado, o estágio é também uma possibilidade para escolas, de inovar e diversificar sua prática quando há a possibilidade da criação de uma cooperação mútua e a intervenção da universidade por meio do estágio toma a forma de parceria e a escola é vista como um espaço do exercício efetivo de práticas educativas emancipadoras e não como mero laboratório.

A preocupação central do projeto deve ser a valorização da prática de ensino por meio de equipes multidisciplinares com enfoque interdisciplinar, articulando a pesquisa, o ensino e o estágio, com a formação de professores e de forma participativa, sem a intenção de interferir, fazer os encaminhamentos possíveis para solução das dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem na educação básica. Dessa forma o estágio supervisionado se constitui um espaço didático de deliberação de situações vivenciadas pelos estagiários (aprendizes) e escolas campo, onde se pode introduzir novos processos teóricos, reanimar a equipe, ajudar a coordenar, planificar situações e ressignificar o planejamento, a partir do **que** se construiu com os professores formadores na sala de aula no curso de Pedagogia e depois projetando para o planejamento da escola de educação básica.

Independentemente da integralização e requisito curricular nos cursos de formação de professor, as práticas de estágio são interdependentes, e potencialmente educativas, tanto para os

estagiários quanto para os supervisores, com grande potencialidade de dinamizar as forças e renovar as experiências no âmbito das Escolas de Educação Básica.

Outro aspecto não menos importante a ser percebido é que o estágio se caracteriza como oportunidade singular de reflexão sobre o curso de pedagogia, suas disciplinas, a interdisciplinaridade, o contexto de trabalho da escola, as necessidades formativas, sendo também fator de redução das distâncias entre a escola pública e a universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v.I, II e III, Brasília: MEC-SEF,1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC-SEF, 2010.

JARDILINO, J. R. **Os professores não erram**: ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre. São Paulo: Terra de sonhar/ Edições Pulsar, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____.(org.). **A Criança e seu desenvolvimento**: perspectivas para se discutir a educação infantil. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 12.ed. São Paulo: Editora Liberdade, 2004.

ANEXO D - REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Capítulo I DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso, identificado por TCC-DEFESA, é responsabilidade do Colegiado de Curso (Colegiado) e figura no sistema acadêmico como disciplina **presencial**, sob a responsabilidade de um professor do Colegiado.

Parágrafo Único. Deve ser realizado pelo acadêmico sob orientação, obrigatoriamente, de um professor do colegiado de Pedagogia com formação superior ao grau pretendido pelo candidato.

DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 2º - O TCC tem por fim propiciar ao acadêmico:

- O aprofundamento do conhecimento em tema de sua predileção, respeitando o **Art. 7º** deste regimento;
- Aprofundar a pesquisa científica acerca de inovações do mundo profissional;
- Aprofundar o estudo de problemas regionais, buscando apontar possíveis propostas de solução, com o objetivo de integrar universidade e sociedade;
- A oportunidade de demonstrar o grau de conhecimentos adquiridos e de habilidade na expressão oral e escrita;
- O desenvolvimento do comportamento autônomo em relação à compilação e à produção do conhecimento;
- O desenvolvimento da capacidade de interpretação e crítica de temas vinculados à atuação profissional do Pedagogo;
- A oportunidade de divulgação do trabalho de pesquisa realizado, por meio da apresentação do TCC.

Capítulo II

DA NATUREZA

Art. 3º Nos termos do Projeto Pedagógico e da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia, o TCC é uma atividade acadêmica individual e obrigatória exigida para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Capítulo III

DAS ETAPAS DO TCC

Art. 4º – Compreende total de 120 horas, a serem realizados respectivamente no 8º período do Curso. Envolve as etapas:

- a) Escolha do tema. Seleção da bibliografia. Elaboração e entrega do projeto. Desenvolvimento do projeto.
- b) Análise dos dados e redação do relatório de pesquisa (monografia ou artigo). Apresentação oral com avaliação de banca especializada. Entrega da versão corrigida do artigo ou monografia.

Parágrafo 1º – O TCC deverá ser redigido no formato de monografia ou artigo obedecendo às normatizações da Resolução/UFT nº 36 de 6 de dezembro de 2017.

Capítulo IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO TCC

Art. 5º – Do professor da disciplina de TCC:

- Divulgar o Regimento de TCC e prazos para registro de orientação e documentos relativos a orientação e defesa.
- Registro de notas e frequência no diário das disciplinas de TCC;
- Divulgar os resultados (frequência e notas) das disciplinas de TCC;
- Solicitar dos orientadores o estabelecimento de um cronograma definido de orientação para arquivamento;
- Divulgar os cronogramas das bancas;
- Organizar os documentos comprobatórios de defesa;

Art. 6º – Da Coordenação de Curso

- Receber e protocolar as versões finais dos TCC's entregues em data, horário e local previamente estipulado. Sendo uma (01) via impressa e encadernada em capa dura azul, escrita em dourado e uma (01) via digitalizada;
- Encaminhar as versões finais dos TCC's a Biblioteca do Câmpus para competente arquivamento;
- Zelar pelo cumprimento deste regimento.

Art. 7º São atribuições do professor orientador:

- Orientar o acadêmico nas práticas investigativas e técnicas científicas de elaboração e execução do projeto de pesquisa conforme as normas vigentes da ABNT e regulamentos da UFT;
- Estabelecer com o orientando o plano de estudos, atividades, cronogramas de ações, horários e locais de atendimento;
- Acompanhar a elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- Controlar a frequência, entregar ao professor da disciplina;
- Avaliar o orientando e emitir nota quando solicitado pelo professor da disciplina;
- Indicar os membros das bancas de defesa do TCC;
- Agendar, com 15 (quinze) dias de antecedência a data de defesa do TCC. No agendamento informar: data; horário; local; nome do orientando; título do TCC; nome e titulação dos avaliadores;
- Cobrar do orientando a entrega, 15 (quinze) dias antes da defesa, a versão impressa do TCC aos membros da Banca Examinadora;
- Presidir a defesa do TCC;
- Encaminhar às informações em tempo hábil a coordenação do Curso e ou ao professor da disciplina de TCC, conforme prazos estabelecidos no edital;

Parágrafo Único. Professor orientador deve, obrigatoriamente, ser membro do Colegiado do Curso de Pedagogia e ter formação superior grau pretendido pelo candidato. Sendo possível o auxílio de um professor co-orientador em acordo com o professor orientador.

Art. 8º. São atribuições do acadêmico orientando

- Matricular na disciplina;
- Possuir professor orientador para cursar a disciplina de TCC;
- Entregar carta de aceite de orientação dos TCC à coordenação do Curso;

- Cumprir as normas contidas neste Regulamento;
- Comparecer aos encontros de orientação agendados pelo orientador ou professor de TCC;
- Entregar ao orientador, quando solicitado, relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas;
- Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros quando das citações, cópias ou transcrições de trechos de outrem;
- Comparecer em dia, hora e local determinados, para apresentar e defender o TCC perante a Banca Examinadora.
- Informar por escrito à Coordenação do Curso qualquer irregularidade decorrente do não cumprimento de condições estabelecidas neste regulamento.

Capítulo V

CATEGORIAS TCC

Art. 9º - O TCC deverá atender uma das seguintes categorias:

- Trabalho original de pesquisa vinculado à área de atuação do Pedagogo;
- Trabalho original de pesquisa vinculado aos contextos didáticos em Pedagogia;
- Trabalho de produção realizada durante os projetos de intervenção pedagógica, desenvolvidos ao longo do Curso.

Capítulo VI

DA OFERTA DE VAGAS PARA ORIENTAÇÃO

Art. 10º. Os acadêmicos matriculados no TCC serão igualmente divididos entre o quantitativo de professores do colegiado do Curso de Pedagogia para orientação.

Parágrafo 1º. Informar à coordenação rompimento de orientação, por meio de carta justificativa. O rompimento pode acontecer por interesse do orientador ou orientando;

Parágrafo 2º. No caso de rompimento de orientação, o acadêmico deverá entregar carta de aceite de um novo orientador à coordenação;

Capítulo VII

DEFESA DO TCC -DEFESA

Art. 11º. A banca avaliadora da monografia, elaborada na disciplina **TCC - DEFESA** deve ser constituída:

- Pelo professor orientador, que presidirá a mesa;

- Mínimo de dois examinadores convidados, tendo formação igual ou superior ao grau pretendido pelo candidato de graduação.

Art. 12º. A apresentação do TCC deve ser pública, garantindo tempo de apresentação e tempo de arguição na defesa:

- Orientando: máximo de 20 minutos para exposição do trabalho;
- Cada integrante da banca examinadora: 10 minutos para arguição;

Parágrafo único. A banca avaliadora poderá ser composta por membros a distância, cabendo para isso, a utilização de recursos tecnológicos, sem prejuízo para a defesa.

Art. 13º. A nota da defesa do TCC consistirá na média aritmética das notas atribuídas pelos componentes da banca, registrada em ata específica distribuída à banca no momento da defesa.

Parágrafo 3º. É considerado “aprovado” o acadêmico que obtiver média maior ou igual a 7,0 pontos e “reprovado” quando obtiver média menor que 7,0 pontos.

Parágrafo 4º. Esta nota não deve ser divulgada para o público e orientando.

Art. 14º. Fazer leitura para o público da Folha de Aprovação (Documento V), que deve constar na monografia, informado apenas os termos “aprovado” ou “reprovado”.

Art. 15º. Se aprovado, o acadêmico tem o prazo de até 15 (quinze) dias para efetuar as correções sugeridas pela banca, e entregar a versão final do TCC à coordenação respeitando o prazo final para entrega estabelecido pela coordenação.

Art. 16º. Após defesa o acadêmico deverá:

- Realizar as correções solicitadas pela banca examinadora;
- Fazer correção gramatical do texto da versão final do TCC;
- Solicitar a ficha catalográfica do TCC a biblioteca. Para solicitação o acadêmico deverá entregar ao bibliotecário duas cópias resumo do TCC;
- Imprimir a ficha catalográfica, fornecida pelo bibliotecário, no verso da folha de rosto do TCC;
- Encadernar uma versão do TCC (correções, ficha catalográfica, ata de aprovação assinada) em capa dura azul com grafias em dourado;
- Colocar em CD-ROM uma cópia em PDF da versão final do TCC. O CD-ROM deve ter capa com identificação;


Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins.

DOCUMENTOS DO TCC

DOCUMENTO I – Cronograma de Orientação.

	Câmpus de Arraias-Curso de Pedagogia Cronograma de Orientação Disciplina: Período: Ano:	
Tema		
Orientador		
Orientand @		
Data do encontro	Atividades a serem entregues ao orientador	

 Orientando

 Nome do professor orientador

Arraias-TO, ____/____/____

DOCUMENTO II – Declaração de participação em banca de defesa de monografia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARRAIAS
CURSO DE PEDAGOGIA

DECLARAÇÃO

Arraias, _____ de _____ de _____

A Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus de Arraias – TO, no uso de suas atribuições legais, declara que, no dia _____ do mês de _____ de dois mil e _____, semestre __/__, realizou-se a defesa de Monografia de Conclusão de Curso da aluna _____, do Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Arraias, intitulada: “_____”, sob orientação da Profª _____ tendo como banca avaliadora a Profª _____ e o Prof. _____.

Nome do professor(a).
Coordenador do Curso de Pedagogia

DOCUMENTO III - Roteiro de Avaliação da Defesa da Monografia (TCC -DEFESA)**CAMPUS DE ARRAIAS****CURSO DE PEDAGOGIA****ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA DEFESA DE MONOGRAFIA**

Data:

Local:

Horário de início:

Horário de término:

Titulação e Nome do avaliador:

Nome do Acadêmico:

Título do trabalho:

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO TCC		NOTA (0-10)	
T R A B A L H O E S C R I T O	1-TEXTO: Ortografia, concordância, coerência, clareza, objetividade.		
	2-APRESENTAÇÃO FÍSICA: Normas (ABNT), estética, organização.		
	3-COERÊNCIA ENTRE OS ELEMENTOS DA MONOGRAFIA: problema, objetivos, metodologia, etc.		
	4-Estrutura do texto (introdução/desenvolvimento/conclusão)		
	5-Qualidade do Conteúdo.		
A P R E S E N T	6-Adequação da linguagem (formal)		
	7-Clareza na exposição (encadeamento das partes)		
	8-Cumprimento do tempo previsto (20 minutos)		
	9-Utilização correta dos recursos (imagens, textos, etc.)		

A C Z A O	10-Resposta convincente, conhecimento científico, sequência lógica, segurança e domínio do trabalho.		
MÉDIA DA NOTA ATRIBUÍDA PELO AVALIADOR			

Assinatura do avaliador.

DOCUMENTO IV – Ata de Avaliação da Defesa da Monografia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DA MONOGRAFIA

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, semestre ____ realizou-se a Defesa de Monografia de Final de Curso (TCC) do(a) aluno(a), **Nome do(a) Acadêmico(a)** do Curso de Pedagogia, do Câmpus de Arraias, intitulada: **TÍTULO DA MONOGRAFIA**, realizada sob a orientação do(a) professor(a) orientador(a) e tendo como banca avaliadora, os professores relacionados abaixo.

Atribuíram a média final _____ (_____) pelo trabalho tendo sido considerado(a) _____. Nada mais tendo a constar, assinam esta Ata o(a) professor(a) orientador(a) e os demais componentes da banca.

Titulação e nome do orientador

Orientador

Titulação e nome do Prof avaliador 1

Titulação e nome do Prof Avaliador 2

Arraias-TO, __ de _____ 201__.

PROGRAD/UFT – Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV – CEP 77020-120 – Palmas – TO Fone: (63)3218-8032

DOCUMENTO V - Folha de Aprovação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARRAIAS
CURSO DE PEDAGOGIA

TÍTULO DA MONOGRAFIA

Monografia submetida ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias, em cumprimento parcial para obtenção do título de Pedagogo à **NOME DO ACADÊMICO**

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM ____/____/201__

Titulação de nome do orientador
Orientador

Titulação de nome do avaliador 1
Prof avaliador 1

Titulação de nome do avaliador 2
Prof avaliador 2

Arraias-TO, __ de _____ 201__.

DOCUMENTO VI – Capa E Contra-Capa Para Identificação Do CD-ROM Da Monografia.

Modelo para capa do TCC em CD-ROM.



Câmpus de Arraias
Curso de Pedagogia

Nome do acadêmico

TITULO

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do grau de Pedagogo (a).*****

Palavras-chave:

Arraias- TO/2018

Modelo para capa do TCC em CD-ROM.

<div data-bbox="619 333 775 506" data-label="Image"> </div> <p data-bbox="563 575 831 672"> Câmpus de Arraias Curso de Pedagogia </p> <p data-bbox="228 797 1169 943"> Autorizo a divulgação deste Trabalho de Conclusão de Curso na Base de Dados da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins www.uft.edu.br </p> <p data-bbox="577 1128 817 1162"> Arraias- TO/2018 </p>	<p>no</p> <p>me</p> <p>–</p> <p>TO</p> <p>–</p> <p>201</p> <p>8</p>
---	---

DOCUMENTO VII – Controle de Frequência de Orientação.

444.4.1

		Câmpus de Arraias-Curso de Pedagogia	
		Controle de Frequência de Orientação Disciplina: _____ Período: _____ Ano: _____	
Tema			
Orientador			
Orientand@			
Data do encontro	Atividades Organizadas pelo Orientador		Assinatura do Orientando

 Orientando

 Professor Orientador

Arraias-TO, ____/____/____


DOCUMENTO VIII – Registro de Avaliação Periódica do Orientando

		Câmpus de Arraias-Curso de Pedagogia Registro de Avaliação Periódica do Orientando Disciplina: _____ Período/Ano: _____	
Tema			
Orientador			
Orientand@			
Item	Critério de Avaliação	Nota atribuída (0-10)	
1	Assiduidade aos encontros de orientação.		
2	Comprometimento e empenho para executar as atividades determinadas pelo orientador.		
3	Iniciativa para executar e propor alternativas de trabalho e execução da pesquisa.		
4	Crescimento e evolução do aluno durante processo de realização das atividades propostas pelo orientador.		
Outros			
	Soma das notas atribuídas		
	Média aritmética das notas atribuídas		
	Bimestre correspondente a avaliação		

 Professor Orientador

Arraias-TO, ____/____/____

DOCUMENTO IX – Declaração de Aceite de Orientação

	<p style="text-align: center;">Câmpus de Arraias Curso de Pedagogia-20--</p> <p>Disciplina: _____ PERÍODO: _____</p>
---	--

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto à Coordenação de Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Fundação Universidade Federal do Tocantins que aceito orientar o Acadêmico (a) _____ de acordo com o Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso, Capítulo IV, Art. 5º: “Compete ao professor orientador:

- Orientar o acadêmico nas práticas investigativas e técnicas científicas de elaboração e execução do projeto de pesquisa conforme as normas vigentes da ABNT e regulamentos da UFT;
- Estabelecer com o orientando o plano de estudos, atividades, cronogramas de ações, horários e locais de atendimento;
- Acompanhar a elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa (TCC-DEFESA);
- Controlar a frequência, entregar à coordenação;
- Avaliar o orientando periodicamente e emitir nota para coordenação;
- Indicar os membros das bancas;
- Agendar, com 15 (quinze) dias de antecedência a data de defesa do TCC. No agendamento informar: data; horário; local; nome do orientando; título do TCC; nome e titulação dos avaliadores;
- Cobrar do orientando a entrega, 15 (quinze) dias antes da defesa, a versão impressa do TCC aos membros da Banca Examinadora;
- Presidir a defesa do TCC;
- Encaminhar às informações em tempo hábil a coordenação do Curso, conforme estabelecidos no edital;

Nome do professor orientador

Arraias-TO, ____/____/____

ANEXO E - REGIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Regimento das Atividades Complementares

O Colegiado do Curso de Pedagogia, do Campus Universitário de Arraias, reunido em sessão do dia 18 de setembro de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Resolve:

Art. 1º - Estabelecer critérios para o aproveitamento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Arraias, conforme previsto na Resolução do CONSEPE/ Nº 04/2005 e nas Diretrizes Norteadoras para a Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da UFT.

Art. 2º - As Atividades Complementares a que se refere a Resolução CONSEPE nº 04/2005 serão homologadas em forma de créditos, conforme prevê o Artigo 4º, parágrafo 2º do Regimento Acadêmico da UFT e de acordo com o Anexo I, desta Resolução.

Art 3º - Para integralizar as 105 horas de atividades complementares previstas no projeto do curso, o aluno terá que atingir, durante o curso de pedagogia 07 créditos em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, em conformidade com as conversões do quadro anexo e os tetos fixados para cada atividade.

I – O aluno deverá apresentar comprovação no mínimo em duas modalidades de atividades (ensino, pesquisa e extensão)

II – A atividade que envolve carga horária (horas, dias, anos) somente será contabilizada se atingir o teto mínimo fixado no quadro anexo.

Art. 4º - Somente serão consideradas como atividades complementares aquelas desenvolvidas durante o período de formação do acadêmico no Curso de Pedagogia.

Art. 5º - O acadêmico deverá apresentar os comprovantes das atividades das quais participou junto à Secretaria Acadêmica do Campus na forma de apostila contendo as seguintes informações: capa com identificação do (a) acadêmico (a) e, seu respectivo número de matrícula no Curso; sumário (contendo a relação que identifique as atividades das quais participou, com tema/assunto do evento, a data de realização, a carga horária, a instituição promotora) e em anexo, cópia do Currículo Lattes e de todos os comprovantes dos eventos e atividades com autenticação da Secretaria Acadêmica.

Parágrafo Único – Os prazos limite para a apresentação dos documentos junto à Secretaria acadêmica para contabilização no semestre são 31 de maio e 31 de outubro, para o primeiro e segundo semestre, respectivamente.

Art. 6º - A Comissão de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão fará o aproveitamento, convertendo as atividades em créditos e expedirá relatório para a Coordenação de Curso, que emitirá parecer que será publicado pela Secretaria Acadêmica do Campus.

Parágrafo Único – O aluno que discordar do parecer da comissão, tem o prazo de até 03 dias úteis após a publicação, apresentar a coordenação do curso o pedido de revisão da mesma.

Art. 7º - Todos os comprovantes de Atividades aproveitadas e o respectivo parecer da Coordenação do Curso deverão ser arquivados na pasta individual de cada aluno.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Arraias, 30 de outubro de 2007.
Colegiado do Curso de Pedagogia

**QUADRO DE APROVEITAMENTO E CONVERSÃO DAS ATIVIDADES
COMPLEMENTARES**

T I P O	CÓDI GO	NOME DA ATIVIDADE	MÍNIM O	MÁXIM O	CONVERSÃO
E N S I N O	AC10 1	I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos (e/ou excedentes) e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina)	30h	60h	1h de participação = 1h convalidada
	AC10 2	II - Atividades de monitoria institucional na UFT ou em outra IES (por semestre)	30h	60h	1h de participação = 1h convalidada
	AC10 3	III - Organizar e ministrar minicursos (por minicurso)	4h	30h	= 15h por cada minicurso ofertado
	AC10 4	IV - Participação como ouvinte em minicursos (por minicurso) (isolado; sem estar vinculado a um evento) - EM INSTITUIÇÕES OFICIAIS	30	30h	2h de participação = 1h convalidada
	AC10 7	V - Experiência docente na Educação Básica não aproveitada no Estágio Curricular	1 SEM	3 SEM	01 sem = 15h
	AC 105	VI - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)	30h	60 h	2h = 1h convalidada
	AC10 6	VII - Participação em cursos de formação continuada Presencial, semipresencial e/ou à distância (EM INSTITUIÇÕES OFICIAIS)	30h	60 h	2h de participação = 1h convalidada
P E S Q U I S A	AC20 1	I - Livro Publicado		02 livros	01 livro = 45h
	AC20 2	II - Capítulo de Livro		02 capítulos	01 capítulo = 30h
	AC20 3	III - Projetos de Iniciação Científica PIBIC ou PIVIC (com comprovação de finalização)		02 projetos	01 projeto= 45h
	AC20 4	IV - Projetos de Pesquisa Institucionais (com o número de cadastro na propesq)		02 projetos	01 projeto= 30h
	AC20 5	V - Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial)		02 artigos	01 artigo = 30h
	AC20 6	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial)		02 artigos	01 artigo = 30h
	AC20 7	VII - Artigo completo publicado em anais como autor		02 artigos	01 artigo = 30h
	AC20 8	VIII - Artigo completo publicado em anais como co-autor		02 artigos	01 artigo = 30h
	AC20 9	IX - Resumo de trabalhos científicos publicados em anais		02 artigos	01 resumo = 15h
	AC21 0	X - Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos	20h		01 grupo = 15h
E X T E N S Ã	AC30 1	I - Autoria e/ou execução em projetos cadastrados junto a instituições oficiais	15h	30h por atividade	01 atividade de 15h = 15h
	AC30 2	II - Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop etc.) (Somatória total)		60h	1h de participação = 1h convalidada
	AC30 3	III - Participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc.		Por evento	01 participação = 15h

O	AC30 4	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.) - Eventos com menos de 04h serão computados no item AC 306	04h	45 h	2h de participação = 1h convalidada
	AC30 5	V - Apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshop, etc.		Por evento	01 apresentação = 15h
	AC30 6	VI - Participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas etc. (atividades isoladas; sem estar vinculada a um evento)			01 participação = 4h
	AC30 7	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshop, etc.			01 apresentação = 15h
	AC30 8	VIII - Participação em oficinas (isolada; sem estar vinculado a um evento)	04h		01 participação = 4h
	AC30 9	IX - Visitas técnicas	04h		01 visita = 15h
	AC31 0	X - Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso	30	120h	2h de participação = 1h convalidada
	AC31 1	XI - Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, CONDIR, COLEGIADO etc). (por ano)			01 ano = 15h
	AC31 2	XII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc.)			01 mandato = 30h
		Outras Atividades (a critério da comissão de avaliação)	15h	30h	2h = 1h convalidada

ANEXO F- REGIMENTO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES

1. Da Caracterização das Atividades Integrantes

Núcleo de Estudos Integradores

O Núcleo de Estudos Integradores – conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006) – proporcionará enriquecimento curricular por meio de atividades e ou disciplinas que complementem e aprofundem as temáticas vivenciadas no contexto do curso. Conforme o Parecer CNE/CP nº 9/2001, o projeto de formação necessita enfatizar os componentes curriculares, de natureza diversa, de modo a:

instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variado, diferentes modos de organização do trabalho possibilitando o exercício de diferentes competências a serem desenvolvidas (Parecer CNE/CP nº 9/2001, p. 52).

Entendemos que o Parecer exemplifica de modo claro a relação entre as disciplinas e as atividades desse núcleo. Nessas atividades, conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006), o núcleo de estudo integradores tem por finalidade proporcionar enriquecimento curricular é compreende a participação em:

- seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;
- atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- atividades de comunicação e expressão cultural.(Resolução CNE/CP nº 1/2006)

Na Resolução CNE/CP nº 1/2006, a previsão da carga horária total é de:

- 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da educação Básica CNE/CP N° de 01 de julho de 2015, a carga horária total referente a esse núcleo é de:

- 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Dessa forma o colegiado do curso entende que a carga horária total do núcleo é constituída por 200h, em atendimento a CNE/CP N° 02 de 01 de julho de 2015. Ressaltamos que na matriz curricular do curso de Pedagogia 2007, a carga horária total desse núcleo era de 345h, em razão das atividades integrantes previstas pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006), que (no entendimento do colegiado) estabelecia a necessidade de aprofundamento de temáticas trabalhadas no curso.

A CNE/CP N° 02 de 01 de julho de 2015 esclarece essa questão quando aponta a obrigatoriedade de 400h, de prática como componente curricular, que na compreensão desse colegiado, tem o papel de realizar a reflexão e o aprofundamento, ou seja, a reflexão acerca da prática docente.

O Núcleo de Estudos Integradores possui duas dimensões que se articulam e se complementam:

- Dimensão das Atividades Complementares;
- Dimensão Integrante.

Dimensões do núcleo	Componentes curriculares	CR	CH
Dimensão das Atividades Complementares	Atividades complementares	07	105
Dimensão Integrante	Atividades Integrantes	07	105
Total de Créditos/Horas do Núcleo		14	

Este núcleo é composto por atividades complementares e atividades integrantes; tem como objetivo propiciar o enriquecimento curricular conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

As **Atividades complementares** são atividades formativas realizadas pelos acadêmicos durante o curso (promovidas pela IES e/ou por outras instituições) tais como: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes; publicações, participações em projetos e programas; disciplinas cursadas em outros cursos da UFT ou de outra IES e atividades ou curso semipresenciais ou a distância desde que validado pelo colegiado do curso. Total necessário para integralização curricular: **105 h (07 créditos)**

As **Atividades Integrantes** fazem parte do Núcleo de Estudos Integradores e estão distribuídas durante o Curso de Pedagogia. São compreendidas como atividades de **ensino, pesquisa e extensão** (promovidas pela UFT ou em parceria⁸), orientadas pelo corpo docente da instituição em diferentes áreas do campo educacional, previstas na estrutura curricular de caráter obrigatório para integralização do curso. O PPC do curso prevê que o aluno participe dessas atividades do primeiro ao sexto período a fim de integralizar a carga horária prevista no curso. Total necessário para integralização curricular: **105 h (07 créditos)**

Especificações sobre as Atividades Integrantes

As atividades integrantes estruturadas no **ensino** podem ser ofertadas no formato⁹ de disciplina¹⁰, ou não, dependendo do objetivo. A organização, avaliação e carga horária serão definidas pelo (as) docentes e validadas pelo colegiado.

No formato **não disciplinar** compreende participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, atividades ou curso semipresenciais ou a distância desde que validado pelo colegiado do curso, etc.

8

⁸ Sob a responsabilidade do docente da UFT.

9

⁹ Configuração física.

10

¹⁰ Sob a denominação de tópico especial.

No **formato disciplinar** compreende tópicos especiais visando aprofundamento de temas amplos e relevantes, de urgência e abrangência regional e nacional, que se constituem em interesse geral e/ou específico, em conformidade com o Art.3 § 7º, incisos I e II, da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. (Regimento das Atividades Integrantes - Anexo F)

No quadro apresentamos as atividades integrantes que compõem o currículo do curso de Pedagogia, categorizadas por tipo de atividades:

ATIVIDADES DE ENSINO	
FORMATO NÃO DISCIPLINAR	
Atividades	Carga horária mínima e máxima semestral
1. Grupo de estudos	De 15h a 30 h
2. Seminários temáticos	De 15h a 30 h
3. Monitoria escolar (projeto com sistema de ensino)	De 15h a 30 h
4. Apoio pedagógico e confecção de material didático	De 15h a 30 h
5. Monitoria e Tutoria acadêmica (PIM, PIMI, PADI, PADU)	De 15h a 30 h
6. Outras atividades propostas pelo colegiado	De 15h a 30 h
FORMATO DISCIPLINAR	
Atividades	Carga horária mínima semestral
1. Filosofia da Educação	De 15h a 30 h
2. Fundamentos da Educação Infantil	De 15h a 30 h
3. Fundamentos do Ensino Fundamental	De 15h a 30 h
5. Estatística aplicada a Educação	De 15h a 30 h
6. Planejamento e avaliação de processos educativos	De 15h a 30 h
7. Educação Quilombola	De 15h a 30 h
8. Investigação da prática pedagógica	De 15h a 30 h
9. Linguagens e seus códigos	De 15h a 30 h
10. Educação na diversidade	De 15h a 30 h
11. Educação de Jovens e Adultos	De 15h a 30 h
12. Práticas educativas populares	De 15h a 30 h
13. Pensamento Pedagógico de Paulo Freire I	De 15h a 30 h
14. Pensamento Pedagógico de Paulo Freire II	De 15h a 30 h
15. Pensamento Pedagógico de Paulo Freire III	De 15h a 30 h
16. Gêneros Textuais Acadêmicos	De 15h a 30 h
17. Outros definidos pelo Colegiado	De 15h a 30 h
ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	
Atividades	Carga horária mínima semestral
1. Participação em grupo de pesquisa (com relatório)	De 15h a 30 h
2. Projeto de Iniciação Científica (com relatório final)	De 15h a 30 h
3. Projetos de pesquisa institucionais (com relatório)	De 15h a 30 h

final)	
4. Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão (com orientação docente)	De 15h a 30 h
5. Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso (PIBID e estágios extras)	De 15h a 30 h
6. Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não escolar	De 15h a 30 h
7. Estudo e produção artístico-cultural	De 15h a 30 h
8. Assessoria e acompanhamento de programas e projetos educativos desenvolvidos em espaços escolares e não escolares	De 15h a 30 h

Para a comprovação das atividades, deve ser entregue junto com o certificado e/ou declaração do professor e/ou responsável da ação data e atividades desenvolvidas (cronograma de execução).

2. Da Operacionalização das Atividades Integrantes

As Atividades de Ensino compreendem:

I) Grupo de estudo: constitui-se em atividade proposta por um ou mais docentes que reúne um grupo de estudantes (no mínimo 15), que tem por objeto o estudo avançado de autores ou temáticas que contribuem com a formação do pedagogo.

II) Seminário temático: constitui-se em atividade proposta por um ou mais docentes para um grupo de estudantes (no mínimo 15) que tem como objeto o aprofundamento de temáticas priorizadas no Projeto do Curso e/ou outras demandas que contribuem com a formação do pedagogo.

III) Monitoria escolar: constitui-se em atividade proposta pelo Colegiado, em consonância com os sistemas de ensino, a ser orientada por um ou mais docentes, que tem por objetivo inserir os discentes (no mínimo 15 por professor) no ambiente escolar, a fim de possibilitar-lhes vivências e experiências no âmbito do ensino, da gestão e da produção de conhecimento.

IV) Apoio pedagógico e confecção de material didático: constitui-se em atividade de estudo e de produção de material didático, organizado de forma sistemática a partir de projeto de um ou mais docentes, que tem como público-alvo discentes do Curso de Pedagogia (no mínimo 15) e professores das Redes Públicas de Ensino, e objetiva dar suporte ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas do Curso e do exercício da profissão docente nos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil.

V) Monitoria e Tutoria Acadêmica: constitui-se em atividade de acompanhamento acadêmico a determinada disciplina (PIM, PIMI) e/ou Área do Conhecimento (PADI) determinada pelo colegiado e seguindo edital específico, cujo objetivo é propor a participação do acadêmico nas atividades universitárias, contribuir com a melhoria da construção do projeto pedagógico do curso de graduação, incentivar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes no que se refere à orientação acadêmica, científica e ao planejamento de atividades didático-pedagógicas.

VI) Outras atividades propostas pelo Colegiado: além das atividades elencadas, o Colegiado de Curso poderá apresentar propostas de outras atividades que integrarão o currículo, seguindo os mesmos princípios e critérios já definidos para as atividades integrantes: serem oferecidas e orientadas pelo corpo docente, com organização, avaliação e carga-horária específicas, de natureza não disciplinar, terem por base as prioridades do Curso, as demandas discentes e as linhas de pesquisa, e devendo ser definidas no planejamento semestral.

A contabilização da carga horária docente nas atividades integrantes de ensino obedecerá ao determinado no Regimento Acadêmico: atividade com 15 ou mais alunos contabilizar-se-á segundo a equação $15h = 01$ crédito; atividades com mais de 05 alunos e menos de 15 alunos serão qualificadas como estudo orientado e obedecerão a equação $30h = 01$ crédito.

As Atividades de Pesquisa e Extensão compreendem:

- I - Participação em grupo de pesquisa (com relatório)
- II - Participação em Projetos de Iniciação Científica (com relatório final)
- III - Projetos de pesquisa institucionais (com relatório final)
- IV - Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão (com orientação docente)
- V - Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso.
- VI - Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar.
- VII - Estudo e produção artístico-cultural.

Obs.: Todas as propostas de atividades integrantes **vinculadas ao ensino** devem ser encaminhadas para aprovação do colegiado (como ponto de pauta e com prazo para que todos os membros possam ter conhecimento prévio para aprovação), para que assim a coordenação possa fazer a solicitação de inserção no sistema (no caso de formato disciplinar) e para registro e arquivo (no caso das não-disciplinares).

Dados necessários para apresentação das propostas ao colegiado: ementa, carga horária, objetivos, bibliografia e cronograma de execução e critérios de avaliação. Lembramos que tais

propostas não estão explícitas no PPC, não possuem uma ementa já aprovada, por isso a necessidade de uma aprovação para que os registros possam ser feitos. Para fins de registro e apresentação será adotado o mesmo modelo do plano de ensino.

Quanto às propostas de pesquisa e extensão, elas já possuem órgãos de registro e aprovação que disponibilizam número de registro. (PROPESQ no sistema GPU e PROEX, no sistema SIGGPROJ). Ressalta-se que para registro nesses sistemas, há a necessidade de ciência em reunião de colegiado.

3. Das Menções

Quando as atividades forem de caráter disciplinar respeitarão as normativas das disciplinas quanto à frequência e às notas e as horas/créditos serão convalidadas apenas quando houver a aprovação.

Quando as atividades forem de caráter não disciplinar a atribuição de nota/menção fica a critério do docente responsável e poderá usar a seguinte equivalência de conceitos: A- de 9,0 a 10,0; B- de 8,0 a 8,9; C – de 7,0 a 7,9.

4. Da Frequência

A frequência para validação de atividades de caráter disciplinar é de 75%. Nas demais atividades (não disciplinar e de ensino e extensão) serão computadas as cargas horárias registradas nos certificados e/ou declarações.

Membros do Grupo de trabalho: Prof^a Dra. Adriana Demite Stephani e Prof^a. Dra. Sonia Maria de S. Fabrício Neiva.

DOCUMENTO APROVADO EM COLEGIADO EM: 22/03/2012 e revisado em 16/05/2018.

ANEXO G - REGIMENTO DA BRINQUEDOTECA

REGIMENTO DA BRINQUEDOTECA

Normatiza o uso da Brinquedoteca

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades da Brinquedoteca do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins.

Capítulo II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Brinquedoteca do curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo geral proporcionar aos alunos do curso, e também de outros cursos do Câmpus de Arraias, o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito de prática pedagógica, a construção e a elaboração de brinquedos, bem como reflexão temática referente aos conteúdos curriculares.

Art. 3º - São objetivos específicos da Brinquedoteca:

- a) Propiciar um espaço onde professores e alunos da licenciatura em Pedagogia e dos demais cursos do câmpus possam realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração do brinquedo, tendo como foco o desenvolvimento infantil;
- b) Possibilitar às crianças e adolescentes momentos de brincadeira, realizando atividades lúdicas, desenvolvendo a expressão artística, transformando e descobrindo novos significados lúdicos, propiciando a interação e a troca entre adultos, crianças e adolescentes;
- c) Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo, teatro, brincadeira e sua importância na educação;
- d) Formar profissionais que valorizem o lúdico associado ao ensino e a aprendizagem;
- e) Desenvolver estudos que apontem a relevância dos jogos, teatro, brinquedos e brincadeiras para a educação;
- f) Confeccionar, testar, avaliar brinquedos e brincadeiras, inclusive construindo jogos utilizando recursos como sucatas;
- g) Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências;

- h) Estimular ações lúdicas entre os docentes e os alunos dos cursos, no que tange à construção do conhecimento em matemática, alfabetização, metodologias do ensino, arte e literatura, entre outras;
- i) Ser um espaço de articulação entre a universidade e a escola pública para o atendimento aos alunos da educação básica.
- j) Sistematizar as experiências da Brinquedoteca por meio da publicação de trabalhos/artigos científicos.

Capítulo III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - A brinquedoteca é um núcleo de apoio pedagógico da Licenciatura em Pedagogia, onde os alunos podem discutir, analisar e investigar o valor do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança.

Art. 5º - Os recursos de que dispõe a Brinquedoteca poderão ser utilizados para realização de oficinas, mini cursos, eventos em outras localidades tendo como parceria a instituição, sob responsabilidade de um docente, mediante apresentação e aprovação do projeto pela coordenação do curso de Pedagogia.

Parágrafo 1º - Para as instituições públicas de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental será permitida a visita nos dias indicados, mediante agendamento antecipado.

Parágrafo 2º - Sempre que possível, a Brinquedoteca realizará ações itinerantes podendo deslocar-se por período determinado para escolas e/ou outros espaços públicos.

Art. 6º - Nos cursos de Licenciatura em Pedagogia EAD, são atribuições dos professores-tutores do curso, nos Polos de Apoio Presencial, que utilizam a Brinquedoteca:

- a) Definir, encaminhar, orientar e acompanhar a atividade prática;
- b) Utilizar a Brinquedoteca mediante reserva antecipada, por meio de formulário próprio;
- c) Comunicar irregularidades ao coordenador da Brinquedoteca e/ou do curso de Pedagogia;
- d) Manter as estantes de jogos e brinquedos organizadas;
- e) Responsabilizar-se pelo zelo e integridade dos materiais, durante a realização das atividades.

Capítulo IV

DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art. 7º - O horário de atendimento ao público está previsto de terça e quinta-feira, das 9 às 17h, em períodos que alternam manhã, tarde. Segundas-feiras: das 18h às 21h; quartas-feiras: das 9h às 17h; quintas-feiras: das 9h às 17 h.

Parágrafo único - As visitas devem ser agendadas com os brinquedistas, aluno-monitor de Licenciatura em Pedagogia ou outro curso do Câmpus de Arraias, respeitando o horário preestabelecido.

Capítulo V

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 8º - A Brinquedoteca conta com o apoio de 6 (seis) docentes e 40 (quarenta) discentes para o acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas.

- a) Docentes da Licenciatura em Pedagogia, sob a supervisão da coordenação da Brinquedoteca.
- b) Monitores-discentes das diversas Licenciaturas que realizam o papel de brinquedistas.

Capítulo VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º - O docente responsável, bem como o brinquedista, em um trabalho conjunto, devem:

- a) Zelar pelo espaço, pelos diversos materiais, pelos jogos e brinquedos;
- b) Cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;
- c) Organizar e classificar os jogos e brinquedos;
- d) Preparar os arquivos e registros da Brinquedoteca;
- e) Catalogar os materiais existentes na Brinquedoteca;
- f) Zelar pela limpeza e assepsia dos jogos, brinquedos e demais materiais;
- g) Incentivar sempre o brincar e a construção do conhecimento;
- h) Realizar planejamento das atividades semestrais (geral) e semanais (específicos);
- i) Documentar, por meio de relatórios, as atividades desenvolvidas;
- j) Estabelecer e garantir o cumprimento de regras e normas de funcionamento do espaço;
- k) Comunicar irregularidades à coordenação da Brinquedoteca;

Capítulo VII

DAS REGRAS

Art. 10º - Para o bom andamento das atividades na Brinquedoteca é necessário o cumprimento de algumas regras, a saber:

- a) Manter as estantes organizadas;
- b) Conservar os jogos, brinquedos e demais materiais;
- c) Descartar o lixo de acordo com a coleta seletiva;
- d) Resolver os problemas do cotidiano com ética e empatia.

Parágrafo 1º - As atividades deverão ser agendadas mediante: planejamento da(s) atividade(s) a ser(em) desenvolvida(s), indicando o tempo de realização; número de alunos participantes; objetivos do trabalho; conteúdos a serem desenvolvidos; metodologia; assinatura do aluno e do professor responsável e ciência da coordenação da Brinquedoteca.

Parágrafo 2º - Os monitores devem observar e registrar o desenvolvimento das atividades pelas crianças e adolescentes, utilizando o momento como fonte de investigação. O registro será feito no “Relatório de Monitoria” e deverá ser entregue à coordenação da Brinquedoteca a cada 15 (quinze) dias.

Parágrafo 3º - As crianças e adolescentes atendidos na Brinquedoteca serão cadastrados para fins de registro e possível participação em projetos a serem realizados posteriormente pelos docentes e alunos envolvidos com a Brinquedoteca. O uso de imagem deverá ser autorizado pelos pais ou responsáveis.

Art. 11º - A Brinquedoteca poderá ser utilizada também para:

- a) Observação e participação em projetos de ensino, extensão e investigação científica, podendo ser desenvolvido com a comunidade externa.
- b) Participação e observação, juntamente com professores de diversas disciplinas, do brincar e das interações entre crianças e adolescentes;
- c) Consulta a materiais para preparação de aulas com apoio pedagógico.

Art. 12º - Defeitos nos brinquedos ou prejuízos em suas estruturas deverão ser comunicados aos brinquedistas ou à coordenação da Brinquedoteca.

Capítulo VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13º - As alterações neste Regulamento serão realizadas pela coordenação da Brinquedoteca e coordenação do Curso de Licenciatura de Pedagogia à medida que se fizerem necessárias, e, posteriormente, apresentadas ao Colegiado do Curso para aprovação.

Professores envolvidos no Projeto *A Escola vem à Brinquedoteca*:

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª Maria Aparecida de Matos e Prof^ª. Dr^ª Giane Maria da Silva

Prof^ª. Dr^ª Márcia Cristina Barreto Fernandes Abreu

Prof^ª. Ms. Ana Carmen de Souza Santana

Prof^ª. Ms. Rozilane Soares Queiroz

ANEXO H - REGIMENTO DO CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTOS E NUMERAMENTO - CALENU

REGULAMENTO ____/2018

Regulamento do Laboratório - Centro de Alfabetização, Letramentos e Numeramento (CALENU) do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia em da Universidade Federal do Tocantins, no uso de suas atribuições e de acordo com deliberação tomada em reunião no dia ____/ ____/ 2018 conforme Regimento Geral da UFT.

REGULAMENTA:

CAPÍTULO I DIRETRIZES PRELIMINARES

Art.1º Laboratório-Centro de Alfabetização, Letramento e Numeramento (CALENU) é o espaço destinado ao desenvolvimento de atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, vinculadas à área de alfabetização, letramento e numeramento, que possui como Acadêmicos do curso de Pedagogia presencial e PARFOR da UFT e de outras instituições da região; Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores da Rede Pública e Privada de Arraias e região abrangida pelo sudeste tocantinense e nordeste goiano.

O **Laboratório** tem como objetivo promover a integração Universidade/Escola/Comunidade-parceira, promovendo a iniciação dos graduandos em pedagogia na docência, ações no âmbito da alfabetização e letramento, formação de professores do município de Arraias com o intuito de melhorar o desempenho escolar dos alunos em fase de alfabetização

Art.2º O Centro de Alfabetização, Letramentos e Numeramento (CALENU) tem por objetivos:

Geral:

Pesquisar os alunos em situações de aprendizagem para o desenvolvimento de competências de leitura e escrita, condizentes com seu nível de escolarização, a partir das ações em um Laboratório Dialógico com os professores alfabetizadores, tendo a finalidade de descobertas de estratégias metodológicas facilitadoras ao ensino e a aprendizagem de alunos com dificuldades no processo de alfabetização e letramento.

Específicos:

Investigar as concepções de alfabetização e letramento da escola e da professora;

- Investigar as estratégias pedagógicas utilizadas em sala de aula;
- Propor ações de intervenção no processo de alfabetização e letramento;
- Verificar as dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento das crianças do 1º ao 5º ano;
- Definir as bases teóricas, que fundamentam as ações interventivas propostas.

Ações Previstas:

Este projeto de intervenção pedagógica tem como objetivo promover a integração Universidade/Escola-parceira promovendo a iniciação do graduando em pedagogia na docência; desse modo, as ações serão desenvolvidas no âmbito da alfabetização e do letramento, da formação de professores e do desempenho escolar dos alunos. A metodologia está pautada tanto nas ações de formação, quanto de intervenção direta no ambiente escolar. Além da reflexão por parte dos alunos bolsistas sobre alfabetização, letramento digital e processo ensino-aprendizagem com as tecnologias da informação e comunicação, esperamos a promoção do aprendizado eficiente da leitura e da escrita dos alunos da educação infantil em novos. Os alunos serão avaliados a partir de várias atividades elaboradas pelos alunos bolsistas, periodicamente, e no final do processo de intervenção. Os alunos bolsistas também serão avaliados a partir de suas produções escritas, relatos de experiências ou outro trabalho, de cunho científico com exposição e discussão das mesmas com o grupo de professores da escola-parceira e com todo curso de pedagogia e/ou outros eventos dessa natureza.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO LABORATÓRIO

Art.3º A coordenação do ficará a cargo de um docente do curso de Licenciatura de Pedagogia.

§ 1º A indicação do coordenador responsável pelo CALENU será feita pelo Colegiado do Curso em Licenciatura em Pedagogia, que será eleito em reunião ordinária do colegiado, que exercerá a coordenação no interstício de dois anos, como possibilidade de permanência por mais dois ou mais anos caso haja interesse do colegiado;

Art.4º São atribuições do coordenador do CALENU:

- I - controlar o uso e ocupação do CALENU;
- II - solicitar e acompanhar o pedido de materiais e recursos para o desenvolvimento das atividades do Laboratório de Tecnologias Assistidas;
- III - organizar o calendário das atividades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos de acordo com o calendário acadêmico;
- IV - autorizar e controlar o empréstimo de materiais para o uso fora do espaço físico do CALENU;
- V - autorizar a utilização do CALENU para atividades de outros cursos;
- VI – estabelecer regras e normas de funcionamento do complementares a este Regulamento.

Art.5º São atribuições dos Docentes usuários:

- I - Verificar os horários do CALENU disponíveis e reservados para suas atividades de alfabetização, letramento e numeramento;
- II - Definir, acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas no Laboratório sob sua supervisão;
- III - propor à coordenação da aquisição de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- IV - Comunicar qualquer irregularidade, não prevista neste Regulamento, ao Coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas

Art.6º São atribuições dos Discentes:

- I - Zelar pelo patrimônio e materiais do Laboratório CALENU
- II - Organizar e guardar nas estantes e armários o material utilizado nas atividades desenvolvidas, com a supervisão do Docente responsável;
- III – Ser comprometido e organizar seus horários com agendamento, e controle da carga horária desenvolvida sob a supervisão de algum docente ou da SEMED responsável e ou bolsista/discente do laboratório;
- IV - Comunicar ao Docente e aos professores da parceria SEMED responsáveis qualquer ocorrência anormal que tenha acontecido durante a utilização dos materiais.

CAPÍTULO III

DO USO DO LABORATÓRIO

Art.7º O Laboratório CALENU estará disponível para atividades durante todo o período letivo, conforme horário definido pelo (a) Coordenador (a) a ser afixado em local público e informado em reunião de colegiado.

Art.8º O Laboratório CALENU poderá ser utilizado por todos os docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia e outros cursos de Licenciaturas, bem como pelos seus discentes com a devida supervisão.

§1º O Laboratório CALENU é ocupado prioritariamente no desenvolvimento das disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

§2º Os (as) coordenadores (as) ou docentes (as) de outros cursos podem solicitar o uso do laboratório para realização de atividades de interesse de seu curso.

Art.9º A utilização do pode ser solicitada na Coordenação do Curso do Laboratório e bolsistas responsáveis pela organização de horário;

§1º A ocupação do Laboratório por parte dos acadêmicos só é permitida mediante a presença ou supervisão de algum docente ou da SEMED responsável e ou bolsista/discente do laboratório, observando possíveis agendamentos prévios, para não haver choque de horários

§ 2º O Laboratório tem por objetivo a formação teórico -práticas dos alunos do curso de Pedagogia

Art.10 Os materiais e equipamentos poderão ser utilizados com agendamento prévio pelos (as) docentes e discente no Laboratório CALENU.

§1º Durante as intervenções pedagógicas dos alunos do curso de Pedagogia no Laboratório CALENU o professor se responsabilizará pela distribuição dos materiais necessários com os (as) discentes (as);

§2º Os (as) discentes (as) só utilizarão os materiais facultados pelo docente e serão responsáveis pelo seu uso e conservação;

§3º Os armários devem ser trancados após o uso do Laboratório sob a responsabilidade do Coordenador do Laboratório CALENU ou bolsista.

Art. 11 Não é permitida a retirada de materiais e equipamentos do laboratório, sem a devida autorização do Coordenador do Laboratório.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.14 Todas as ocorrências relevantes no funcionamento do Laboratório CALENU devem ser registrados no Livro de Ocorrências disponível, com a devida identificação.

Art.15 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Laboratório CALENU e pelo Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 16 As eventuais alterações neste regulamento devem ser aprovadas pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Coordenador(a) do Laboratório - Centro de Alfabetização, Letramentos e Numeramento

ANEXO I - REGIMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MEMÓRIA DE ARRAIAS - CDMA

Artigo 1. O Centro de Documentação e Memória de Arraias (CDMA) é um local de pesquisa, leitura e estudo com sede no Câmpus de Arraias "Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor" da Universidade Federal do Tocantins (UFT), vinculado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do mesmo Câmpus.

Art. 2 - Considerando a necessidade de estimular a produção do conhecimento histórico, são objetivos do CDMA:

- a) estimular e promover a investigação histórica;
- b) constituir-se em centro de referência documental, articulando-se com instituições congêneres no Brasil e no exterior;
- c) fomentar a pesquisa historiográfica, agregando e formando pesquisadores em nível de graduação e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
- d) promover o acesso da sociedade à história local.

Art. 3 - A atuação do CDMA estará voltada principalmente para:

- a) localizar, buscar, guardar, preservar, digitalizar, digitar, transcrever, fichar, catalogar e publicar fontes históricas;
- b) ofertar atividades de capacitação de pessoal;
- c) preferenciar o armazenamento dos documentos por meio de bancos de dados informatizado;
- d) ofertar o estágio curricular e o estágio não-obrigatório;
- d) divulgar o conteúdo do acervo do CDMA e os resultados das pesquisas ali realizadas;
- e) buscar recursos para a consecução de seus objetivos;
- f) promover eventos científicos, cursos de extensão e especialização, oficinas, conferências, exposições e outros;
- g) produzir material didático a partir do conteúdo de seu acervo documental.
- h) estabelecer relações com diferentes setores da sociedade civil, com o intuito de prestação de serviços e realização de trabalhos conjuntos;
- i) promover e estabelecer convênios e intercâmbios com instituições voltadas direta ou indiretamente aos objetivos do CDMA;
- j) contribuir para o desenvolvimento integrado do ensino, pesquisa e extensão;
- k) assegurar o acesso gratuito aos documentos e materiais armazenados e produzidos pelo CDMA.

Art. 4 - A Coordenação ficará a cargo de um(a) professor(a) dos cursos regulares implantados no Câmpus de Arraias e que atue na área de abrangência do CDMA e do conselho consultivo, formado por, no mínimo, três professores efetivos dos cursos regulares implantados no Câmpus de Arraias.

Parágrafo único: O mandato da Coordenação e do Conselho Consultivo será de 02 (dois) anos, podendo haver recondução ao cargo sem limite de vezes.

Art. 5 - O candidato à Coordenador(a) do CDMA deverá:

- I – Ser professor(a) efetivo dos cursos regulares do Câmpus de Arraias;
- II – Ter formação e/ou produção ligada à prática historiográfica;
- III – Ter disponibilidade para elaborar o planejamento e a gestão do CDMA, assim como a coordenação de projetos de pesquisa e extensão.

Art. 6 - O candidato ao Conselho Consultivo deverá:

- I – Ser professor(a) efetivo dos cursos regulares do Câmpus de Arraias;
- II – Ter formação e/ou produção ligada à prática historiográfica;
- III – Ter disponibilidade para reunir, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 7 - O coordenador abrirá, antes do final de seu mandato, a inscrição para novo coordenador do CDMA, cabendo, ao Conselho Consultivo a escolha e posse do novo coordenador, em acordo com o Artigo 6.

Parágrafo único: Nomeado o coordenador, ele fará a escolha do seu Conselho Consultivo.

Art. 8 - Fica nomeada a Professora Doutora Magda Suely Pereira Costa a primeira coordenadora do CDMA.

Parágrafo único: Não sendo mais a coordenadora, fica a Professora Doutora Magda Suely Pereira Costa, designada defensora perpétua do CDMA, por ser natural de Arraias e participante desde a primeira comissão de construção do CDMA.

Art. 9 Compete à coordenação:

- a) representar ou se fazer representar o CDMA dentro e fora da Universidade;
- b) organizar e controlar o acervo do CDMA;
- c) assessorar atividades de pesquisa;

- d) executar as rotinas operacionais de manutenção dos bancos de dados;
- e) assessorar a organização de eventos;
- f) orientar o trabalho de catalogação, digitalização e transcrição de documentação;
- g) capacitar estudantes da graduação e pós-graduação para a manipulação dos acervos documentais sob a guarda do CDMA;
- h) divulgar as atividades promovidas pelo CDMA;
- i) manter atualizado o site do CDMA;
- j) organizar o atendimento ao público;
- k) desempenhar outras atividades que julgar relevante diante os objetivos do CDMA.

Art. 10 - A pedido do coordenador, o Conselho Consultivo poderá:

- a) definir a política geral e o plano de atividades do CDMA;
- b) participar da elaboração de projetos e pedidos de financiamento de caráter geral;
- c) decidir sobre a alocação de recursos obtidos e distribuição de verbas;
- d) estabelecer critérios de seleção de voluntários e bolsistas e composição de bancas para as respectivas seleções;
- e) estabelecer critérios de seleção de voluntárias, voluntários, participantes do CDMA;
- f) estabelecer critérios para o ingresso e participação de pesquisadores internos ou externo à UFT e membros da comunidade;
- g) alterar o presente regimento, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) somado o Conselho Consultivo mais o coordenador.

Art. 11 – Aos alunos participantes do CDMA deverão:

- a) desenvolver trabalhos de pesquisa ou extensão conforme atividades previstas nos respectivos projetos;
- b) sempre que solicitados, elaborar relatórios de suas atividades;
- c) exercer atividades de monitoria nos eventos organizados pelo CDMA;
- d) dedicar parte do tempo no atendimento ao público;
- e) divulgar suas atividades de investigação em eventos acadêmicos.

Art. 12 – Todos os participantes deverão:

- a) mencionar sua integração ao CDMA em preleções e publicações;
- b) fornecer cópias de suas publicações ao CDMA.

Art. 13 – Pesquisadores que realizarem atividades e pesquisas no CDMA deverão referenciar claramente o CDMA em suas publicações e/ou relatórios.

Art. 14 - Os recursos alocados ao CDMA serão provenientes da Universidade Federal do Tocantins, de Agências de Fomento nacionais e internacionais, organismos públicos e privados e pessoas físicas.

§ único. A administração de recursos obtidos será executada na forma da lei.

Art. 15 - O material permanente e equipamentos recebidos pelo CDMA deverão ser tombados pela Universidade Federal do Tocantins e ficarão sob a responsabilidade da coordenação ou dos servidores lotados no CDMA.

Art. 16 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo coordenador do CDMA.

Art. 17 Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Pedagogia e ciência do Conselho Diretor do Câmpus de Arraias (Condir).

Arraias, 14 de abril de 2018.

Equipe Fundadora do CDMA

Professores:

Dra. Magda Suely Pereira Costa - Coordenadora

Dr. George Leonardo Seabra Coelho

Dr. Willian Douglas Guilherme

Dra. Valdirene de Jesus

Discentes:

Carolina Gonçalves de Moura

Elcimar Cardoso Valadares-

Angélica de Souza

Estér Martiniano

Sanderson Costa

Viviane Pereira Silva

ANEXO J - REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - LAPPE

REGULAMENTO do colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, atualizado em 03/2016.

CAPITULO I DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento poderá ser revisto, no seu todo ou em parte, para seu aperfeiçoamento ou atualização, face às necessidades da aprendizagem aplicada em complementação às atividades teóricas e práticas dos cursos e/ou por mudanças nas resoluções da Universidade.

Art. 2º. Considerando a fragilidade e custo dos equipamentos dispostos no LAPPE esse Regulamento estabelece normas para uso de tal espaço e equipamentos, garantindo sua integridade e disponibilidade para uso da comunidade acadêmica.

CAPÍTULO II DA NATUREZA

Art.3º O Laboratório de Práticas Pedagógicas-LAPPE é o espaço destinado ao desenvolvimento de atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art.4º O Laboratório de Práticas Pedagógicas-LAPPE tem por objetivos:

- I – dar suporte ao desenvolvimento de disciplinas do curso de Licenciatura em Pedagogia;
- II - elaborar, analisar e avaliar materiais didáticos e atividades que possibilitem a melhoria na relação ensino/aprendizagem da Pedagogia;
- III - desenvolver atividades interdisciplinares com outros espaços, preparando os licenciandos (as) para o trabalho em escolas da Educação Básica;
- IV - estimular discentes (as) de graduação a atuarem como pesquisadores (as) em sala de aula;

V - consolidar grupos de estudos e pesquisas contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento de uma cultura de base científica na formação de pedagogos (as);

VI - estabelecer relações entre a Universidade e a Comunidade, levando os profissionais da área de ensino da Pedagogia, em formação inicial e/ou continuada, à uma sólida formação teórica e prática, dentro das necessidades da rede de ensino local;

VII – incentivar a criação e apoiar os projetos e programas no LAPPE dentro do sistema público municipal e estadual de ensino, bem como nos espaços não-escolares;

VIII – promover cursos e oficinas pedagógicas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica dos sistemas de ensino da região.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO LABORATÓRIO

Art.5º A coordenação do LAPPE ficará a cargo de um professor do curso de Licenciatura de Pedagogia.

§ 1º A indicação do coordenador responsável pelo LAPPE será feita pelo Colegiado do Curso em Licenciatura em Pedagogia, que será eleito em reunião ordinária do colegiado, que exercerá a coordenação no interstício de dois anos, como possibilidade de permanência por mais dois ou mais anos caso haja interesse do colegiado;.

Art.6º São atribuições do coordenador do LAPPE:

I - controlar o uso e ocupação do LAPPE;

II - solicitar e acompanhar o pedido de materiais e recursos para o desenvolvimento das atividades do LAPPE;

III - organizar o calendário das atividades a serem desenvolvidas no LAPPE;

IV - autorizar e controlar o empréstimo de materiais para o uso fora do espaço físico do LAPPE;

V - autorizar a utilização do LAPPE para atividades de outros cursos;

VI – estabelecer regras e normas de funcionamento do LAPPE, complementares a este Regulamento.

Art.7º São atribuições dos professores usuários:

I - verificar os horários do LAPPE disponíveis e reservados para suas atividades;

II - definir, acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas no LAPPE sob sua supervisão;

III - conhecer o modo de funcionamento dos materiais que vai utilizar e comunicar às falhas que perceber durante a sua utilização;

IV - providenciar e testar o material necessário para utilização nas atividades;

V – responsabilizar-se pela devolução dos materiais utilizados nas atividades para os respectivos armários e estantes;

VI - propor à coordenação do LAPPE aquisição de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades;

VII – comunicar qualquer irregularidade, não prevista neste regulamento, ao Coordenador do LAPPE;

Art.8º São atribuições dos estudantes:

I - zelar pelo patrimônio e materiais do LAPPE;

II - organizar e guardar nas estantes e armários o material utilizado nas atividades desenvolvidas, com a supervisão do Docente responsável;

III - comunicar ao professor responsável qualquer ocorrência anormal que tenha acontecido durante a utilização dos materiais.

CAPÍTULO IV

DA SELEÇÃO DE MONITORES PARA O LAPPE

Art. 9º. O monitor do LAPPE deverá ser selecionado a partir de projeto de extensão ou pesquisa elaborado pelo coordenador do laboratório.

Art. 10º. São atribuições do monitor do LAPPE.

I- conhecer o modo de funcionamento do espaço, recursos e equipamentos do LAPPE;

II- providenciar o material necessário para utilização nas atividades solicitadas pelos professores cadastrados no LAPPE;

III- fazer o registro de todas as solicitações de uso do espaço e equipamentos do LAPPE;

IV- orientar os estudantes quanto ao uso dos equipamentos do LAPPE;

V- auxiliar os professores nas oficinas e/ou atividades desenvolvidas no LAPPE;

VI- assessorar o solicitante no uso do LAPPE;

VII- verificar se o espaço e materiais do LAPPE estão sendo utilizados corretamente e informar ao coordenador sobre qualquer irregularidade. Na ausência do coordenador, deve informar à coordenação do curso e à Direção do Câmpus;

VIII- manter o livro de registros e ata de uso do laboratório devidamente atualizada;

IX- registrar toda e qualquer entrada e saída dos equipamentos e gasto de materiais do LAPPE bem como conferir as condições dos equipamentos com assinatura do solicitante;

X- zelar pela manutenção das pastas de arquivos e documentos armazenados na memória dos equipamentos e que estejam sendo desenvolvidos por professor em conjunto com estudantes ou grupo de estudantes;

XI- O horário dos monitores e bolsistas deve estar afixado no quadro de avisos, de forma visível, e deve ser elaborado pelo próprio monitor e aprovado pelo coordenador da disciplina.

XII- zelar pelo espaço e equipamentos do LAPPE;

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS DO LAPPE

Art. 11º. Poderão ser usuários do espaço e equipamentos do LAPPE, todos os professores do curso de Pedagogia do Câmpus de Arraias e seus alunos desde que:

- I- apresente projeto (pesquisa conforme cadastro na PROPESQ, extensão com registro SIGPROJ, e ensino PLANO DA DISCIPLINA) com plano de trabalho detalhado, constando as datas, materiais e equipamentos necessários, e proposta de ação;
- II- se responsabilize pelos equipamentos disponíveis e pela postura de seus alunos no laboratório e no uso dos equipamentos;
- III- apresente relatório sobre projetos e atividades desenvolvidas no LAPPE. No caso de extensão relatório entregue no SIGPROJ, pesquisa relatório entregue na PROPESQ, atividade de aula relatório da atividade;
- IV- divulgue o LAPPE em publicações de trabalhos que tenham utilizado o espaço ou equipamentos do laboratório;

CAPÍTULO VI

REGRAS PARA UTILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO LAPPE

Art. 12º. O LAPPE está disponível para atividades durante todo o período:

- I- letivo, conforme horário definido pelo/a Coordenador/a e afixado em local público e com a presença do monitor;
- II- não letivo desde que solicitado com antecedência, que não tenha agendamento de uso e que o professor assuma a responsabilidade sobre qualquer problema que venha ocorrer;

Art. 13º O LAPPE poderá ser utilizado por todos os professores, bem como pelos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

§1º O LAPPE é ocupado prioritariamente no desenvolvimento das disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

§2º Os (as) coordenadores (as) ou professores (as) de outros cursos podem solicitar o uso do laboratório para realização de atividades de interesse de seu curso, desde que cumpram todas as exigências previstas neste regulamento;

Art. 14º Os materiais e equipamentos poderão ser utilizados com agendamento prévio pelos (as) docentes e estudantes no LAPPE.

§1º Durante a aula no LAPPE, o professor se responsabilizará pela distribuição dos materiais necessários com os (as) acadêmicos (as);

§2º Os (as) estudantes (as) só utilizarão os materiais facultados pelo professor e serão responsáveis pelo seu uso e conservação;

§3º Os armários devem ser trancados após o uso do LAPPE sob a responsabilidade do Coordenador do LAPPE ou bolsista.

Art. 15º. O uso do laboratório deverá ser agendado para não ter choque de horário entre usuários cadastrados;

Art. 16º. A retirada de equipamentos do laboratório, só é permitida ao professor com atividade cadastrada (**Art. 11º**) e autorização do Coordenador do LAPPE;

§1º – a retirada de qualquer equipamento, só será permitida mediante previsão no plano de trabalho apresentado pelo professor, com autorização por parte do(a) coordenador(a) e assinatura em termo de empréstimo temporário pelo professor;

§2º – O tempo de empréstimo, para retirada de equipamento do LAPPE, será avaliado pelo(a) coordenador(a) projeto em função da demanda de solicitações e uso do laboratório por outros projetos;

Art.17º. A entrada no LAPPE, fora dos horários/momentos previstos neste regulamento só será permitida mediante apresentação autorizada do/a coordenador/a do LAPPE;

§1º- a entrada ou retirada de qualquer equipamento e material sem o cumprimento do que prevê (**Art.15º**) resultará em registro no livro de ocorrência e o caso será levado ao colegiado e Condir;

Art. 18º. O uso do espaço e equipamentos do LAPPE por estudantes, sem a presença do professor, só será autorizada mediante apresentação escrita do professor cuja proposta tenha sido registrada no laboratório;

Art.19º. Os equipamentos de informática disponíveis devem ser utilizados exclusivamente para acessos a arquivos e páginas na internet que estejam diretamente vinculados às atividades cadastradas no LAPPE;

Art. 20º. Não é permitida a qualquer pessoa a instalação de softwares e/ou modificação das configurações dos computadores do LAPPE sem a prévia autorização do (a) Coordenador(a);

§1º- É terminantemente proibido ao estudante alterar as configurações dos computadores, implantar programas, como também abrir e manter pastas de documentos na memória interna dos equipamentos do Laboratório;

§2º- Cabe ao Laboratório à guarda apenas, e somente apenas, das cópias do Arquivo Audiovisual do Curso;

Art. 21º. São deveres dos estudantes:

- I- cooperar com o silêncio, organização, zelo dos equipamentos e limpeza dos laboratórios;
- II- utilizar o laboratório somente no período, em que o mesmo não esteja sendo utilizado para aulas ou reservado para cursos;
- III- preencher todos os documentos necessários para a retirada ou uso de materiais do laboratório;
- IV- denunciar casos mais graves como roubo, furto, vandalismo e uso de equipamentos para fins particulares;
- V- As mochilas dos estudantes devem ser colocadas nos locais indicados;
- VI- É vedado o consumo de bebidas e alimentos no LAPPE;
- VII- Não é permitido comer, beber, mascar chicletes, ou fumar dentro do LAPPE;
- VIII- É proibido depositar lixo no chão ou deixar detritos sobre as mesas;
- IX- Os usuários não podem fixar cartazes dentro dos laboratórios;
- X- Não é permitido utilizar a internet, ouvir músicas e assistir vídeos que não estejam de acordo com as atividades desenvolvidas no laboratório;

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 22º. Todas as ocorrências relevantes no funcionamento do LAPPE devem ser registradas no Livro de Ocorrências disponível, com a devida identificação;

Art. 23º. Os casos em que usuários do LAPPE não se atentarem ao uso devido do espaço físico, como equipamentos e instrumentos ali acondicionados, serão resolvidos pelo(a) coordenador(a) do LAPPE, sendo passível de punição prevista nas legislações vigentes e, de suspensão do uso do Laboratório;

Art. 24º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo/a coordenador (a) do LAPPE com a coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia; direção e o conselho diretor do câmpus;

Art. 25º. As eventuais alterações neste regulamento devem ser aprovadas pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia e em CONDIR.

Coordenadora do LAPPE

**ANEXO K - REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS
ASSISTIDAS- LATECAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARRAIAS – CUAR
CURSO DE PEDAGOGIA**

REGULAMENTO ____/2018

Regulamento do Laboratório de Tecnologias Assistidas do Curso de Licenciatura em Pedagogia. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia em da Universidade Federal do Tocantins, no uso de suas atribuições e de acordo com deliberações tomada em reunião no dia ____/ ____/ 2018 conforme Regimento Geral da UFT.

REGULAMENTA:

**CAPÍTULO I
Diretrizes Preliminares**

Art.1 O Laboratório de Tecnologias Assistidas (Latecas) é o espaço destinado ao desenvolvimento de atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, vinculadas à área de Educação Especial e Inclusiva, que possui como público alvo as pessoas com deficiências, as pessoas com transtornos de desenvolvimento e as pessoas com altas habilidades.

Art.2 O Laboratório de Tecnologias Assistidas (Latecas) tem por objetivos:

Geral:

- Promover uma cultura de consideração e convivência coa as diferenças, marcadas pelas deficiências, pelos transtornos de desenvolvimento e pelas altas habilidades, amparados pelas exigências legais da Educação Inclusiva.

Específicos:

- Contribuir no suporte pedagógico aos docentes em assuntos referentes à Educação Especial e Inclusiva;

- Aprofundar e ampliar a abordagem inclusiva da Educação Básica, envolvendo aspectos da diversidade, tais como as deficiências, transtornos graves de desenvolvimento e altas habilidades;
- Construir reflexões e práticas que auxiliam na ressignificação do cuidado e intervenções com as diferenças;
- Possibilitar aos participantes conhecimentos básicos de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a visão sócio antropológica da surdez que defende a existência de uma cultura surda;
- Realizar seminários e outros eventos que trabalhem as temáticas que envolvam os alunos da Educação Especial e Inclusiva;
- Oferecer suporte para os estágios nas turmas que atendam alunos que se caracterizem como público-alvo da Educação especial e inclusiva;
- Incentivar a criação e apoiar os projetos e programas sobre a Educação Especial e Inclusiva no dentro do sistema público municipal e estadual de ensino, bem como nos espaços não-escolares;
- Promover cursos e oficinas pedagógicas acerca de temáticas da Educação Especial e Inclusiva para a formação inicial e continuada de professores da educação básica dos sistemas de ensino da região de Arrais e entorno.

Ações Previstas:

- Realização de estudos e pesquisas acerca da Educação Especial e da inclusão escolar no Brasil, considerando os aspectos históricos e legais bem como os aspectos da educação da pessoa com deficiência, com transtornos de desenvolvimento e altas habilidades;
- Sensibilização do público alvo para a diversidade;
- Promoção de estudos de questões teóricas e práticas que relacionam com a possibilidade de acessibilidade, física e pedagógica, aos contextos escolares, dos alunos com necessidades específicas;
- Organização de grupos de estudo divididos pelas áreas de estudo no contexto da Educação Especial, de acordo com a demanda das escolas pesquisadas: Deficiência Mental, Deficiência Visual, Deficiência auditiva, Síndrome de Down, Autismo e outros;
- Oferta de capacitação de profissionais da área de Educação Especial e Inclusiva na Universidade e na cidade de Arraías e em seu entorno;
- Criação de curso de pós graduação na área de Educação que contemple a temática: Pedagogia para a Diversidade Humana;
- Avaliação das atividades junto aos participantes;

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO LABORATÓRIO

Art. 3 A coordenação do ficará a cargo de um docente do curso de Licenciatura de Pedagogia.

§ 1º A indicação do coordenador responsável pelo Laboratório de Tecnologias Assistidas será feita pelo Colegiado do Curso em Licenciatura em Pedagogia, que será eleito em reunião ordinária do colegiado, que exercerá a coordenação no interstício de dois anos, como possibilidade de permanência por mais dois ou mais anos caso haja interesse do colegiado;

Art. 4 São atribuições do coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas:

- I - controlar o uso e ocupação do Laboratório de Tecnologias Assistidas;
- II - solicitar e acompanhar o pedido de materiais e recursos para o desenvolvimento das atividades do Laboratório de Tecnologias Assistidas
- III - organizar o calendário das atividades a serem desenvolvidas no Laboratório;
- IV - autorizar e controlar o empréstimo de materiais para o uso fora do espaço físico do Laboratório de Tecnologias Assistidas
- V - autorizar a utilização do Laboratório de Tecnologias Assistidas para atividades de outros cursos;
- VI – estabelecer regras e normas de funcionamento complementares a este Regulamento.

Art. 5 São atribuições dos Docentes usuários:

- I - verificar os horários do Laboratório de Tecnologias Assistidas disponíveis e reservados para suas atividades;
- II - definir, acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas no Laboratório de Tecnologias Assistidas sob sua supervisão;
- III - conhecer o modo de funcionamento dos materiais que vai utilizar e comunicar as falhas que perceber durante a sua utilização;
- IV - providenciar e testar o material necessário para utilização nas atividades;
- V – responsabilizar-se pela devolução dos materiais utilizados nas atividades para os respectivos armários e estantes;
- VI - propor à coordenação aquisição de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- VII - comunicar qualquer irregularidade, não prevista neste Regulamento, ao Coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas.

Art. 6 São atribuições dos Discentes:

I - zelar pelo patrimônio e materiais do Laboratório de Tecnologias Assistidas

II - organizar e guardar nas estantes e armários o material utilizado nas atividades desenvolvidas, com a supervisão do Docente responsável;

III - comunicar ao Docente responsável qualquer ocorrência anormal que tenha acontecido durante a utilização dos materiais.

CAPÍTULO III

DO USO DO LABORATÓRIO

Art.7 O Laboratório de Tecnologias Assistidas estará disponível para atividades durante todo o período letivo, conforme horário definido pelo (a) Coordenador (a) a ser afixado em local público e informado em reunião de colegiado.

Art. 8 O Laboratório de Tecnologias Assistidas poderá ser utilizado por todos os docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia e outros cursos de Licenciaturas, bem como pelos seus discentes com a devida supervisão.

§1º O Laboratório de Tecnologias Assistidas é ocupado prioritariamente no desenvolvimento das disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

§2º Os (as) coordenadores (as) ou docentes (as) de outros cursos podem solicitar o uso do laboratório para realização de atividades de interesse de seu curso.

Art. 9 A utilização do pode ser solicitada na Coordenação do Curso do Laboratório e bolsistas responsáveis pela organização de horário;

§1º A ocupação do Laboratório de Tecnologias Assistidas por parte dos acadêmicos só é permitida mediante a presença ou supervisão de algum docente responsável e ou bolsista/discente do laboratório com agendamento de utilização prévia, observando possíveis agendamentos prévios, para não haver choque de horários.

Art.10 Os materiais e equipamentos poderão ser utilizados com agendamento prévio pelos (as) docentes e discente no Laboratório de Tecnologias Assistidas:

§1º Durante a aula no Laboratório de Tecnologias Assistidas o professor se responsabilizará pela distribuição dos materiais necessários com os (as) discentes (as);

§2º Os (as) discentes (as) só utilizarão os materiais facultados pelo docente e serão responsáveis pelo seu uso e conservação;

§3º Os armários devem ser trancados após o uso do Laboratório de Tecnologias Assistidas sob a responsabilidade do Coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas ou bolsista.

Art.11 Não é permitida a retirada de materiais e equipamentos do laboratório, sem a devida autorização do Coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas.

Art.12 Não é permitido comer, beber ou fumar dentro do Laboratório de Tecnologias Assistidas.

Art.13 Os equipamentos de informática disponíveis devem ser utilizados exclusivamente para acessos a arquivos e páginas na internet que estejam diretamente vinculados às atividades desenvolvidas do Laboratório de Tecnologias Assistidas.

§1º Não é permitido aos (às) docentes e aos discentes a instalação de softwares e/ou modificação das configurações dos equipamentos de informática sem a autorização do Coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art.14 Todas as ocorrências relevantes no funcionamento do Laboratório de Tecnologias Assistidas devem ser registrados no Livro de Ocorrências disponível, com a devida identificação.

Art.15 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Laboratório de Tecnologias Assistidas e pelo Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 16 As eventuais alterações neste regulamento devem ser aprovadas pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Coordenador(a) do Laboratório de Tecnologias Assistidas

